

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A “loucura” e a relação dos pacientes adolescentes com a arte teatral: uma investigação teórico-prática com estagiários de um Hospital Psiquiátrico de Maringá - PR

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Jaqueline de Carvalho Nunes¹
João Alfredo Martins Marchi²
Tatiane Milene de Souza Meller³

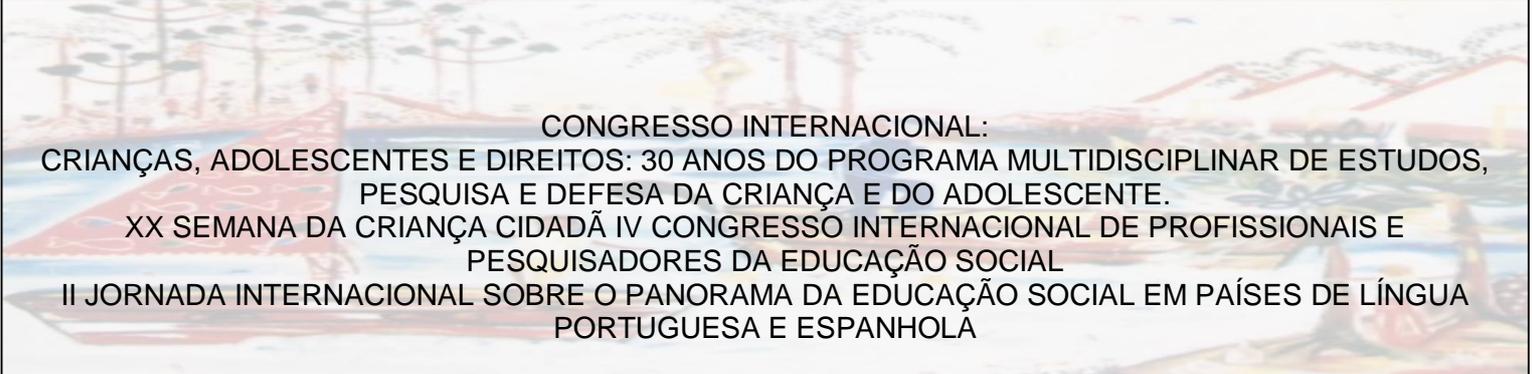
1 Egressa do curso de Artes Cênicas, contato: nunes.jaquelinecarvalho@outlook.com.br

2 Prof. Dr. do Depto de Música e Artes Cênicas, DMC/UEM, contato joaomarchi23@hotmail.com

3 Egressa do curso de Artes Cênicas, contato: tatianemilene@hotmail.com

Resumo. O presente artigo traz como tema a relação entre a arte e a loucura, objetivando refletir sobre como a arte presente nas instituições psiquiátricas pode servir de potência criativa e terapêutica para os pacientes, analisando autores que dialogam sobre ambos os assuntos. De caráter qualitativo (RIBEIRO, 2008) tratase da discussão dos resultados do projeto de iniciação científica, utilizando análise comparativa entre entrevistas semiestruturadas com estagiários egressos e relatórios elaborados pelas investigadoras, tendo como suporte teórico, Bruni (1989), Foucault (1978), Providello (2013), Sander (2009) e Thomazoni e Fonseca (2011), que abordam questões acerca do conceito de loucura e experimentações entre teatro e loucura. Como resultados, acreditamos na presença do teatro na vida dessas pessoas, contribuindo diretamente com o modo de se ver e relacionar-se com a sociedade, potencializando uma desmistificação do indivíduo tido como "louco", apresentando um novo olhar para essa nova forma de relação.

Palavras-chave: Teatro; Internação, Comportamentos; Relações.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

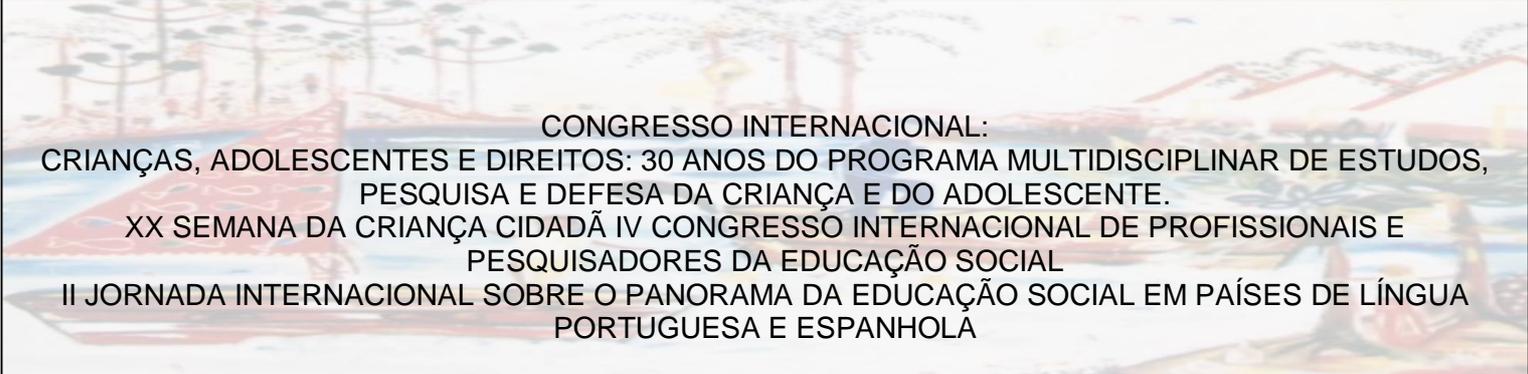
Introdução

A presente pesquisa traz como temática a “loucura” e a relação dos pacientes adolescentes com a arte teatral a partir de uma investigação teórico-prática que foi desenvolvida com estagiários de um Hospital Psiquiátrico de Maringá - PR.

Nosso principal objetivo é refletir sobre como a arte presente nas instituições psiquiátricas pode servir de potência criativa e terapêutica para os pacientes, bem como a relação dos mesmos com a arte teatral. Para tal, o foco deste trabalho é compreender como se deu o trabalho dos estagiários com os pacientes; entender como o teatro é abordado dentro da instituição e compreender e analisar as causas e efeitos da arte na vida dessas pessoas.

Considerando as pesquisas e referências bibliográficas, selecionamos como base para nossa investigação, Foucault (1978), que nos apresenta o conceito do termo/comportamento loucura no livro “História da Loucura”. Para conversar com o autor trazemos ainda Providello (2013) em “A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão” e Bruni (1989) em “Foucault: o silêncio dos sujeitos”. Já no campo do teatro, optamos por referências que relacionam arte e loucura, como Sander (2008) e Thomazoni (2011), os quais nos dão subsídios para aprofundarmos nossas reflexões na práxis realizada pelos estagiários com os adolescentes do hospital psiquiátrico e em nossa prática como estagiárias-pesquisadoras neste mesmo destino.

No aspecto metodológico, esta investigação possui caráter qualitativo, entendido por Ribeiro (2008) como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pela realidade em investigação, em lugar da produção meramente quantitativa de características e comportamentos” (p. 4). Diante do reduzido espaço para exposição de todo trabalho, para compreensão da discussão teórica, sugerimos a leitura do relatório final de Iniciação científica (PIC: Processo nº 2950/2021), disponível no site: <http://www.sgp.uem.br:8080/sgpex/>. Após a revisão bibliográfica (SALVADOR, 1986), analisamos relatos de experiências de estagiários, egressos do curso de Artes Cênicas, de um Hospital Psiquiátrico de Maringá e ainda entrevistas semi estruturadas, a partir de um roteiro de perguntas abertas, indicadas para estudar fenômenos com uma população específica, devendo



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

existir flexibilidade na sequência da apresentação das questões ao entrevistado e o entrevistador, bem como permite perguntas complementares, a fim de compreender melhor o fenômeno em pauta (MANZINI, 2012).

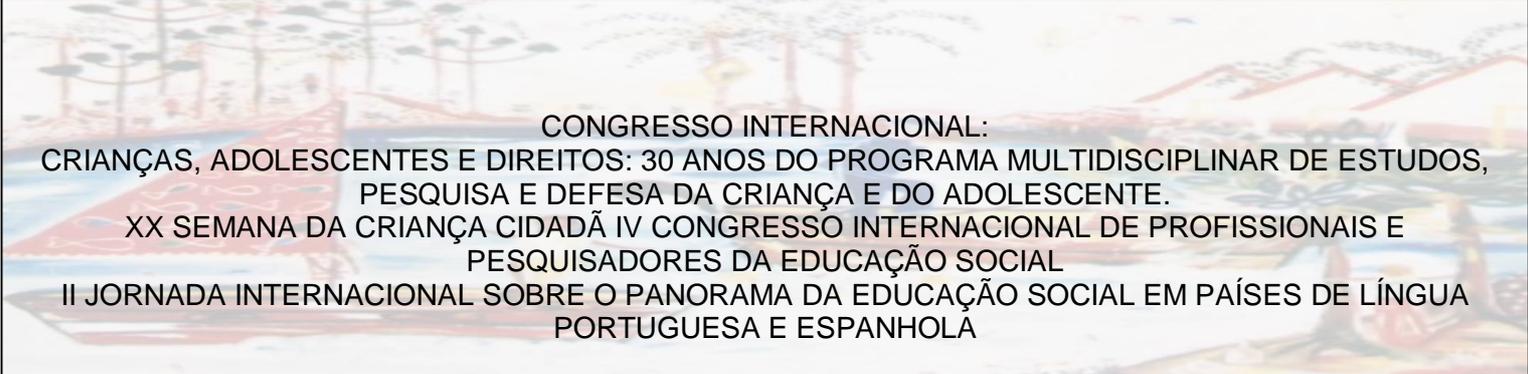
Posto isso, trazemos na sequência a discussão de algumas categorias que surgiram a partir da análise comparativa realizada entre as entrevistas semi estruturadas realizadas com estagiários egressos do curso de Artes Cênicas que realizaram suas práticas num hospital Psiquiátrico com adolescentes e os relatórios de estágio das pesquisadoras que também ocorreram no mesmo destino e com público semelhante.

Medicalização

A primeira categoria identificada foi a medicalização. Um aspecto que chama a atenção é a questão do controle (FOUCAULT, 2014) que é estabelecido neste ambiente a partir desta prática e que suprime as características individuais dos adolescentes. Sobre este aspecto, Sander (2009) pontua que “o que primeiramente diferencia estas pessoas de outras frequentadoras dos referidos ônibus e calçadas, são essas substâncias cujo uso, são levadas a crer ser indispensável para suas vidas” (p. 165), fato que, infelizmente pudemos constatar em nossa análise, posto que este cerceamento químico ocorria inclusive através de chantagens, exigindo “bons” comportamentos dos adolescentes.

Rotatividade seletiva

Acerca desta segunda categoria apresentamos uma das grandes dificuldades enfrentadas no dia a dia dos adolescentes, a dificuldade em criar vínculos, visto que esta característica intersecciona o tratamento, as relações e as atividades propostas no estágio. Os internos entram e saem em períodos definidos e, em nossa análise, identificamos essa característica como um impasse na execução de atividades que requerem andamento contínuo no decorrer das semanas e principalmente na construção e manutenção do vínculo. Vimos, nas entrevistas com egressos, que esse é



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

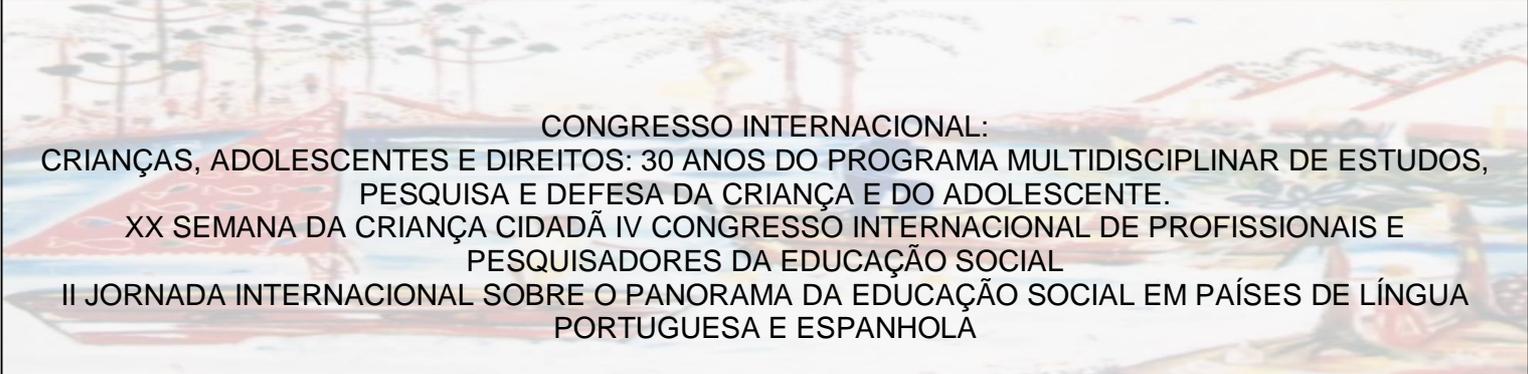
um movimento comum neste destino conforme demonstra o seguinte trecho “Quando eu cheguei, perguntei sobre um dos meninos que estavam presente no primeiro semestre e ele me respondeu que ele tinha ido embora” (Entrevista, egressa 2, 2019). Já em nossa prática, constatamos em um dos encontros que

[...] dois dos participantes já não estavam mais presentes, o que nos fez ver, na prática, que a rotatividade de entrada e saída é geralmente bem frequente. Por isso, é uma linha tênue entre trabalhar tentando não se afeiçoar e ainda assim ser um trabalho afetuoso (Relatório de estágio, pesquisadoras, 17/03/2022).

Deste modo, entendemos que, para atuar neste destino, são necessárias estratégias individualizadas e flexíveis a fim de estarem aptas a serem repetidas, reiniciadas e que possam atingir de modo mais geral os adolescentes que estarão presentes no dia.

Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos observados podemos destacar alguns pontos relevantes. O primeiro deles é o teatro como potência terapêutica, não como finalidade, mas como parte de um processo que ocorre por meio da participação de todos os envolvidos. O segundo ponto é a desmistificação da loucura, pois, em nossa análise, pudemos atribuir a esta palavra uma nova definição, nos levando a perceber os indivíduos invisíveis dessa sociedade que nos perpassam todos os dias. Em última análise, compreendemos as limitações deste estudo no referido ao número respostas que tivemos para os questionários semi estruturados realizados de modo on-line, o que nos leva a indagar que outras categorias ainda encontram-se latentes de serem vistas e analisadas.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referências

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 199-207, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percorso**, p. 149-171, 2012.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, n. 4, p. 1515-1529, 2013.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.

SANDER, Jardel. Experimentações Teatro e Loucura: Por uma outra Forma de Relação. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, n. 2, 164-171. Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, MG. 2009.

THOMAZONI, Andresa Ribeiro. FONSECA, Tania Mara Galli. Encontros possíveis entre arte, loucura e criação. **Mental** vol.9 n. 17 Barbacena dez. 2011.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A Educação Social como prática da liberdade: em busca de uma Educação em e para os Direitos Humanos

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Fabiane Freire França¹
Léslie Amanda da Silva²

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM, contato: fabiane.freire@ies.unespar.edu.br

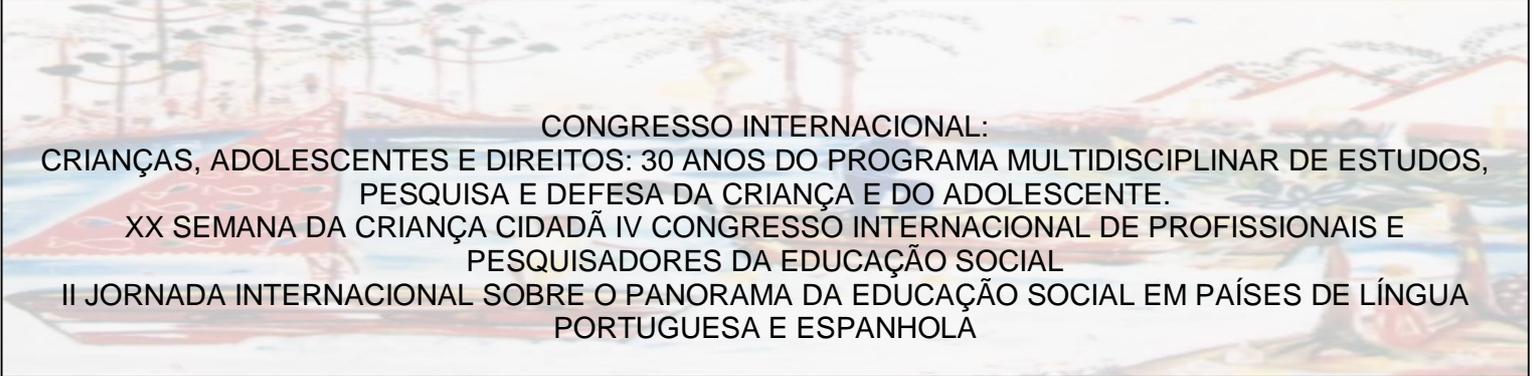
² Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM, contato: pesquisadoraleslie@gmail.com

Resumo: O presente ensaio de cunho bibliográfico e documental é parte dos estudos desenvolvidos no programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá- UEM. Tem como objetivo apresentar a educação social como caminho para uma educação em e para os direitos humanos, a partir dos estudos de Freire. A educação como prática da liberdade é aquela que reconhece os indivíduos como pessoas livres das opressões presentes na sociedade capitalista de produção. Os resultados demonstram a necessidade de promover estudos referentes à educação social e a busca pela qualidade de formação aos profissionais da área, de modo que as obras deixadas por Freire, proporcionem uma educação que liberte.

Palavras-chave: Educação Social; Educação Libertadora; Educação em e para os Direitos Humanos.

A Educação em e para os Direitos Humanos: um caminho necessário

Pensar em uma educação em e para os direitos humanos é caminhar por uma educação que, segundo bell hooks (2017), transgrida as amarras impostas por um sistema bancário e eurocêntrico de ensino. Essa perspectiva de educação que defendemos, é aquela que, para Paulo Freire (2019), se vincula aos direitos humanos.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

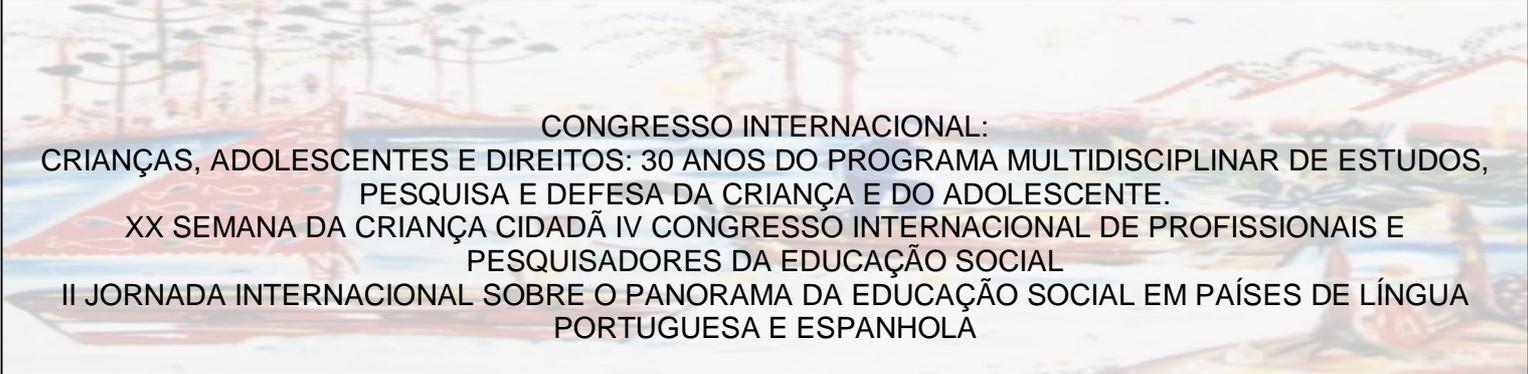
É importante ressaltar, que quando falamos sobre os direitos humanos estamos nos referindo aos direitos que são fundamentais a todos/as seres humanos, a fim de que possamos caminhar para uma sociedade mais justa, global e livre de quaisquer violações de direitos. Nesse sentido, Santos (1997) defende uma concepção de direitos humanos multicultural, ou seja, o autor evidencia as condições culturais como fundamento necessário para apresentar uma globalização contra-hegemônica.

Candau (2007) ao utilizar o termo educação “para” os direitos humanos, argumenta que essa educação deve atuar na contribuição da formação de sujeitos de direitos, no empoderamento de grupos sociais ditos minorias e então, na transformação social. Para a autora, a maior parte dos cidadãos não compreendem que são sujeitos de direitos, acreditam que os direitos são dádivas dadas por meio do esforço. O processo de empoderamento, é outro fator que precisa ser trabalhado na educação em e para os direitos humanos, pois é por meio dele que as pessoas liberam seu poder de se tornarem sujeitos de sua vida e atores sociais.

Neste sentido, a Educação Social que atua em prol da educação em e para os Direitos Humanos, pode propiciar às crianças e adolescentes o ensino de valores e a oportunidade de tornar-se sujeito de sua própria realidade histórica. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) considera criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Segundo Freire (2019), as crianças e os adolescentes que possuem maior violação de direitos, são aquelas de classes populares. São meninos e meninas que frequentam a escola e por não terem as mesmas condições econômicas que os demais de permanência, acabam por ser obrigados a se retirarem ou são excluídos. Esses indivíduos, que são muitas vezes rotulados como menores que abandonaram a escola, na verdade foram expulsos pelo sistema.

[...] Milhares de crianças da classe trabalhadora são expulsas entre o primeiro e o segundo ano da escola primária, por que não aprendem a ler e a escrever. Muitas são expulsas depois, na quinta ou sexta séries, por fracassar em Matemática, História ou Geografia. Muitos educadores dizem que essas crianças abandonam a escola, mas isso é uma evasiva, um conceito “eufemístico” para encobrir a falha do sistema (FREIRE, 2019, p. 140).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Ao defender a educação popular e o sistema informal de ensino, Freire (2020) propõe uma educação que rompa as barreiras impostas por esse sistema que oprime, aliena e exclui. Educação esta que se conecta com os princípios de uma educação em e para os direitos humanos, que possibilite aos seres humanos a oportunidade de se tornar consciente da sua realidade histórica e que o leve em direção a descoberta do seu próprio eu.

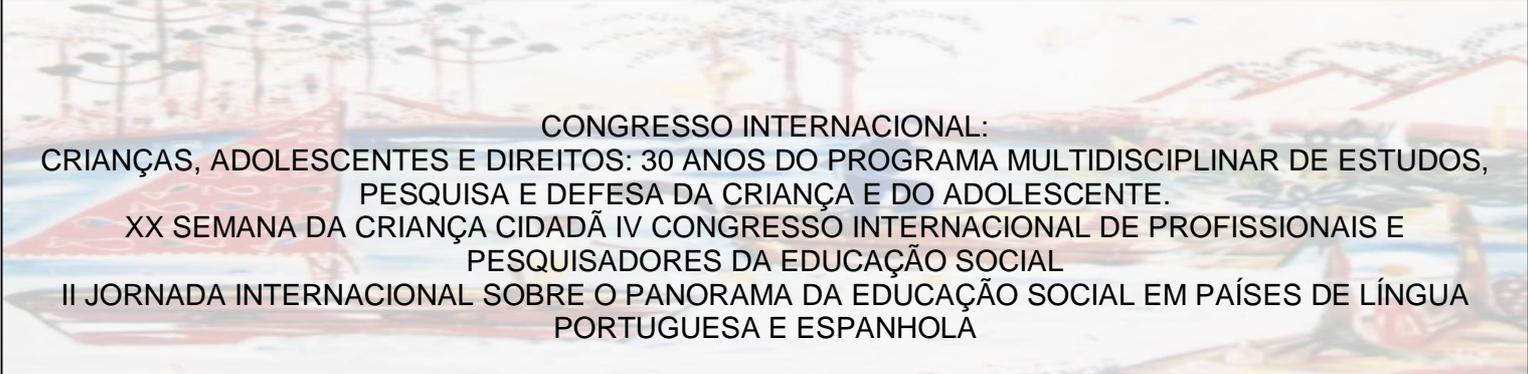
Nesse contexto, a Educação Social e os profissionais que atuam na área colaboram para a existência e eficácia dessa educação em e para os direitos humanos, a favor do desenvolvimento de uma liberdade crítica que nega o autoritarismo e a licenciosidade.

O profissional da educação social e a prática da liberdade

Ao atuar em prol da educação em e para os direitos humanos, é necessário o que Freire (2018) denomina de educação dialógica, isto é, o/a educador/a social estar em constante diálogo com os sujeitos institucionalizados, aliás, para o autor, a prática do diálogo é estabelecida pelo afeto, portanto, muitas vezes para estabelecer vínculos o diálogo também acontece pelo olhar. A confiança é outro fator importante na relação entre os indivíduos, no que diz respeito a atuação dos/as educadores/as sociais com as crianças e adolescentes, visto que,

[...] A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na *pronúncia* do mundo. [...] Um falso amor, uma falsa humildade, uma debilitada fé nos homens não podem gerar confiança. A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança (FREIRE, 2018, p. 113).

É imprescindível que a prática dos profissionais da educação social que se respaldam na educação em e para os direitos humanos, estejam relacionadas a luta pelos direitos e na função de propor uma educação que percorra o caminho da



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

liberdade e desta forma, proporcionar a oportunidade de mudança em relação às opressões oriundas de um sistema opressor e excludente. Outra prática pertencente a essa educação é o respeito à autonomia, sobre isso Freire (2018) explica:

[...] O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (FREIRE, 2018, p. 58).

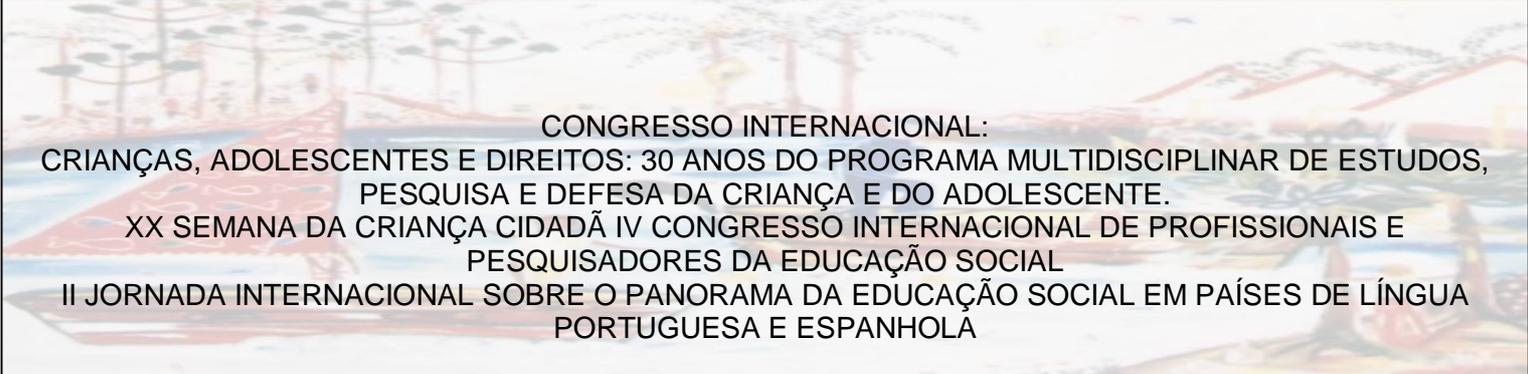
Dessa forma, compreendemos que o/a educador/a social precisa permitir que as crianças e os adolescentes se sintam livres, autônomos e então respeitados. O ensino, também exige que seja contemplado pela alegria e esperança, preenchido pelo toque de mudança, aliás, como bem ressalta Freire (2018, p. 74), “o mundo não é. O mundo está sendo”. E por isso, é nessa educação que os sujeitos terão a possibilidade de enxergar novas oportunidades de vida, pois, como a sociedade está em constante transformação, os seres humanos também estão.

Aqui ressaltamos a função social do/a educador/a democrático e consciente, que entenda o seu papel como sujeito responsável pela construção dessa educação que se objetiva nos direitos humanos, isto é, que atue diretamente na luta para a transformação social, com um olhar atento às peculiaridades de cada sujeito acolhido.

A educação social que atua em e para os direitos humanos é essa educação que bell hooks (2017) sugere, que é engajada no entusiasmo, que possibilita a alegria do aprender, que oportuniza a esperança de dias melhores, que luta pela igualdade, respeito e pela justiça. É essa educação que defendemos aqui, uma educação social libertadora e que priorize o sujeito e seus direitos.

Referências

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

CANDAU, V. *Educação em Direitos Humanos*. In: SILVEIRA, R. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico- metodológicos*. João Pessoa: UFPB, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. – 66. Ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. – 46. Ed. – São Paulo: Paz e terra, 2020.

FREIRE, P. *Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. 1- Ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes e práticas necessárias à prática educativa*. 5. Ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2.ed. São Paulo: ed. WMF Marins Fontes, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 429-461.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Ações do Projeto Brincadeiras no município de Ivaiporã/PR/Brasil no primeiro semestre de 2022

Área Temática: 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Maria Regina Rodrigues Vieira¹
Sofia Mattei Praczum²
Thaís Godoi de Souza³
Paula Marçal Natali⁴

1 Aluna do curso de Educação Física, bolsista Extensão UEM, contato: mariareginaivp2@gmail.com

2 Aluna do curso de Educação Física, bolsista CAPES-UEM, contato: ra117286@uem.br

3 Prof. Depto de Ciências do Movimento Humano- DMO-UEM, contato: tgsouza2@uem.br

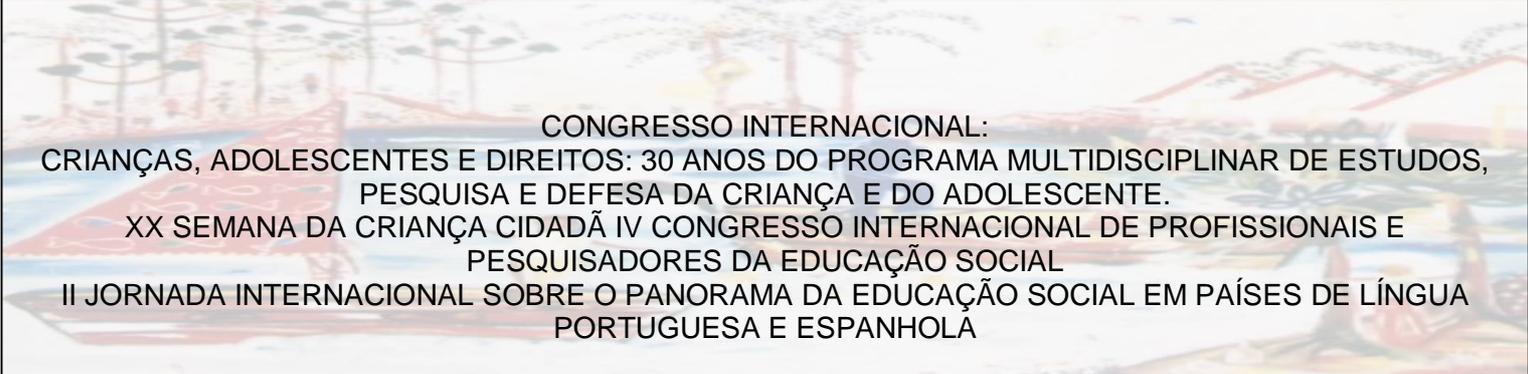
4 Prof. Depto de Ciências do Movimento Humano- DMO-UEM, contato: pmnatali@uem.br

Resumo. Este trabalho objetiva relatar as ações desenvolvidas no Projeto de extensão “Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí-PR/Brasil”, no primeiro semestre de 2022. O referido projeto no período mencionado desenvolveu ações lúdico-político-pedagógicas com crianças e adolescentes em uma entidade social que oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Constatou-se no período de três meses na instituição, um considerável vínculo e receptividade das crianças e adolescentes com o projeto, o qual foi desenvolvido por acadêmicos e acadêmicas do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá/campus regional Vale do Ivaí.

Palavras-chave: projeto Brincadeiras; extensão Universitária; criança; adolescente.

1. Introdução

O Projeto “Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR/Brasil” integra o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, vinculado a Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

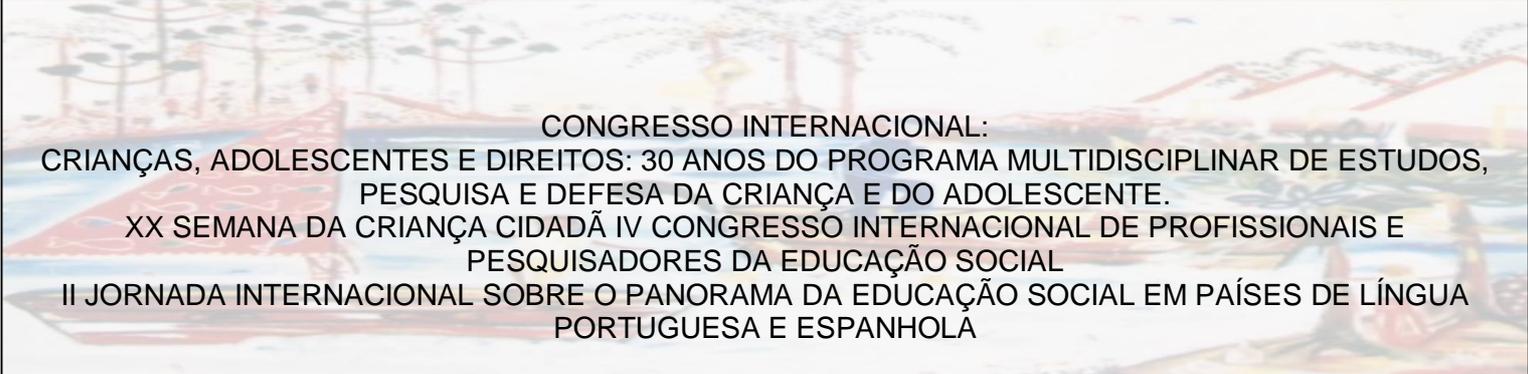
de Maringá. O projeto é constituído por professores e acadêmicos do curso de Educação Física da referida universidade.

O objetivo do projeto de extensão Brincadeiras é realizar ações lúdico-políticopedagógicas com crianças e adolescentes com direitos violados, tendo como base teórica o estudo e debate do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como um dos principais conteúdos trabalhados, bem como a possibilidade de sua participação social. O projeto de extensão que está vinculado à área da Educação Social e Educação Física, busca a garantia do trabalho e desenvolvimento da cultura lúdica por meio de ações educativas com brinquedos, jogos e brincadeiras junto às crianças e adolescentes.

O “Brincadeiras” atua na formação profissional dos membros participantes e na intervenção com crianças e adolescentes da comunidade. A primeira ocorre por meio de estudos e planejamento sobre educação social, direitos da criança e do adolescente, atuação do educador, educação física, jogos e brincadeiras. Dessa forma este relato objetiva apresentar as ações desenvolvidas no Projeto de extensão “Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí-PR/Brasil”, no primeiro semestre de 2022.

2. Local de atuação do Projeto Brincadeiras no município de Ivaiporã em 2022

Em março de 2022, período em que as atividades educacionais, projetos e outros serviços públicos retornaram ao atendimento presencial, iniciou-se também a ação extensionista da universidade no vale do Ivaí/PR/BR. A intervenção com crianças e adolescentes no Projeto Brincadeiras ocorreu na Casa de Vivência, espaço destinado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo/SCFV. Este é um serviço da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que objetiva fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022). O SCFV atende diferentes grupos, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Os atendimentos são coletivos e as atividades



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

oferecidas são voltadas para a arte, lazer, cultura e esporte. O serviço visa também ser um espaço para estabelecer relações de convívio com sujeitos da mesma faixa etária.

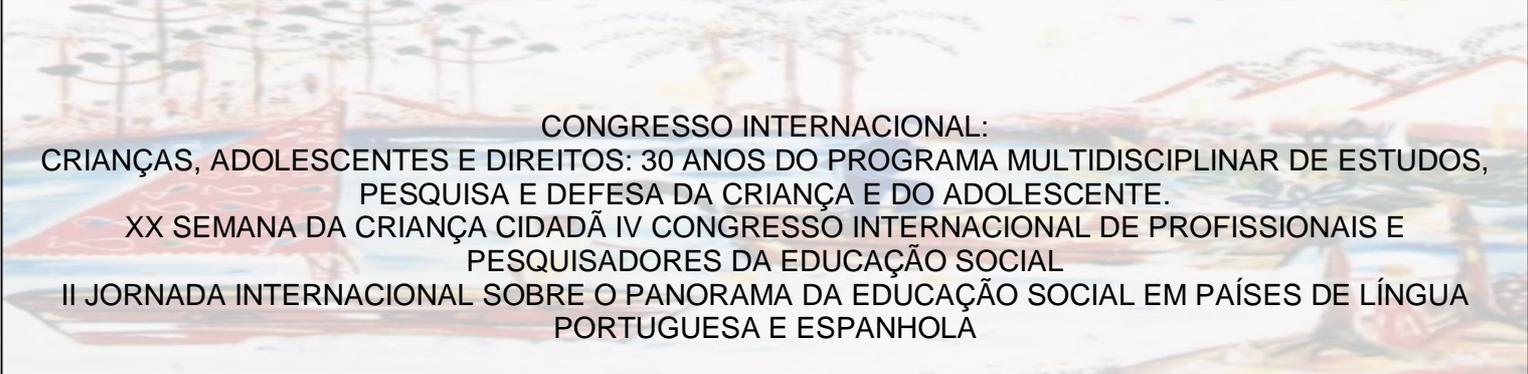
A instituição Casa de Vivência, espaço que ocorreu e ocorre as intervenções do projeto, realiza atendimento de crianças e adolescentes. Nesta perspectiva, o projeto Brincadeiras realiza atividades lúdico-político pedagógica com crianças e adolescentes a fim de estabelecer o diálogo, participação social, inclusão, respeito e compromisso, princípios estes que orientam a práxis do projeto (MÜLLER E RODRIGUES, 2002). Uma das principais metas do projeto é por meio das brincadeiras e da relação estabelecida com os meninos e meninas, discutir e problematizar o Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos humanos, ampliar e potencializar a cultura lúdica do grupo participante, bem como estimular a participação social infantil.

A cada intervenção realizada durante o primeiro semestre de 2022, os educadores elaboraram relatos individuais para apresentar e discutir na reunião de planejamento. O conteúdo do relato trata sobre como foi a participação de cada criança e adolescente frente as atividades. Deste modo, os educadores e educadores em uma das intervenções, vivenciaram uma fala sobre gênero quando ministravam o jogo tênis de mesa. Um dos adolescentes do projeto afirmou que os homens/meninos deveriam ser superiores as mulheres/meninas, e por esse motivo eles deveriam ganhar o jogo, salientou também que algumas atividades poderiam ser realizadas somente pelos meninos e outras somente pelas meninas.

Outra situação observada pelos educadores ocorreu na brincadeira “duro mole”, o “pegador”, primeiramente sendo um menino, tocou em uma menina, pois é o objetivo da brincadeira, nesse momento a mesma fez a ação de limpar o local encostado pelo menino. Esse fato chamou a atenção dos educadores e educadoras, por aparentar ser uma reação espontânea da menina.

Considerações finais

Durante três meses do primeiro semestre de 2022 as intervenções do projeto Brincadeiras ocorreu na casa de Vivência no município de Ivaiporã, instituição responsável pela oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

ingresso do projeto neste local foi autorizado gentilmente pela coordenação da instituição e a receptividade das crianças e adolescentes com os educadores foi positiva. À constância e compromisso dos educadores em formação e as crianças e adolescentes atendidos, é o objetivo do projeto, bem como, o alto grau de participação dos envolvidos na evolução educativa sobre à temática principal da discussão de direitos humanos.

Referências

BRASIL. Lei nº 8069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 12 jul.2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022. Convivência e Fortalecimento de vínculos. Disponível em: www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistenciasocial/servicos-e-programas-1/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos. Acesso em jul.2022.

MULLER, Veronica Regina. RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. *Reflexões de quem navega na educação social: Uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

As “ensinagens” de crianças como subsídio para a práxis da Educação Social

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

João Alfredo Martins Marchi ¹
Verônica Regina Muller ²
Maria Emília Vilarinho ³

¹ Prof. Dr. do Depto de Música e Artes Cênicas– DMC/UEM, contato: jammarchi2@uem.br

² Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM, contato: veremuller@gmail.com

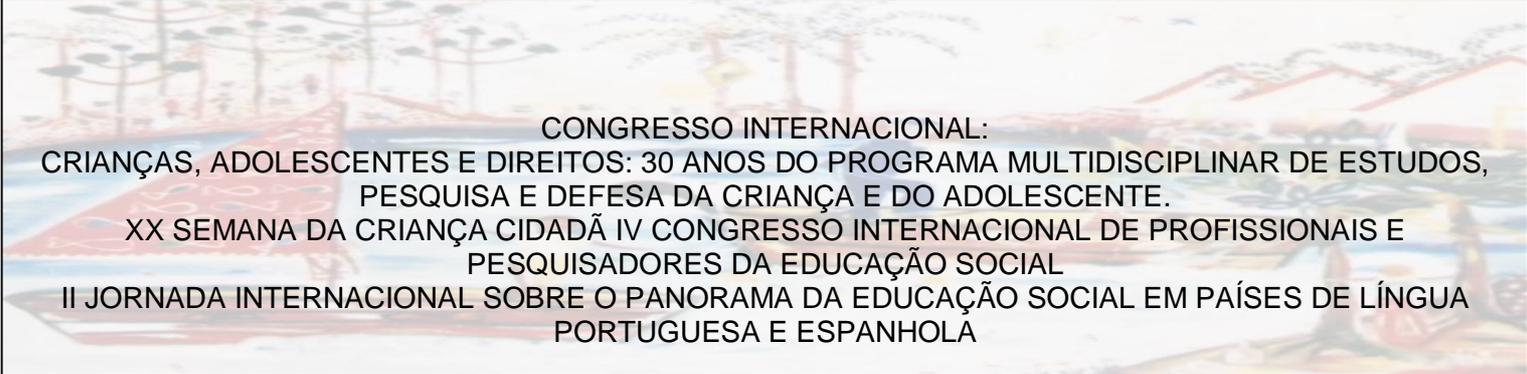
³ Prof^a. Dr^a. do Instituto de Educação – Universidade do Minho, contato: evilarinho@ie.uminho.pt

Resumo. O presente texto tem como objetivo apresentar o conceito de “ensinagens” como uma alternativa aos modos de ensinar das crianças. Nosso objetivo trata de abordar as “ensinagens” como subsídios para a atuação em Educação social. O recorte parte da investigação de doutorado do pesquisador que teve como base metodológica uma pesquisa participativa-etnográfica (FERNANDES, 2015; MARCHI, 2018) com crianças e buscou analisar categorias referentes aos modos de ensinar dos pequenos. Os resultados nos permitem apontar para um novo modo de conceituar o que consideramos como ensinar, bem como apontar caminhos possíveis para atuarmos na Educação Social a partir de uma lógica mais prazerosa e lúdica pautada nos subsídios identificados nas práticas das crianças.

Palavras-chave: Ensinagens; Crianças; Educação Social.

1. Introdução

Ao pensarmos nas relações de ensino-aprendizagem, especificamente relacionadas às crianças, geralmente encontramos resultados que se preocupam mais em recortes sobre “como ensinar as crianças?” ou “como as crianças aprendem?” do que, como é o nosso caso “como as crianças ensinam?”. Estas constatações foram



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

identificadas na tese de doutorado do investigador (MARCHI, 2022) cuja pesquisa esteve focada em, identificar junto às crianças, seus entendimentos sobre o que é ensinar, chegando em categorias como: “Por que algumas crianças não ensinam?” “O que é preciso para ensinar?”, “Quem a criança ensina e com quem aprende?”, “Por que e para que as crianças ensinam?” e ainda, a pergunta que deu início a investigação, “como as crianças ensinam?” (MARCHI, 2022).

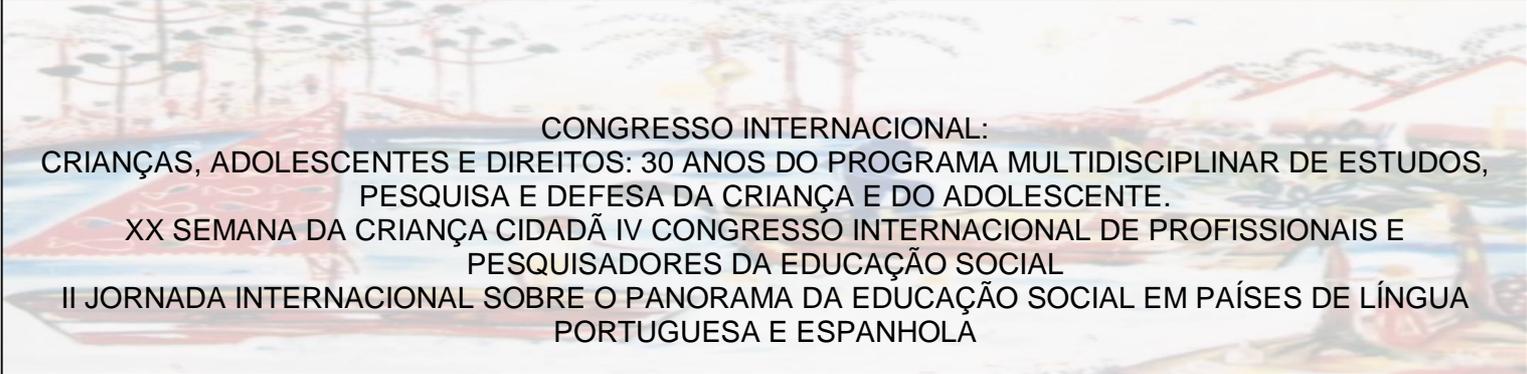
Tais significantes (BARDIN, 1979) nos levaram a apontar a pertinência de um novo conceito, o de “ensinagens” para podermos denominar como os pequenos ensinam. Neste texto não vamos apresentar as categorias de análise, no entanto, apontamos que a pesquisa de doutorado citada já se encontra disponível no repositório da Universidade do Minho.

Posto isso, apresentamos na sequência uma argumentação teórica acerca do conceito de “ensinagens” e, num segundo momento, as possibilidades que este modo de olhar para as crianças pode influenciar na práxis docente, especificamente, na Educação Social.

2. Mas o que são as “ensinagens”?

Ao buscarmos o termo “ensinagens” em diferentes repositórios, constatamos os seguintes resultados. 308 respostas no google acadêmico, 0 na plataforma Scielo, e 56 na plataforma CORE. Tais dados corroboram com nossa análise de que este conceito não apresenta uma única definição, bem como, encontra-se em díspares áreas, como por exemplo, na psicopedagogia, na educação do campo, no ramo das artes visuais etc. Segundo este mesmo levantamento, a primeira menção do termo como conceito aparece no artigo de Anastasiou (2001) ao apontar que

Na ensinagem, o processo de ensinar e aprender exige um clima de trabalho tal que se possa saborear o conhecimento em questão. O sabor é percebido pelos alunos, quando o docente ensina determinada área que também saboreia [...] Para isso, o saber inclui um saber o quê, um saber como, um saber porque e um saber para quê (p. 4)



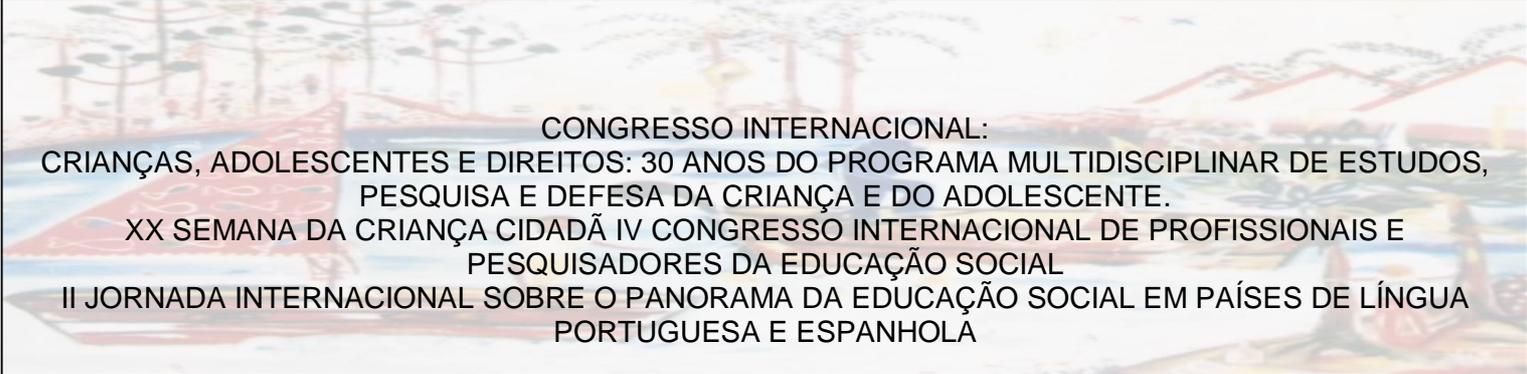
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

O contexto em que Anastasiou (2001) se instaura, se refere a prática docente no ensino superior, em nosso caso, ao enfocarmos nos saberes das crianças as “ensinagens” aparecem como práticas “não lineares e que acontecem num tempo muito presente. São práticas que interrelacionam o descobrir, o experienciar, o fazer e caracterizam um modo muito particular de definir o que é ou não ensinar” (MARCHI, 2022, p. 1).

No entanto, ao relacionarmos o nosso modo de conceituar as ensinagens com o conceito apresentado por Anastasiou (2001) nos chama a atenção o termo saborear, pois, em nossa investigação, vimos que o que dá sentido para o ensinar das crianças é o prazer. Segundo Colavitto (2019) “É intrínseco à criança expressar seu prazer de modo instintivo e espontâneo, pois está em sua natureza responder aos estímulos orgânicos sem julgamentos ou autorrepressão, justamente porque ainda não os aprendeu” (p. 95). Assim, podemos apontar que as ensinagens, situam-se em trocas de saberes prazerosas, sem a pretensão de resultados padronizados e que, segundo nossa investigação, permite que, tanto quem ensina, quanto quem aprende, se permita descobrir e experienciar novos modos de lidar com os saberes enquanto ensina/aprende. É neste tempo presente (DELEUZE, 1992) que se encontram as ensinagens das crianças. Mas como transpor esse conceito na práxis educativa, especificamente em Educação Social?

3. Educação Social: possibilidades à práxis educativa a partir das ensinagens

Segundo Natali (2016) a Educação Social pode ser definida como práticas que levem à “potencialização dos sujeitos em direção às construções culturais da sua época” (p. 18). De modo semelhante, Núñez (2004) aponta a Educação Social como uma área voltada, dentre outros aspectos, para produzir efeitos de inclusão cultural. Neste sentido, a prática de educadores e educadoras sociais se mostra múltipla no referido ao conteúdo, pois, segundo Freire (2011) é preciso nos atentarmos para os saberes prévios dos sujeitos e partir destes, como temas geradores para nossa práxis educativa. No entanto, ao pensarmos no método utilizado na Educação Social, corroboramos com os princípios elencados por Müller e Rodrigues (2002), sendo eles:



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

O respeito, o compromisso, a inclusão, a participação e o diálogo como pilares necessários à práxis do educador e da educadora Social.

Avançando em nossa análise, acrescentamos também as ensinagens como um outro princípio potente à prática da Educação Social, pois por meio dela é possível não apenas identificar temas geradores, mas experimentar novos saberes ao permitir, de forma lúdica e prazerosa, que os sujeitos da Educação Social se envolvam no processo em que es estão inseridos. Para tal, entendemos que a ludicidade se torna um elemento-chave ao pensarmos nas ensinagens, pois permite que, de modo mais espontâneo, seja incentivado a participação dos sujeitos e, segundo o que defendemos nesse texto, a curiosidade e a efemeridade das propostas vivenciadas, a fim de criar um ambiente de maior receptividade e vínculo entre educadores/as e educandos/as.

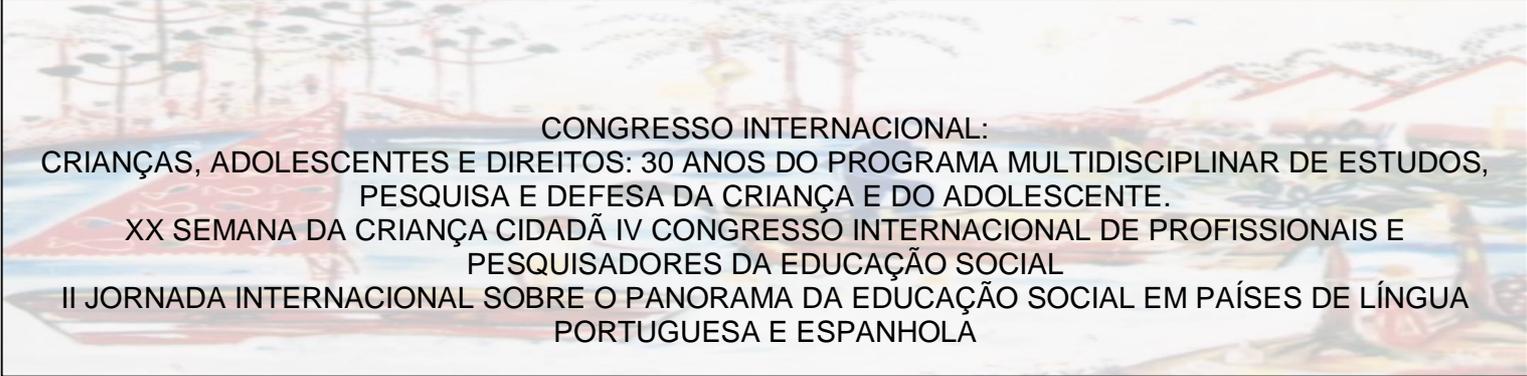
4. Considerações Finais

A partir do exposto, vemos que as ensinagens são mais do que simples trocas de saberes, mas envolvem uma dimensão lúdica, não linear, um tempo presente e ainda permite que sejam feitas novas descobertas e modificações dos saberes enquanto os mesmos são vivenciados tanto por quem ensina como por quem está ensinando. Ao pensarmos na Educação Social, vemos que as ensinagens podem atenuar o vínculo entre educadores/as e educandos/as, permitindo assim que o conteúdo da educação social seja abordado de modo mais prazeroso, inclusivo e participativo, o que, em nossa análise, auxilia ainda no processo de horizontalidade (FREIRE, 2011) entre educador/a e educando/a buscado na Educação Social. Por fim, vemos que, para entender mais as ensinagens é preciso estar com quem mais as entende e as pratica, as crianças.

Referências

ANASTASIOU. L. *Educação Superior e Preparação Pedagógica: elementos para um começo de conversa*. In. *Revista Saberes*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.4, 2001.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

COLAVITO, M. *Estado de infância: a poiesis na arte da palhaçaria*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2019.

DELEUZE, G; GUATARI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: 34, 1992.

FERNANDES, N. Pesquisa com crianças: da invisibilidade à participação. In: ENS, R; GARANHANI, M. *Pesquisa com crianças e a formação de professores*: Pucpress, p. 21-29, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MARCHI, J. *As "ensinagens" das crianças: entendimentos das meninas e dos meninos do "Projeto Brincadeiras" na cidade de Maringá – Paraná*. Tese de doutorado em Estudos da criança. Universidade do Minho, 2022.

MARCHI, R. Pesquisa etnográfica com crianças: participação, voz e ética. In. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 43, p. 727-746, 2018

MÜLLER, V. & RODRIGUES, P. *Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.

NATALI, P. *Formação Profissional na Educação Social: Subsídios a partir de Experiências de Educadores Sociais Latino Americanos*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2016.

NÚÑEZ, V. *Pedagogia Social. Cartas para navegar en el nuevo milenio*. Buenos Aires: Santillana, 2004.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Crianças pequenas e o direito a uma educação integradora

Área Temática 1 Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Danilo Furlan ¹
Valéria Aparecida Bressianini ²

¹ Aluna do Mestrado em Educação, PPE-UEM, contato: vabressianini@gmail.com

² Aluno do Mestrado em Educação, PPE – UEM, contato: ciamanipulando@gmail.com

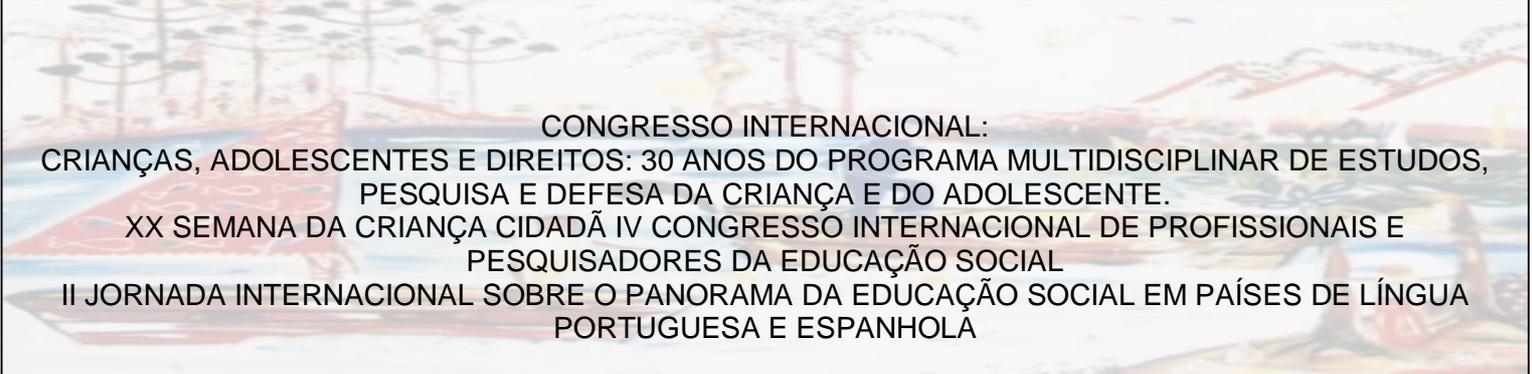
Resumo. Este trabalho tem por objetivo relatar experiências vividas com crianças de seis meses até seis anos de idade no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Carolina Fernandes Dias”, retratando atividades realizadas pela instituição com o objetivo de promover uma educação integradora potencializando o desenvolvimento das crianças em suas formas mais elaboradas viabilizando o conhecimento por meio dos sentidos, entendendo que a criança compreende a realidade. Também relatamos a experiência do Contador de histórias Danilo Furlan em 62 CMEIs do município de Maringá contando histórias com o tema “Trânsito”.

Palavras-chave: crianças; educação; desenvolvimento.

Relato de Experiência

Relatamos neste trabalho, experiências educacionais que tiveram como propósito, a promoção de uma educação com o objetivo de promover conhecimentos significativos para crianças de dois locais diferentes.

Iniciarei falando sobre o trabalho desenvolvido em uma instituição escolar de Educação Infantil do qual eu, Valéria Aparecida Bressani atuo como educadora. Desenvolvemos nosso trabalho dentro do CMEI pensando sobre formas educacionais que fossem potencializadoras de conhecimento, diante do cenário vivido em contexto de pandemia. A segunda experiência se refere ao trabalho de Contação de História



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

com tema "Transito" desenvolvido nos 62 CMEIs da cidade de Maringá.

Nos últimos dois anos, toda a equipe de profissionais do CMEI – "Carolina Fernandes Dias", no município de Ivatuba, Região Noroeste do Paraná, destacou variadas dificuldades no trabalho pedagógico com as crianças da Educação Infantil, segundo o cenário vivido com a pandemia do Coronavírus (Covid-19). O CMEI atende cento e vinte crianças com idade entre seis meses a seis anos de idade. Durante os anos de 2020 e 2021, as crianças foram atendidas através da educação remota. No início do mês de abril do ano de 2020, muitas foram as informações que chegavam para o CMEI, sobre o encaminhamento das ações pedagógicas, porém, todas eram bastantes falhas, e não contemplavam as necessidades de aprendizagem das crianças. A preocupação se dava na forma como iríamos abordar o encaminhamento educacional, tendo em vista que as interações e as brincadeiras são os eixos norteadores das ações na Educação Infantil. Nem todas as famílias possuíam aparelhos de celulares ou computadores para a receberem as orientações pedagógicas e nossa preocupação também se dava em torno do uso prolongado de telas por criança menores de seis anos de idade. Os pais dos alunos foram orientados via grupos de whatsApp sobre como realizar as intervenções com os filhos e uma vez por semana iam até o CMEI para receber as atividades produzidas para as crianças, como jogos, e outros materiais. Muitas famílias não deram conta de realizar as intervenções sempre nos colocando que as crianças ficavam aos cuidados dos avós ou de adolescentes que eram parentes próximos das famílias e o calendário de devolução das mediações raramente eram cumpridos. Compreendendo as dificuldades, porém não perdendo de foco os objetivos da educação das crianças, foi necessário ir mapeando as dificuldades que nos eram possíveis de avaliar quando as crianças iam ao CMEI, ou quando os pais nos procuravam para expor suas dúvidas. Nesse sentido, quando o CMEI retornou o atendimento no presencial no mês de setembro de 2021, percebemos que era necessário realizar uma educação que possibilitasse desenvolvimento integral às crianças, tendo em vista que o sistema educacional vigente apresenta uma educação pautada em avaliações de larga escala, onde o professor é mero transmissor daquilo que lhe foi transmitido no passado (FORMOSINHO, 2019), não atende as necessidades de formação humana, de inclusão. Na defesa de uma abordagem educacional contra

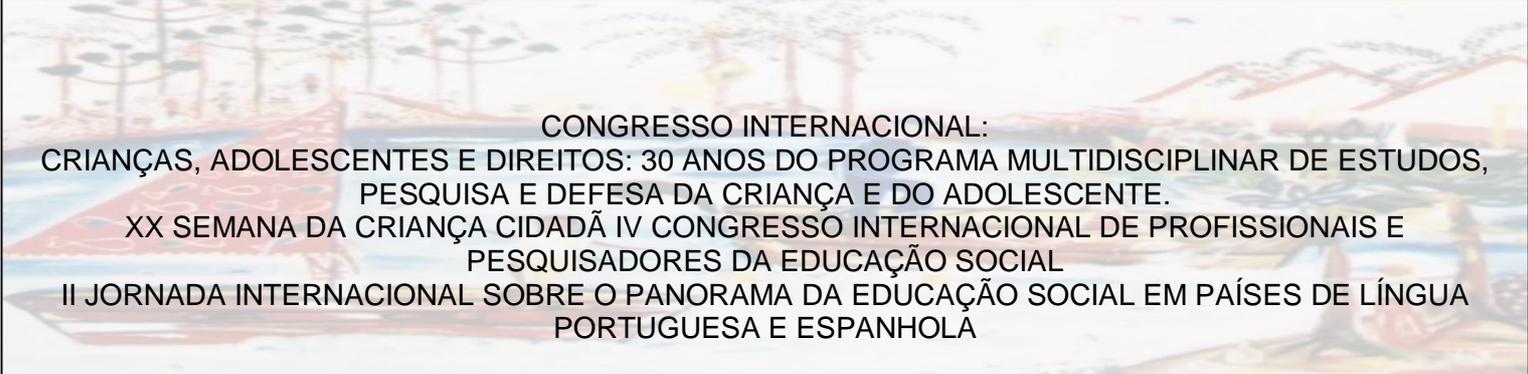
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

hegemônica, onde as crianças participam ativamente no processo de aprendizagem, realizamos o planejamento das aulas envolvendo o desenvolvimento motor, a linguagem, o cognitivo, o social e o emocional.

A intencionalidade das mediações pedagógicas com a musicalização, por exemplo, viabilizou o desenvolvimento da fala, pois crianças com três anos de idade, chegaram no CMEI, com a comunicação verbal bastante comprometida. A medida que foram passando por vivências planejadas com o propósito segundo as necessidades das delas, os resultados foram sendo apresentados dia após dia. Os resultados obtidos com a realização das atividades direcionadas segundo as necessidades das crianças tiveram resultados positivos. O que nos permite realizar uma avaliação constante sobre as práticas pedagógicas que respeitam os direitos de aprendizagem das crianças.

Nesta perspectiva, se quisermos uma educação para a vida, propondo a satisfação individual e coletiva, que promova o contato com o sensível, consciente com o belo e que ao mesmo tempo ensine a cuidar do planeta, das pessoas, de forma sustentável, torna-se necessário falar não simplesmente de qualidade na educação, mas de qualidade sociocultural, socioemocional e socioambiental, que venha possibilitar a integração da instituição escolar e da comunidade escolar, pensando sobre o direito que todos têm de aprender e trocar conhecimentos. Não se pode socializar aprendizagem com na escola da infância promovendo a escolarização da educação infantil. Nesse período de desenvolvimento das crianças pequenas, não se pode levar em consideração somente o registro de letras e números. Dar continuidade a uma atividade mecanicista que não promove a integração das crianças e daqueles que estão ao seu redor.





CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Já nos Cmeis de Maringá o trabalho é realizado por Danilo Furlan dentro do setor de Educação e trânsito do Município, por meio de Licitação em formato pregão para a contratação de contador de histórias com formação em Pedagogia, realizando atividade de contação de Histórias com o Tema geral trânsito e o foco no uso da faixa de pedestre pela criança. O projeto é desenvolvido com as crianças do infantil 4 e 5. Cada turma recebe o contador em sua sala, iniciando assim um lugar de proximidade.

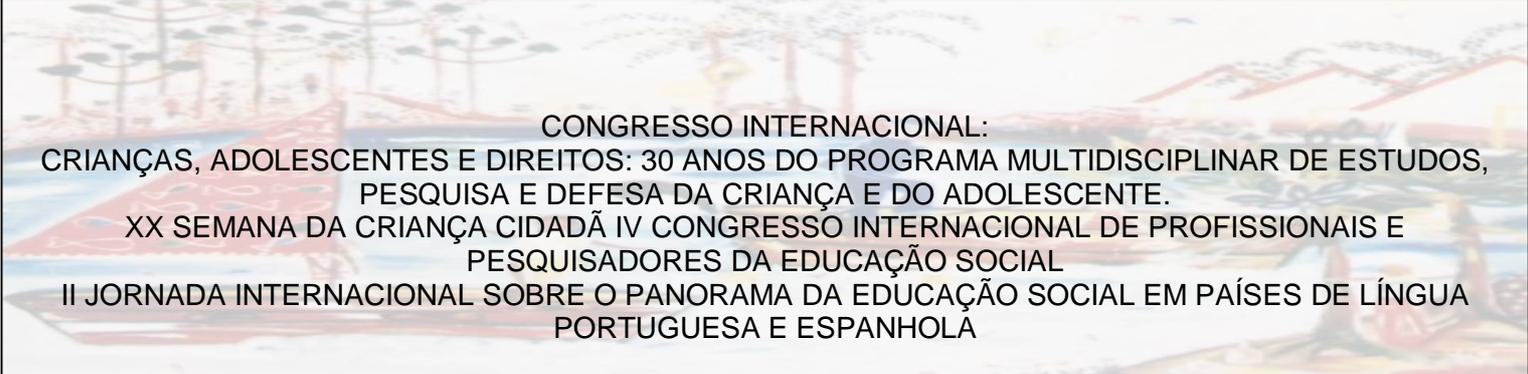
Então a história é contada com o recurso de manipulação de Bonecos. O personagem principal ganha vida dormindo, roncando, acordando, gritando a mãe, tomando café da manhã e correndo para a escola. Para fazer a criança se identificar com o personagem, brinco com onomatopeias e frases de repetição como:

-Manhê! Quero leite, quero pão, quero iogurte com mamão.

É nesse universo de brincadeira que a criança simpatiza com o personagem e passa a levar para a vida dela os aprendizados oferecidos pela história como, não atravessar a rua correndo, fazer o sinal com a mão, esperar o carro parar e atravessar na faixa de pedestre. É na ludicidade que a criança esta entregue para a troca, Luckesi (2000, p. 21) relata que “brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo”. Foi ao longo de 5 anos dessa atividade nos CMEIs de Maringá que fui aprendendo e entendo isso na prática com o relato de pais que passaram a me procurar nas redes sociais ou me parar na rua para relatar as mudanças positivas dos seus filhos diante aquelas questões. Neste sentido CORDAZZO que a brincadeira e a ludicidade na infância “estimula o desenvolvimento físico, cognitivo, criativo, social e a linguagem da criança” (CORDAZZO; VIEIRA, 2007).

Conclusão

Que as crianças cresçam e se desenvolvam dentro de um universo de ludicidade e saibam lutar de forma perseverante pelos fins que se tenham proposto. “Que estabeleçam capacidade de refletir de maneira independente, que saibam desejar e decidir de forma responsável em seu universo, mas que ao mesmo tempo,



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

possam adaptar-se as propensões dos outros e às exigências reais e compreensíveis da sociedade na promoção de uma sociedade harmoniosa e na busca por desenvolvimento integral” (FALK, 2021). Nesse sentido o educador tem função fundamental na mediação do processo de ludicidade e desenvolvimento da criança, esperamos que esses relatos possam auxiliar e estimular trabalhos parecidos em outros espaços educacionais.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53.ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido/-*Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Educação Social e palhaçaria: uma prática artístico-lúdico-político- pedagógica em Navarra/Espanha

Área temática 1 - Educação Social: Infâncias, Adolescências e juventudes

Marcelo Adriano Colavitto¹

Renata Carolina Pereira²

¹ Professor do Instituto Federal do Paraná – IFPR, contato: macolavitto@gmail.com

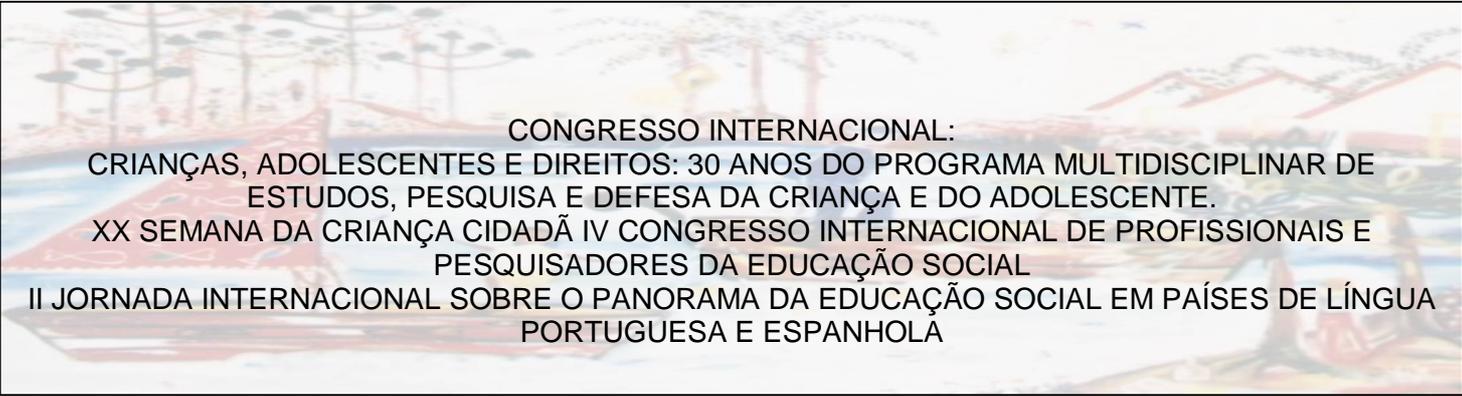
² Coordenadora do projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas ruas – PCA - UEM, contato: re.c.p@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa observar a efetividade de uma apresentação artística, utilizando a figura do palhaço, a fim de criar um ambiente propício ao estabelecimento de vínculo entre o educador social/clown e sua audiência. A metodologia da abordagem educativa é pautada nos princípios éticos do PCA – Programa de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, pautada também na prática lúdico-político-pedagógica desenvolvida pelo grupo Meu Clown, que compreende uma apresentação de cenas clássicas de palhaçaria, atividades lúdicas, seguida por roda de conversa na qual os participantes estabelecem um diálogo crítico a partir de temas gerados por meio de perguntas realizadas pelos educadores que conduzem a atividade. Como resultado, a figura do palhaço se mostra relevante no que diz respeito a criação de uma relação não tradicional e hierarquizada, entre educadores-artistas e educandos no trabalho pedagógico, na perspectiva da educação social com crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Palhaço; Educação Social; Cidadania.

Introdução

Abordaremos neste texto observações e resultados da prática artístico-lúdico-político-pedagógica, realizada na região de Navarra/Espanha, entre os meses de



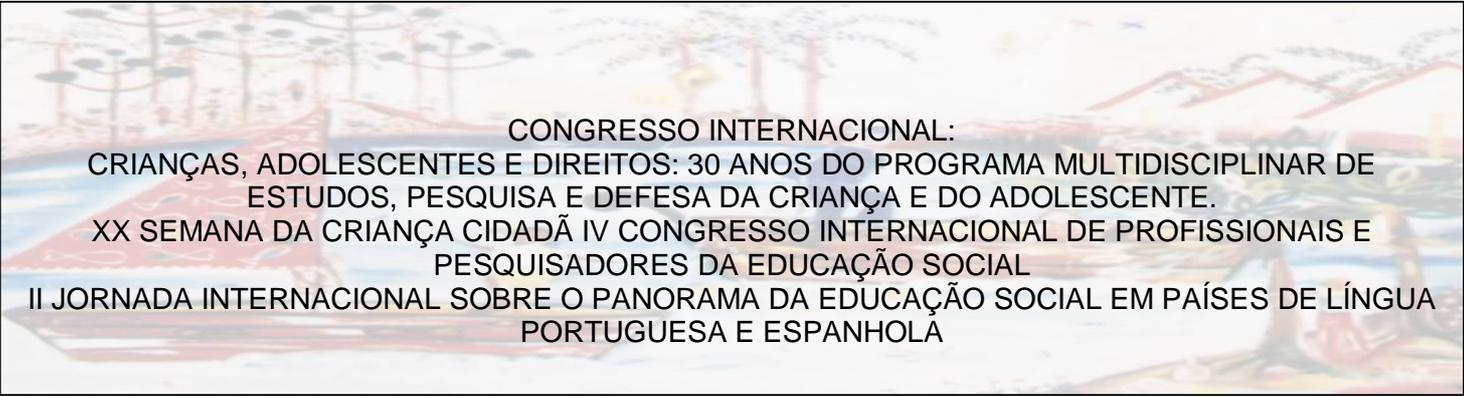
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

janeiro e fevereiro de 2022, com a supervisão e o suporte técnico da Asociación Navarra Nuevo Futuro.

Foram realizadas ações educativas utilizando a figura do palhaço, seguidas de atividades lúdicas e de educação social em diversos contextos educativos, seja dentro de uma instituição formal, como a IES Huarte, seja em contexto de animação cultural ou formação profissional como foi o caso de uma apresentação seguida de roda de conversa com os estudantes do curso de formação superior em Educação Social da Universidade de Bilbao, Espanha. O I.E.S. Huarte é um instituto de formação profissional e educação secundária (ensino médio) que oferece uma proposta educativa alternativa, personalizada e atrativa, especialmente, para um alunado que teve dificuldades em seu processo educativo. Inspirada no círculo de cultura de Paulo Freire (2012), a roda de conversa permite que os participantes tenham papel protagonista nas atividades enquanto o pesquisador exerce a função de coordenador e mediador dos assuntos.

O objetivo dessa investigação é observar a efetividade de uma apresentação artística, utilizando a figura do palhaço, como um dispositivo potente para, por meio do riso, criar um ambiente propício ao estabelecimento de vínculo entre o educador social/*clown* e sua audiência.

A metodologia da abordagem educativa é pautada nos princípios éticos do PCA – Programa de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, que se preocupa com a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, bem como o entendimento de que ao olharmos para os pequenos os compreendemos juntamente a sua construção social. Pautada também na prática lúdico-político-pedagógica desenvolvida pelo grupo Meu Clown, que compreende uma apresentação de cenas clássicas de palhaçaria por dois educadores formados em artes cênicas; atividades lúdicas para o desenvolvimento de dinâmicas capazes de promover empatia e participação democrática, seguida por roda de conversa na qual os participantes estabelecem um diálogo crítico a partir de temas gerados por meio de perguntas realizadas pelos educadores que conduzem a atividade. Assim, a rodada de conversa se torna o ponto-chave de nossa prática, visto que as crianças e adolescentes podem



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

expor suas opiniões diante de uma escuta especializada. Além disso, utilizamos a figura do clown como princípio gerador de vínculo entre educador e educando visto que,

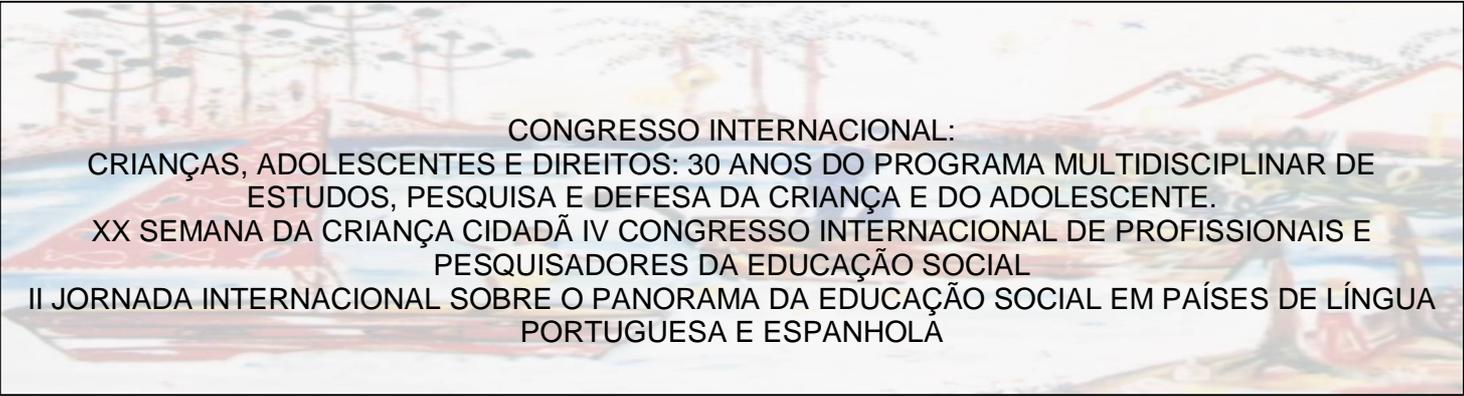
Diferentemente de outros personagens do teatro, o clown tem um contato direto e imediato com o público, só pode viver com e sob o olhar dos outros. Não se representa um clown diante de um público, joga-se com ele. Um clown que entra em cena entra em contato com todas as pessoas que constituem o público, e seu jogo é influenciado pelas reações desse público (LECOQ, 2010, p. 217).

Os referenciais teóricos são ancorados na arte da palhaçaria e nas teorias do riso, como Colavitto (2016) e Lecoq (2010) e seus desdobramentos na psiquê e comportamento humano e também em autores que desenvolvem suas obras a partir de uma educação progressista, como Freire (2012), baseada nos direitos humanos, na emancipação social e no pensamento crítico.

Palhaços brasileiros em Navarra/Espanha

Com o intuito de promover um intercâmbio de conhecimentos a respeito do panorama da Educação Social na região de Navarra, Espanha, os palhaços e educadores – Marcelo Colavitto e Alberto Vizoso, desenvolveram durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2022, atividades artístico-lúdico-político-pedagógicas em diversas instituições de diversas cidades espanholas, sempre mediada pela Asociacion Navarra Nuevo Futuro, que os recebeu durante sua estadia.

As apresentações e ações educativas tinham também o propósito de fazer um levantamento de como era organizado e realizado o trabalho de Educação Social a fim de mapear as diferenças entre a organização e a atuação dos educadores espanhóis e brasileiros, além de observar os avanços em termos de legislação no país europeu. Para isso, os palhaços/educadores realizaram: 20 entrevistas sobre educação social e sobre arte e educação com diversos educadores de base e professores universitários, coordenadores, palhaços, crianças e adolescentes; Gravação de um documentário sobre a residência artística e educativa; 21 oficinas compostas por apresentação de



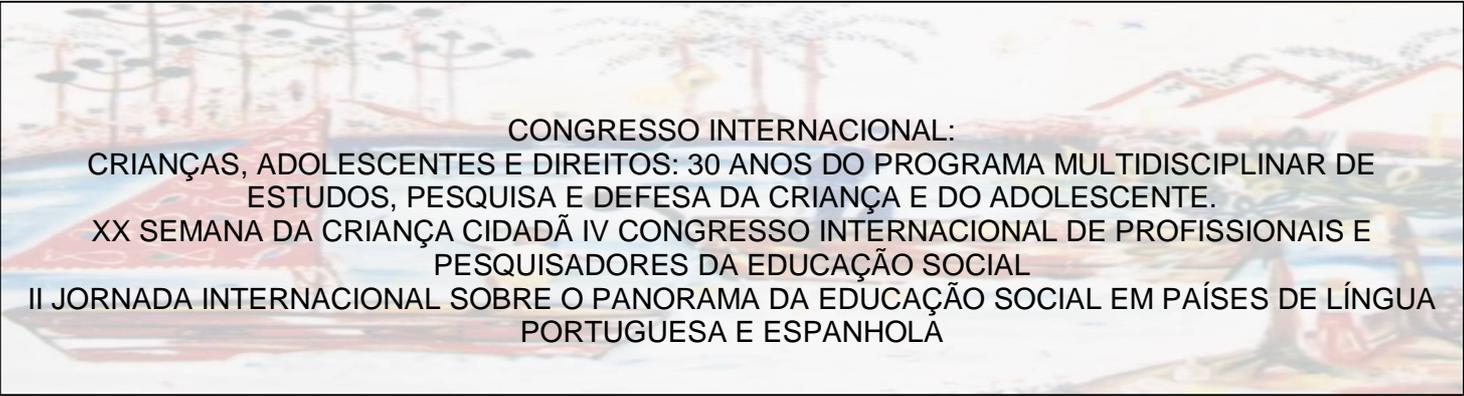
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

cenar de palhaçaria e diálogo com os participantes; Desenvolvimento de 5 animações de rua. Ao todo, participaram 145 pessoas nas oficinas e cerca de 200 pessoas nas ações de rua e em auditórios.

A proposta metodológica consistia em realizarmos uma breve apresentação cênica utilizando a figura do palhaço como personagem da ação em um esquete cômico musical. Foram selecionadas três entradas tradicionais de palhaçaria brasileira que foram cenicamente costuradas por textos e músicas conhecidas que fazem parte do imaginário popular universal (Havana, The lion sleeps Tonight e La bamba). São chamadas de entradas as cenas improvisadas ou criadas por meio de improvisação pelos artistas clowns durante as suas apresentações. COLAVITTO (2016, p. 103). As cenas foram executadas pelos palhaços: Benedito e Baltazar, que são os *clowns* de Marcelo Colavitto e Alberto Vizoso, respectivamente. Após a apresentação do esquete, os educadores/*clowns*, se descaracterizavam diante da plateia de participantes/educandos e se apresentavam enquanto pesquisadores e educadores.

Era informado o caráter investigativo da proposta de modo que todos e todas consentissem a participação. Neste momento, os educadores se fazem presentes, mas a figura do palhaço permanece no imaginário do público, que por sua vez sentem-se mais próximos aos educadores devido a relação lúdica preexistente entre público e palhaços. A importância dessa relação está na quebra de hierarquia, pois o palhaço encontra-se em um local adjacente ao estado de infância da criança, pois “O palhaço é aquele que consegue resgatar em si a inocência e o prazer, típicos da infância, mesmo após a experiência como adulto” (COLAVITTO, 2019, p. 63).

Após a nossa apresentação, era sugerida uma dinâmica para provocar a interação com os participantes da atividade artístico-lúdico-político-pedagógica, pois “Entendemos que o jogo vem a ser um instrumento para o elo na relação entre educador e educando, pois ele pressupõe a participação espontânea e verdadeira, totalmente voltada para o presente” (PEREIRA, 2018, p. 30) A proposta consistia em que os participantes fossem divididos em duplas de forma aleatória e em seguida, um componente da dupla se apresentava para o outro, contando sobre coisas que costumam fazer, suas preferências, e tudo que julgasse relevante para comunicar sua identidade. Enquanto isso, o outro deveria permanecer quieto e atento. Depois de um



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

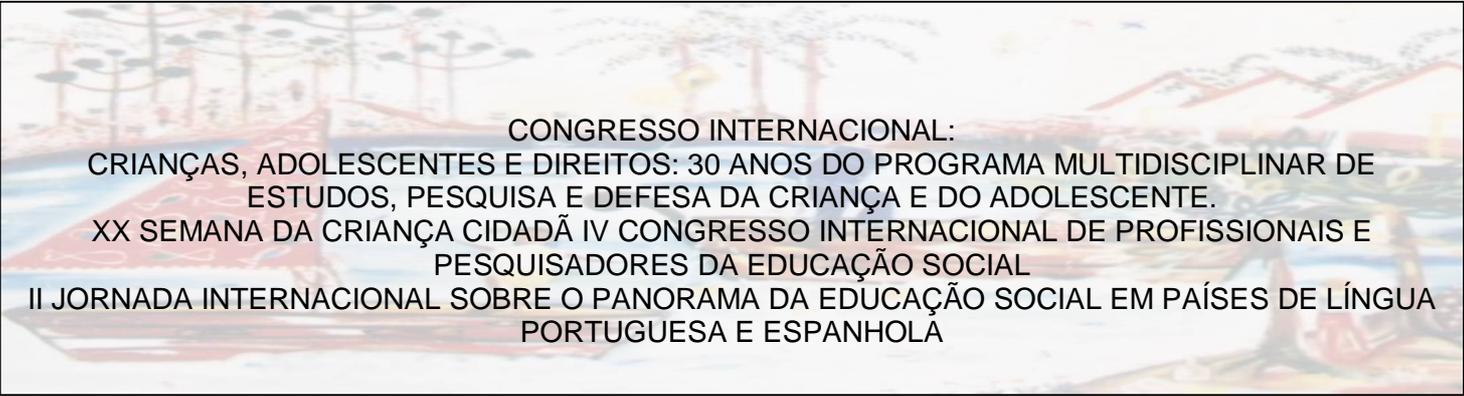
minuto e meio trocavam-se os papéis e após esse momento, se formava um círculo e um deveria apresentar o outro para o grupo maior. Em determinado momento: um dos componentes da dupla que realizou a dinâmica, deveria assumir a personalidade daquele que foi seu interlocutor, ou seja, deveria se apresentar como se fosse o seu parceiro de atividade.

Esse era um momento de grande riqueza no que diz respeito das falas das crianças e adolescentes participantes, pois durante o jogo, os participantes têm a possibilidade de se expor de forma espontânea, ou seja, mesmo o mais tímido se coloca de forma verdadeira diante dos outros, demonstrando suas dificuldades, “as crianças e adolescentes comunicam-se por meio de diferentes linguagens e além da linguagem oral, as crianças expressam os mesmos sentimentos por meio de sua linguagem corporal” (PEREIRA, 2018, p. 31).

Os educadores, nessa etapa da pesquisa, utilizam da experiência e do conhecimento para uma escuta especializada que possa captar as necessidades e angústias colocadas não somente nas palavras, como no próprio comportamento dos educandos. A prática artístico-lúdico-político-pedagógica realizada, demonstrou que o diálogo com as crianças e adolescentes participantes, se demonstrou potencializada quando iniciada com uma apresentação artística, utilizando o riso como dispositivo capaz de gerar empatia entre os atores da atividade educativa.

A modo de conclusão

Para os educadores, a experiência em Navarra – Espanha foi de grande importância para o conhecimento de novas culturas infantis, pois sabemos que existem várias infâncias e conhecer sua diversidade se faz necessário para o educador/educadora social. A figura do palhaço se mostra relevante no que diz respeito a criação de uma relação não tradicional e hierarquizada, entre educadores-artistas e educandos, permitindo assim maior possibilidade de estabelecimento de vínculo e sucesso no trabalho pedagógico na perspectiva da educação social com crianças e adolescentes.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referências

COLAVITTO, Marcelo Adriano. *Meu clown: uma pedagogia para a arte da Palhaçaria*/ Marcelo Adriano Colavitto. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

LECOQ, Jacques. **O corpo poético**: uma pedagogia da criação teatral. Tradução de Marcelo Gomes. São Paulo: Senac, 2010.

PEREIRA, Renata C. *A cidade que foi salva pelas crianças*: prática teatral com crianças e adolescentes com direitos violados. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Verônica Regina Müller. Maringá, 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Educação Social no Brasil: registros históricos de capas de livros

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Verônica Regina Muller ¹

¹ Prof. Depto de Educação– DED-UEM, contato: veremulher@gmail.com

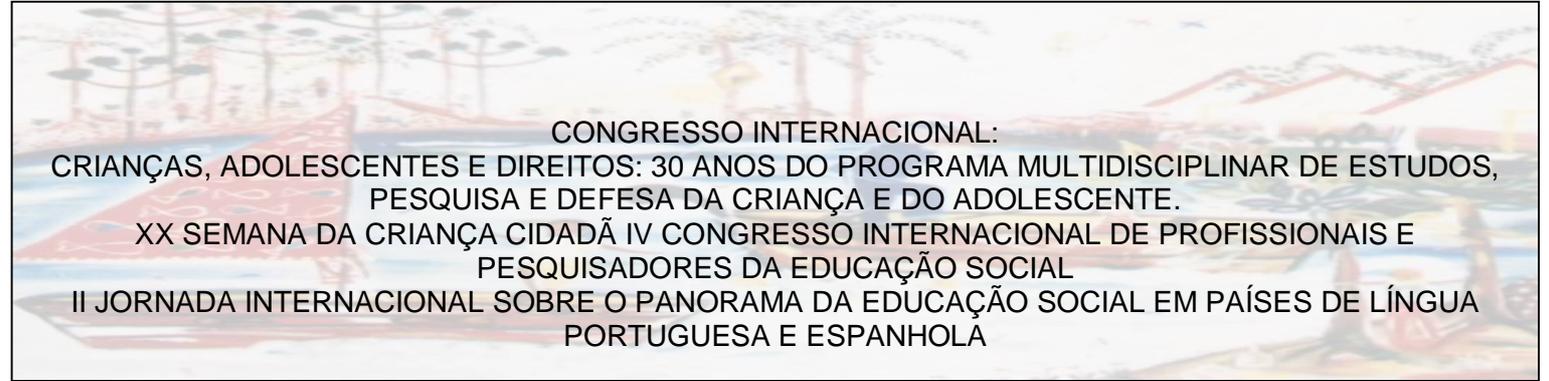
Resumo: Este texto trata de uma apresentação e comentários sobre livros editados no Brasil em que a expressão “Educação Social” aparece na capa em especial o mais antigo registrado, do autor Celso Kelly, em 1934. Dessa forma, visa-se explorar a forma como a educação social aparece em diferentes tempos e mostrar como ela precisa ser registrada e conhecida de modo a fortalecer a história de construção de sua identidade e diversidade.

Palavras-chave: Educação Social

Introdução

A Educação Social é um campo reconhecido dentro de políticas públicas de múltiplos países, já no século XX. No Brasil, é um fenômeno recente, que adquiriu mais notoriedade na segunda década do século XXI, com a luta pela regulamentação da profissão do/a educador/a social a partir de 2015 (PLS 328/15).

A Educação Social no Brasil pode ser analisada sob diversos ângulos, o que escolhemos abordar aqui é o que se refere a capas de livros editados no Brasil que tragam a expressão “Educação Social”, apresentando e analisando suas características, como mais um modo de registrar a história dessa área no Brasil. Realçamos, portanto, que não se trata de uma pesquisa sobre capas no idioma português, nem sobre os artigos, especificamente, pois os artigos, teses e dissertações têm encontrado mais fácil localização nas buscas, já os livros — que em princípio indicam resultados advindos de profundas reflexões — não têm sido devidamente conhecidos.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

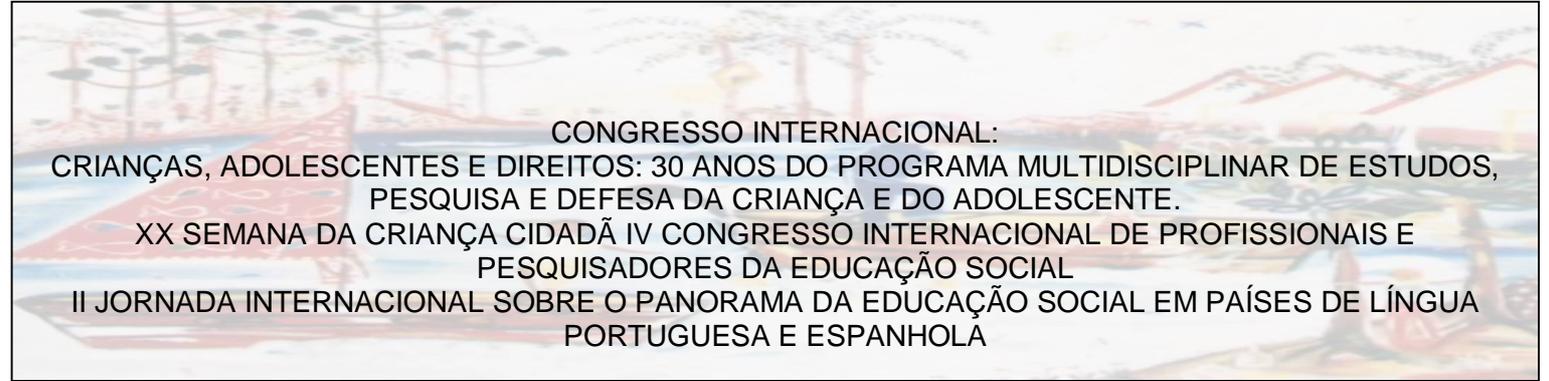
Destacamos, como sobreaviso, que a busca não contemplou a expressão “Pedagogia Social”.

Nesta oportunidade, analisaremos características da obra mais antiga publicada com o título contendo “Educação Social”, a título de publicização da mesma, já que não se conhecem comentários sobre sua existência nas publicações da área da educação social.

Método e Resultados

Para iniciar a discussão, vale ressaltar que a busca dos livros deu-se pelo google com os descritores “livro educação social”, o mesmo acontecendo na especificidade da busca no site “estante virtual” via google. Como resultado, encontramos 12 obras, da atualidade para trás, os livros brasileiros que trazem Educação Social no título são:

- Educação Social no Brasil: Formação (Natali e Müller, 2022);
- Educação Social no Brasil: Avaliação (Souza e Müller, 2022);
- Educação Social no Brasil (Bauli e Müller, 2019);
- (Des)amarrando os nós da Educação Social: práticas de educadoras e educadores sociais (Santos e Zucchetti- orgs, 2019);
- Adolescência em situação de risco e a educação social em Luanda (Samba, 2018);
- Pedagogia social e educação social: Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina (Vol.2) (Müller-org, 2017);
- Desafios e Perspectivas da Educação Social: um Mosaico Em Construção (Garrido, 2010);
- Educação Social de Rua - as Bases Políticas e Pedagógicas para uma Educação Popular (Oliveira, 2004);
- Reflexões de quem navega na Educação Social: uma viagem com crianças e adolescentes (Müller, Rodrigues, 2002);
- Educação Social para Empresa (Caldeira, 2002) Editora UNIVALI, RS
- Regras da Educação Social (Ribeiro, 1968);



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

- Educação Social: os grandes problemas da Educação (Kelly, 1934).

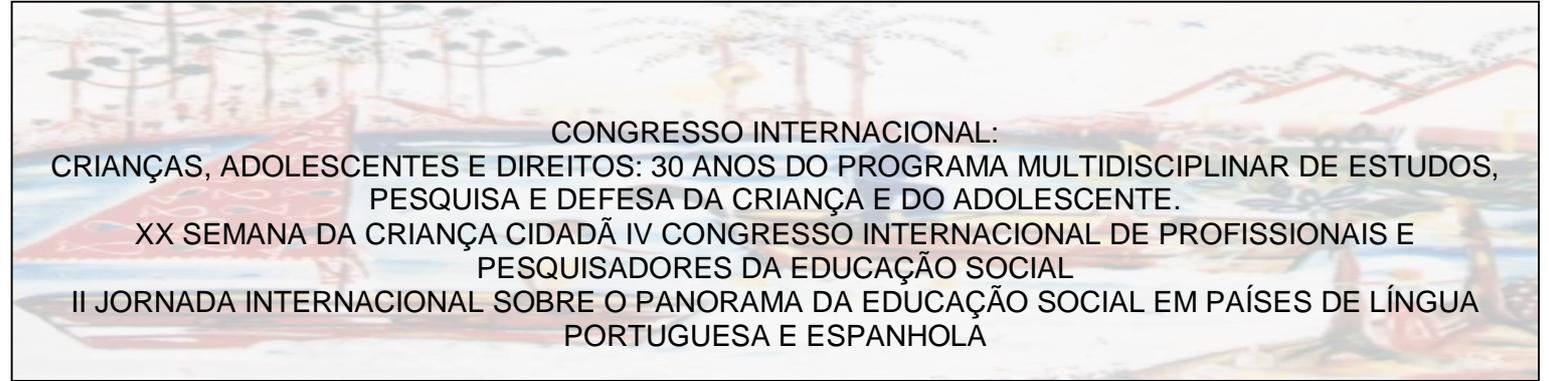
Das 12 obras, 10 delas foram produzidas no século XXI, dentre essas, 6 publicadas na última década e quatro na década anterior. As duas mais antigas são do século XX, uma dos primeiros trinta anos e a outra produzida trinta e quatro anos após a primeira, na década de 1960.

A obra mais antiga, de 1934, *Educação Social: os grandes problemas da Educação*, é de autoria do advogado Celso Kelly (1906-1979), que foi um intelectual de ampla formação e de interesses diversos ligados à educação, comunicação, cultura e política, o que se pode perceber pelas suas vastas publicações e pelos lugares públicos que ocupou. Esse autor escreveu vários livros que o situam na concepção e movimento da Escola Nova, a exemplo, em 1973 publicou “Escola Nova para um tempo novo”. Seu livro *Educação Social* faz, nas primeiras páginas, referência a Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971) e Lourenço Filho (1897-1970), pioneiros da Escola Nova. Portanto, a concepção de educação de Kelly se mostrava de forma ampla e sempre buscava situar o indivíduo para ser formado como um cidadão na sociedade.

Quando o livro foi publicado, o regime político do Brasil era liderado por Getúlio Vargas, no governo provisório (1930-1934) e no que depois viria a se chamar de Estado Novo. Em 1934 aprovou-se uma nova Constituição na qual se garantia o voto das mulheres, foi nesse contexto de inovação, Kelly defendeu que a educação escolar deveria ser ministrada por profissionais. Defendeu também, a escola com dever de integrar o indivíduo na sociedade enaltecendo constantemente o valor do conhecimento científico e seu uso para uma vida melhor das pessoas.

O que se procura pelo princípio da ética, é tornar a existência feliz. A ciência não oferece ainda solução de todos os problemas [...]. Mas sua aplicação a vida, embora determinando a complexidade a que assistimos, tem contribuído para a melhoria de nossos hábitos e costumes (Kelly, p. 210).

Com as críticas que fazemos desde outro tempo a certas defesas do autor (Estados unidos como modelo, educação para o trabalho, entre outras), alegra-nos pensar que o argumento da boa formação para profissionais da educação venha



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

acompanhado de conhecimento científico. Também, que a solidariedade é algo a ser ensinado por meio da educação. Outra importante reflexão levantada pelo autor é a respeito da democracia e da sua proposição em uma sociedade coletivista.

Em suma, diferentes obras com o título educação social revelam diferentes concepções, todas justificadas em seus contextos. Suas existências nos fortalecem, por aproximações ou por divergências, nos caminhos a desbravar a favor de uma sociedade mais justa, cuidadosa e solidária dentro da educação.

Conclusões

Se pensarmos na última década em relação à penúltima, o título “Educação Social” dobrou em produções publicadas em livros no Brasil, o que se mostra como um dado animador. Também sabemos que há grupos de investigação no CNPq com o nome de “Educação Social”, nos quais há artigos, dissertações e teses sendo publicados. Essas são informações animadoras, mas, ainda assim, é impactante perceber que 88 anos depois do primeiro livro editado sobre o tema em questão no Brasil, ainda tenhamos tão poucas publicações.

Encontrar o livro de Celso Kelly foi um regozijo, a educação no pensamento do autor precisava ser entendida de modo mais amplo. Ele imaginava que a escola deveria cumprir um papel social muito mais abrangente do que ocorria e que profissionais deveriam ser formados especificamente para tal trabalho. Em nosso entendimento, hoje, a educação social está para a defesa de um profissional específico para ela, como estava a educação escolar para a defesa de profissionais formados trabalhando na escola no início do século XX. Agora, o livro de Kelly nos serve de âncora para firmes argumentações. Os testemunhos desse primeiro livro devem ser popularizados e usados como importante referência instrumental na luta pela regulamentação, formação profissional em nível superior do/a educador/a social e ascensão da educação social nas políticas públicas brasileiras.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referências

BAULI E MÜLLER. **Educação Social no Brasil**. Chapecó: Livrologia, 2020.

GARRIDO. N. C. **Desafios e Perspectivas da Educação Social: um Mosaico Em Construção**. Campina: Editora Expressão e Arte 2010.

KELLY, C. **Educação Social: os grandes problemas da Educação**. Editora Nacional. São Paulo. 1934.

MÜLLER E RODRIGUES. **Reflexões de quem navega na Educação Social: uma viagem com crianças e adolescentes**. Clichetec. Maringá, 2002.

MÜLLER. Pedagogia social e educação social: **Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina**. Editora Appris. Curitiba, 2017. (Vol.2)

NATALI E MÜLLER. **Educação Social no Brasil: Formação**. Livrolologia. Chapecó-SC, 2022.

OLIVEIRA, W. **Educação Social de Rua - as Bases Políticas e Pedagógicas para uma Educação Popular**. Artmed. Rio Grande do Sul, 2004.

RIBEIRO, A.F. **Regras da Educação Social**. Editora Anhanguera, São Paulo. 1968.

SAMBA, S.J. **Adolescência em situação de risco e a educação social em Luanda**. Paco Editorial. 2018. São Paulo.

SANTOS E ZUCCHETTI. (Des)amarrando os nós da Educação Social: **práticas de educadoras e educadores sociais**. Novo Hamburgo: Freevale, 2019.

SOUZA E MÜLLER. **Educação Social no Brasil: Avaliação**. Livrologia. Chapecó, 2022.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Educação Social, Infância e Adolescência em tempos de Pandemia: reflexões sobre as produções na área

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Sofia Mattei Praczum¹
Paula Marçal Natali²
Thaís Godoi de Souza³

¹Aluna do Curso de Educação Física, UEM, bolsista PIBIC, contato: ra117286@uem.br

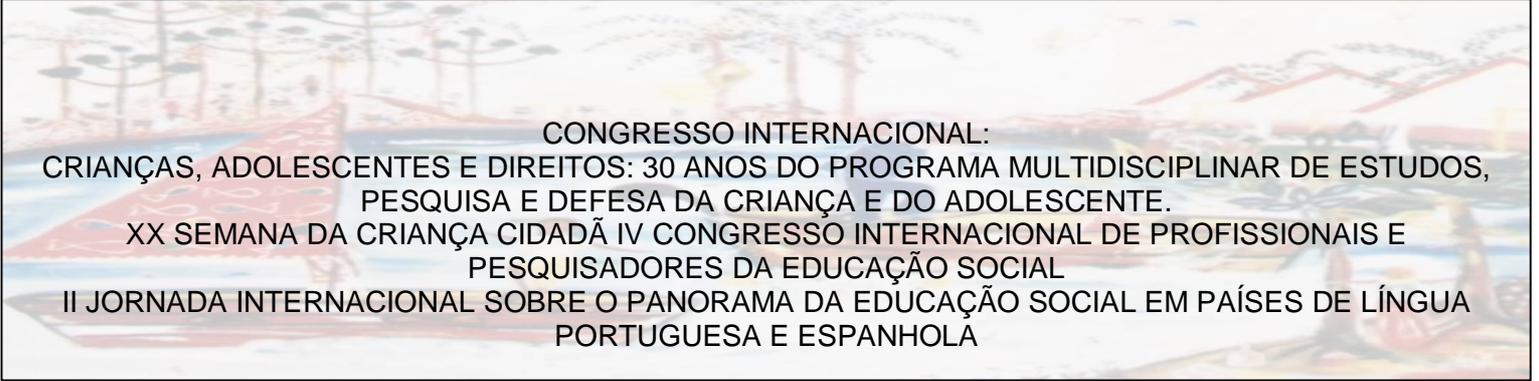
²Professora do Curso de Educação Física, DMO-UEM, contato: pmnatali@uem.br

³Professora do Curso de Educação Física, DMO-UEM, contato: tgsouza2@uem.br

Resumo. O estudo em tela trata de uma revisão das produções acadêmicas a respeito da Infância, Adolescência e a área da Educação Social no contexto da pandemia do Covid 19. A Educação Social trata da educação para os direitos humanos e tem um papel muito importante em meio às problemáticas que emergiram com a pandemia mundial vivenciada. A investigação de cunho qualitativo, foi organizada como uma pesquisa do tipo estado da arte, versando sobre as categorias acima citadas em diferentes plataformas de divulgação de dados científicos. Como escopo para análise, utilizamos o método de análise de conteúdo. Como considerações deste estudo nos deparamos com um cenário educativo que ficou em suspenso na maioria de suas ações presenciais, um distanciamento das crianças e adolescentes que frequentam instituições de educação social o que nos leva a discutir o âmbito e importância da Educação Social neste contexto vivido.

Palavras-chave: Educação Social; Infância e Adolescência; Pandemia.

A Educação Social pode ser entendida como área da educação que se dedica aos conteúdos dos direitos humanos buscando contribuir para a garantia destes direitos, neste estudo nos dedicamos especialmente a educação social voltada para crianças e adolescentes. A Educação Social segundo NUÑEZ (2004, p.40), pode ser



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

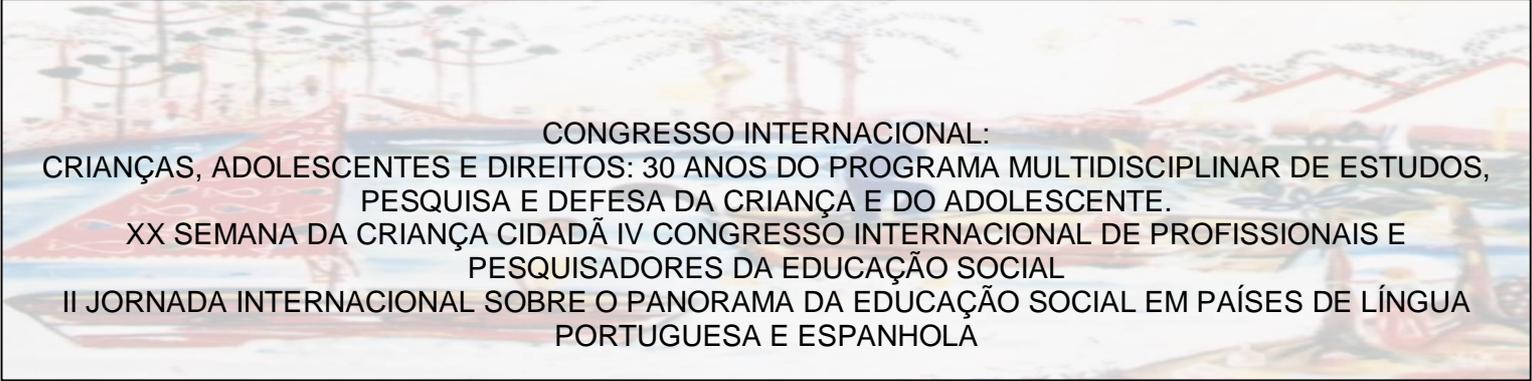
compreendida por potencializar a “[...] sociabilidad del sujeto para posibilitar su acceso y circulación por los circuitos sociales amplios. [...] Se trata de acciones particulares en las que un agente de la educación realiza la transmisión de contenidos (del patrimonio cultural amplio) juzgados como necesarios para un sujeto de la educación”. A Educação Social no Brasil, precisa avançar em diversos âmbitos, em relação a formação de seus profissionais que não estão presentes nos marcos legais e área também não está garantida nas leis da educação brasileira, apenas em alguns âmbitos da política da assistência social.

A pesquisa foi concebida por não haver concretamente exposição do que foi desenvolvido pelas instituições ou se as ações da educação social apresentaram relevância no processo de melhoria de qualidade de vida e de conquista de direitos. Assim, esta pesquisa trata da Educação Social, Infância e Adolescência no contexto da Pandemia Covid 19, e buscamos estabelecer reflexões e identificar as categorias elucidadas em produções científicas que tratam destes temas.

O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa “Educação social e ludicidade: configurações e trajetórias na infância e adolescência- fase II”, (Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UEM CAAE62838116.0.0000.0104).

Para a organização da investigação que se enquadra como qualitativa, propusemos um estudo do tipo “estado da arte”. Segundo Romanski e Ens (2006, p.40), este tipo de pesquisa “tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”. Foram realizadas buscas em diferentes bases de dados, como: Google acadêmico, Banco de teses e dissertações, Scielo e Lilacs. Os dados encontrados foram analisados, a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979) cautelosamente, objetivando identificar se as funções por eles apontadas.

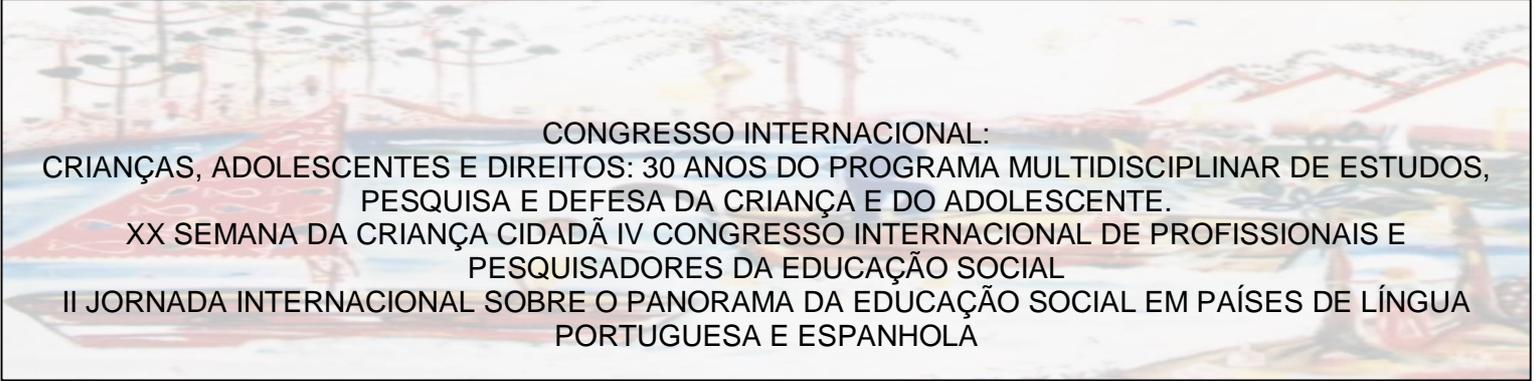
Em nossas buscas, nos deparamos com escassas produções que se debruçavam sobre os encaminhamentos e ações da Educação Social para a infância e adolescência no contexto da pandemia do COVID 19, este dado era uma hipótese destacada já no projeto de pesquisa, devido há ainda, incipiente produção sobre Educação Social no Brasil. Entretanto, persiste a necessidade de mapear e analisar estas investigações



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

buscando ampliar o espectro de discussões que sujam a área. Estas produções foram categorizadas no que se refere a metodologias, objetivos, abrangência da pesquisa e resultados e tiveram como recorte temporal o ano de 2020 até abril de 2022. Foram encontrados para este estudo seis artigos, sendo eles:

- Infância e Pandemia de ARAÚJO, J. N. G. de: o artigo retrata as questões sobre como a covid 19 recai sobre a população infantil num momento político de fragilidade democrática, além de abordar questões como a desigualdade social e sobre as crianças das comunidades indígenas e quilombolas.
- Covid 19, Estatuto da criança e do adolescente e o papel de educadoras e educadores sociais no Brasil: sobre o sobreviver e o cuidado mutuo artigo de RODRIGUES, J. P.; GARCIA, V. A.; TRISTÃO, T. A.: retrata sobre o impacto da covid no Brasil, e a reflexão sobre o papel da escola e dos educadores sociais nesse período, visando abordar os principais problemas enfrentados por crianças e adolescentes.
- A prática socioeducativa e a Pandemia artigo de BARROS, T. C. de O. retrata sobre o papel das instituições de assistência social no desenvolvimento de práticas sócio pedagógicas e artísticas que tem como proposito melhor a aprendizagem escolar e a formação para a cidadania, sendo realizada atividades nessas instituições no período pandêmico.
- Educação Não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos em tempos de coronavírus; Questões e Práticas educacionais em tempos de pandemia artigo de GOHN, M. da G. que expõe sobre as dificuldades de aprendizagem que esse período atípico tem gerado, além de mostrar caminhos a serem seguidos para que possamos enfrentar esse momento de grandes desafios. Ainda faz uma revisão sobre educação não formal.
- A prática socioeducativa e a Pandemia; Questões e Práticas educacionais em tempos de pandemia livro organizado por: GEREMIAS,



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A. A.; BARROS, G. R. N.; SOUZA NETO, J. C.; LOPES, L. A. obra que trata de diversas temáticas afetas a educação e que a partir de uma leitura decolonial, retratam os fazeres e reflexões sobre a educação escolar e social no contexto pandêmico.

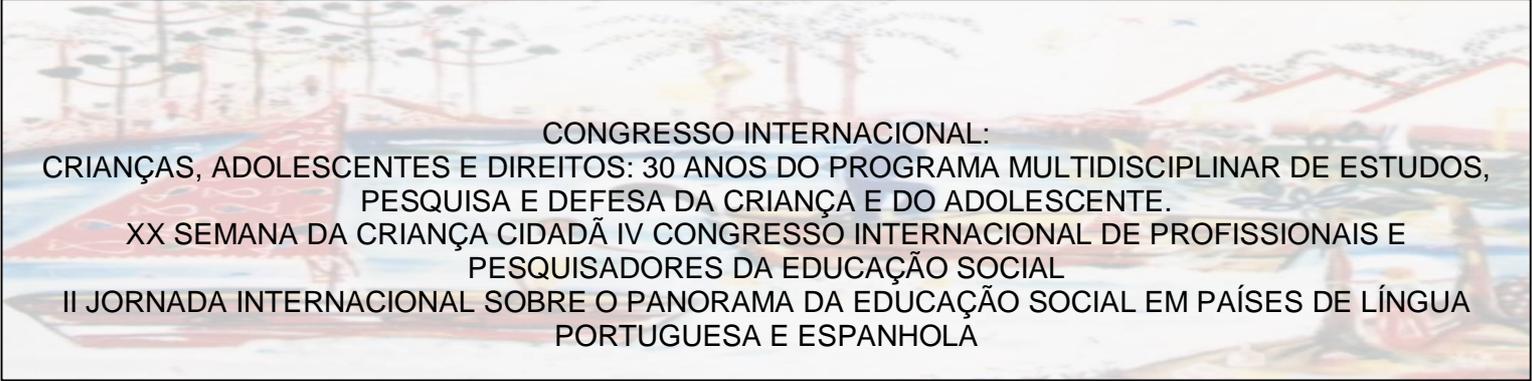
- Intervenções do projeto brincadeiras em tempos de pandemia, um resumo expandido de NUNES, J. C.; BORCHARDT, J.; LUZ, L. H.; MARCHI, J. A. M.; PEREIRA, R. C.; MULLER, V. R.; MARQUES, M. J. N. J.; NATALI, P. M., trabalho feito a partir de relatos de experiência que em um projeto de extensão universitária desenvolveram seu trabalho educativo a partir de uma metodologia lúdico-político pedagógica de forma remota com adolescentes.

As principais relações possíveis de destacar nesse cenário de produções científicas é que no período relativo a pandemia a educação Social que na maioria das vezes encontra-se na invisibilidade dos processos formativos e de pesquisa se configurou assim, com poucas produções e reflexões que não identificavam os meandros concretos das ações dessa área da educação durante a pandemia.

Apontamos que este contexto precisa ser revertido e estas reflexões necessitam ser realizadas visto que, no Brasil, a maioria das ações da educação social tratam de crianças e adolescentes com direitos violados e o questionamento sobre o que a área da Educação Social realizou como ação neste período não é desvelado de forma satisfatória nas produções encontradas, não pelo conteúdo destas, mas principalmente pelo escasso número de publicações comparadas, com por exemplo as reflexões sobre a educação escolar no mesmo período. Entendemos que este cenário poderia ser potencializado com a inclusão da Educação Social nas políticas públicas educacionais e em processos formativos formalizados no país.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

NUÑEZ, V. **Pedagogia Social**: Cartas para Navegar en el nuevo milênio. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 2004.

Revista zero a seis. **Dossiê Especial**: As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia. v. 22 n. Especial 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/issue/view/3157> Acesso em: 3 ago 2021.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, P.T. **As pesquisas denominadas tipo “Estado da arte” em Educação**. Diálogo educação; Curitiba, 2006.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Metas da Agenda 2030 e conteúdos discursivos do youtuber Felipe Neto: contrastes para a formação moral do adolescente

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

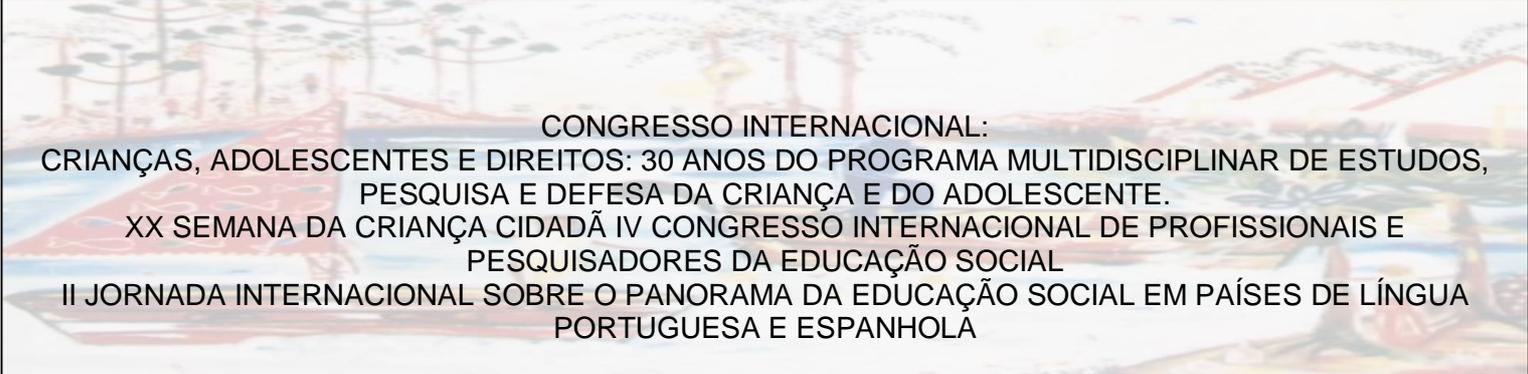
Michelle Brambilla de Oliveira ¹
Verônica Regina Muller ²

¹ Docente, contato: mibrambilla2014@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM), contato: veremuller@gmail.com

Resumo. Este artigo, fruto de uma tese doutoral, trata da formação moral dos adolescentes na atualidade, onde caracterizamos o discurso do youtuber Felipe Neto para entender sua potencialidade de aderência por parte dos adolescentes e analisar se em seu discurso há valores morais que constituem a Agenda 2030 da ONU. Constatou-se que face à presença dos adolescentes na Internet, eles se apropriam de qualquer conteúdo, e muitos sem a supervisão de um adulto. Milhares deles se conectam à figura do youtuber, que em seus conteúdos discursivos, traz valores que vão ao encontro das metas propostas na Agenda 2030, há valores contrários às metas e há valores que não foram descritos na agenda. É fundamental formar desde cedo valores nas crianças e nos adolescentes para uma cidadania digital com responsabilidade, onde pais, educadores formais ou não, e os próprios adolescentes, desenvolvam a consciência da utilização da internet.

Palavras-chave: adolescente; youtuber; valores morais; youtube.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

1. Introdução

Este estudo é fruto de uma tese doutoral¹. O uso diário das redes constituiu uma nova forma organizacional no âmbito social, político, cultural e econômico, o ciberespaço, que foi acompanhado de uma cibercultura. De acordo com Lévy (1999, p. 15):

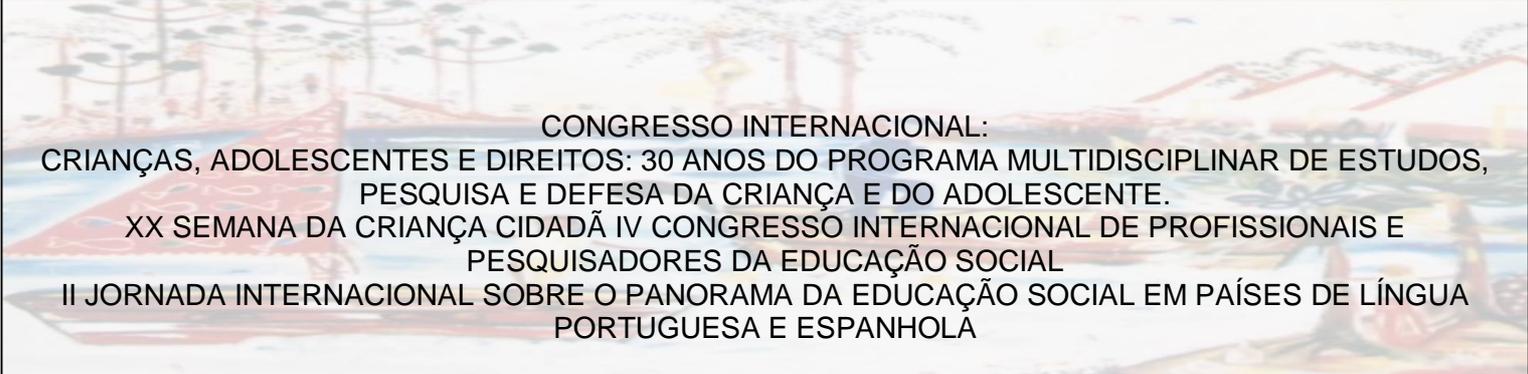
O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

A sociedade passou a ser denominada sociedade em rede, oportunizando relacionamentos virtuais em novos espaços, a exemplo das comunidades virtuais (RHEINGOLD, 1993). Comunidade virtual, de acordo com Rheingold (1993), é um grupo de pessoas que têm relações sociais e se organizam entre si em um ambiente virtual ou ciberespaço, mediadas por computadores.

Instituídas as novas formas de se relacionar e sabendo que os adolescentes passam a maior parte do tempo online, algumas indagações surgiram. De que tipo de conteúdos eles estão se apropriando? Como poderia estar afetando a sua formação social, moral e cognitiva? É possível que os conteúdos advindos da internet contribuam de forma saudável com a forma de pensar dos nossos adolescentes?

O amadurecimento social, cognitivo e emocional influencia a tomada de decisões de cada um no seu dia a dia. A formação ética e moral da pessoa pode contribuir para regular suas ações e conseqüentemente suas decisões, afetando toda a

¹ OLIVEIRA, Michelle Brambilla. METAS DA AGENDA 2030 E CONTEÚDOS DISCURSIVOS DO YOUTUBER FELIPE NETO: CONTRASTES PARA A FORMAÇÃO MORAL DO ADOLESCENTE. 200 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

sociedade. Partindo de tal realidade, para as metas serem atingidas, há que se construir já os caminhos para sua efetivação. Entre outros, a construção de valores morais. Os adolescentes de hoje estão convivendo com e desenvolvendo valores que irão influenciar para que as metas estabelecidas na Agenda 2030 sejam alcançadas.

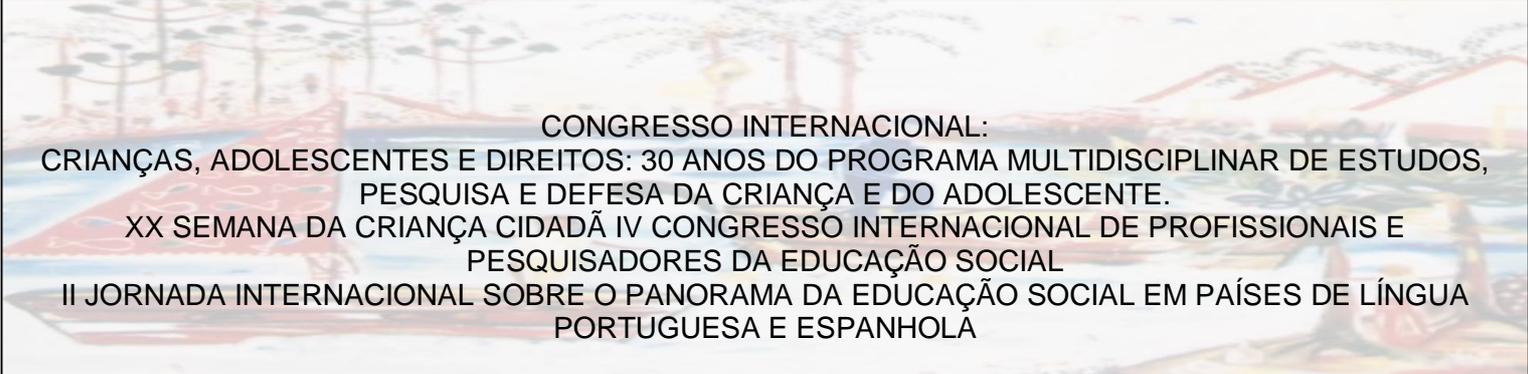
Em 2019², 89% da população entre 9 e 17 anos era usuária de Internet no Brasil, proporção que equivale a cerca de 24 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária investigada. Para efeitos de comparação, o número de crianças que não acessaram a internet no período da pesquisa foi de 3 milhões, em números absolutos (CETIC, 2020).

Sabemos que nos últimos anos a presença online de crianças e adolescentes cresceu no Brasil. O Cetic (2020) analisou as atividades realizadas na internet que envolvem multimídia e entretenimento, conforme Gráfico 3. Entre os jovens de 11 a 17 anos o uso mais frequente da internet é para ouvir música online. Em segundo lugar, assistir a vídeos, programas, filmes ou séries: da faixa etária 15-17 anos 86% dos adolescentes utilizam a internet para esse fim. A porcentagem também é alta para as faixas etárias 13-14 anos (84%), 11-12 anos (79%) e 9-10 (82%).

Ao avaliar o contato de crianças e adolescentes de 11 a 17 anos com conteúdos sensíveis e de auto-dano, os autores descobriram que o conteúdo mais acessado pelos usuários foi de *cenar de violência ou com muito sangue*, seguido de *formas para ficar muito magro(a)*, *formas de cometer suicídio*, *formas de machucar a si mesmo* e *experiências ou uso de drogas*. Seguindo essa ordem esses conteúdos foram acessados por 22%, 15%, 15%, 12% e 10% dos usuários.

É responsabilidade de todos os engajados na educação, seja formal ou informal, por meio da escola, das ONGs, da família, entre outros, estarem atentos aos conteúdos interiorizados pelos adolescentes. Assumimos que um tipo de influência que os adolescentes recebem em sua formação é dos Youtubers. Essa influência é fruto do conteúdo e da forma desenvolvidos pelos Influencers Digitais nos canais no YouTube.

² A pesquisa que estamos utilizando foi publicada em 2020, mas os dados são de 2019.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Utilizamos a Agenda 2030 como um documento de referência, pois ela foi elaborada com objetivos e metas para a sociedade futura. A Agenda 2030 traz propostas elaboradas à toda população mundial para acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030. A Agenda é orientada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas³, respeitando o Direito Internacional. Seu alicerce está na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴, na Declaração do Milênio⁵ e no documento final da Cúpula Mundial de 2005⁶.

Este plano estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. Espera-se que em 2030, este planejamento seja alcançado pela sociedade de todo mundo. Há uma grande expectativa quanto à sociedade de 2030 expressa na Agenda, entre elas, uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem violência, sem diferenças sociais, com empoderamento feminino, com um crescimento econômico consciente. São comportamentos que as pessoas devem passar a ter, valores que deverão estar enraizados nas suas tomadas de decisões. Optamos por triangular neste estudo três assuntos principais: a Agenda 2030 da ONU, os adolescentes e o discurso do Youtuber Felipe Neto.

Não se pretendeu explicar plenamente a influência (os impactos nas relações dos adolescentes) – exercida pela informação advinda de Youtubers. Portanto, a pergunta principal que esta investigação pretendeu responder foi: Qual a relação existente entre os conteúdos oferecidos aos adolescentes pelo *Youtuber* Felipe Neto com os valores morais construídos por eles hoje, que influenciarão nas suas condutas com o objetivo de alcançarem as metas estabelecidas pela Agenda 2030?

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm

⁴ <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

⁵ <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>

⁶ https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf

2. Metodologia e Desenvolvimento

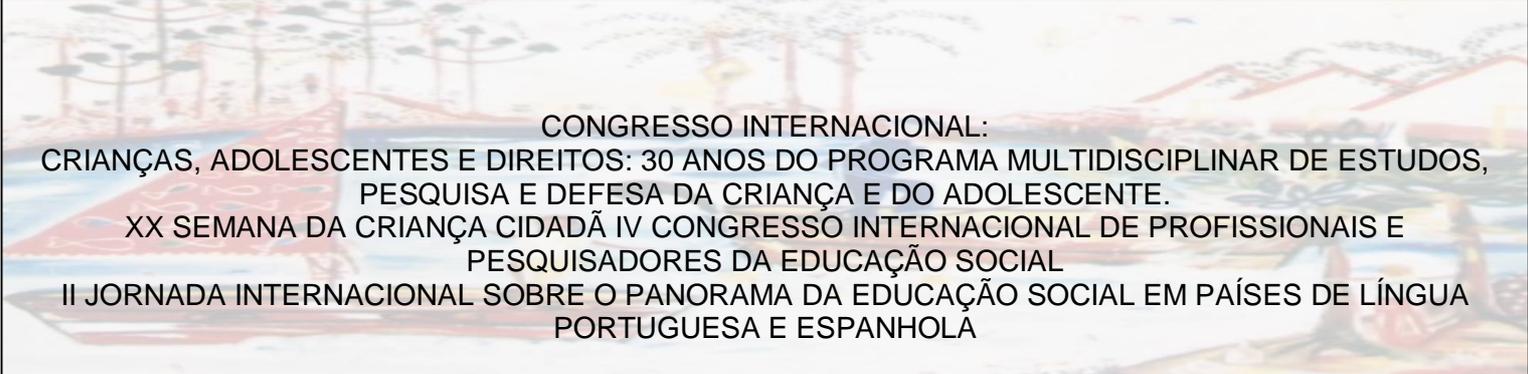
Esta é uma investigação de tipo bibliográfico e exploratório comprometida com a análise de elementos que podem contribuir para a maior compreensão da vida de adolescentes em relação às redes sociais. O que importava neste caso era elucidar aspectos que servissem de subsídio para opções pedagógicas e políticas enquanto instrumentos conceituais para a análise crítica de educadores e adolescentes a respeito de aspectos comunicacionais da realidade atual.

Para analisar o discurso utilizado pelo Youtuber, utilizamos a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016) e os procedimentos discursivos de Foucault (1999). Para avaliar se nos seus conteúdos discursivos havia valores alinhados à Agenda 2030, selecionamos 24 vídeos divulgados por ele em 2019, 2020 e 2021. A partir da transcrição fiel dos seus pronunciamentos buscamos localizar os valores morais que extraímos dos objetivos da Agenda.

Ao investigarmos a adolescência apreendemos que se trata de um período da vida marcado pelas transformações corporais, sociais e psicológicas, estando os adolescentes sob influência do ambiente familiar, cultural e da sociedade em geral. Alguns especialistas chamam essa etapa de puberdade e acreditam que ela seja determinada por fatores genéticos, nutricionais e psicológicos, fatores que provocam emoções variadas relacionadas às novas experiências e relacionamentos que os adolescentes vivenciam com mais criticidade.

As redes também têm sido fonte de formação moral dos adolescentes. São utilizadas de forma descentralizada e individual, e oportunizam às pessoas um relacionamento coletivo e cooperativo, o que gera muitas informações para a sociedade. Ao acessar as redes sociais os indivíduos entram em contato com diferentes valores, conectando-se a conteúdos diversos e agindo coletivamente. Tais valores são difundidos e servem como um elemento motivador para promover uma atuação mais ativa nessas redes.

Não temos um posicionamento nem a favor e nem contra Felipe Neto, nossa escolha para análise nesta tese foi somente por sua trajetória profissional e pela sua popularidade no ambiente virtual. Para avaliar se nos seus conteúdos discursivos havia



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

valores alinhados à Agenda 2030, selecionamos 24 vídeos divulgados por ele em 2019, 2020 e 2021. A partir da transcrição fiel dos seus pronunciamentos buscamos localizar os valores morais que extraímos dos objetivos da Agenda que selecionamos.

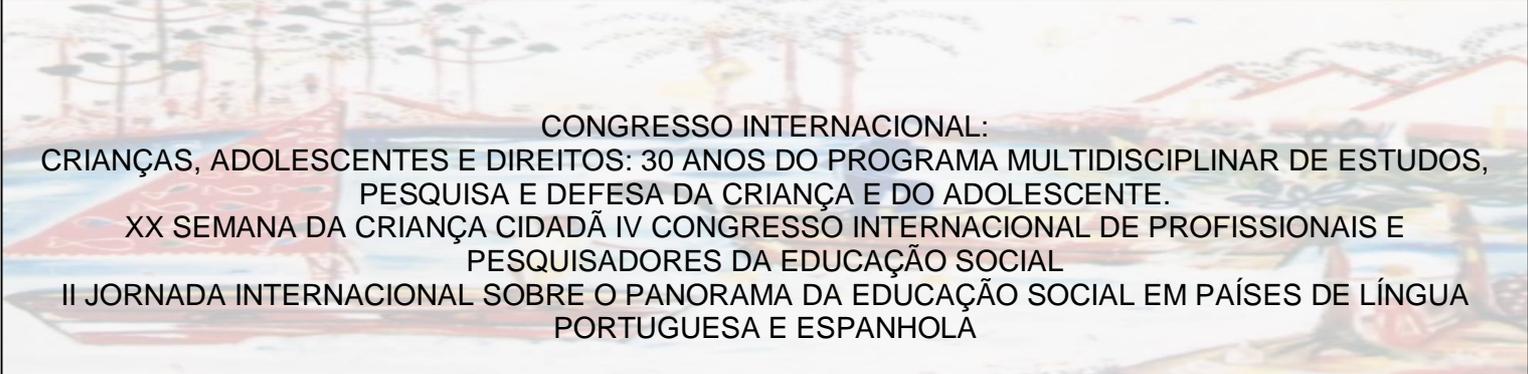
Dos 12 objetivos da agenda 2030 que escolhemos para analisar, encontramos seis deles nos conteúdos discursivos de Felipe Neto (Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável; Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade; Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; Objetivo 15 - Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável), que apareceram 22 vezes em seus vídeos. Em 13 vídeos detectamos conteúdos que foram ao encontro das metas elaboradas pelo documento.

Portanto, se nos perguntássemos: a depender do Youtuber Felipe Neto, os adolescentes estão sendo preparados no âmbito moral para a realização da Agenda 2030? A resposta seria: apesar de termos encontrado nos vídeos do Youtuber muitos valores descritos na Agenda 2030, não alcançaremos os 17 objetivos e nem as 169 metas propostas.

3. Considerações finais

As reflexões que construímos evidenciam que adolescentes estão a todo tempo em contato com conteúdos e formas discursivas que trazem valores importantes e influenciam sua formação moral de maneira sólida, sejam eles valores determinados ou não pelas metas da Agenda. Entretanto, em outros momentos eles têm contato com valores que não contribuem para uma tomada de decisão assertiva.

Conseqüentemente, alertamos aos pais, educadores e responsáveis, sejam eles do ensino regular ou não, que estejam atentos ao conteúdo apropriado pelos nossos adolescentes na internet. É importante que todos supervisionem e criem espaços de diálogos para contar sobre sua vida, falem sobre valores, alertem sobre o perigo das



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

redes, escutem sem julgamento, limitem o tempo de uso da internet, assistam aos vídeos juntos, sejam um bom exemplo.

Pontuamos que não podemos esperar que um Youtuber defenda a Agenda 2030, mas a escola e os espaços de aprendizagem não formais pode fazê-lo, ensinando os princípios que regem o acordo.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução RETO, L. A. PINHEIRO, A. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em:
http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf.
Acesso em: 24 de set. 2020.

_____. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Agenda 2030. ODSBRASIL.
Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/> Acesso em: 12 dez. 2020.

RHEINGOLD, H. *A comunidade virtual*. Tradução: Helder Aranha. Gradiva, 1 ed, Lisboa, 1993.

OLIVEIRA, M. B. *Metas da agenda 2030 e conteúdos discursivos do youtuber Felipe Neto: contrastes para a formação moral do adolescente*. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Maringá. -- Maringá, PR, 2022.

Organização Mundial da Saúde, OMS. *Saúde, Um Direito de Adolescentes – Marco Legal*. 1.ª edição 1.ª reimpressão Série A. Normas e Manuais Técnicos Brasília – DF, 2007.

RODA VIVA. *Roda Viva. Felipe Neto*. 18/05/2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=KQ1CQqNveac> Acesso em 20 nov. 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Missão José Richa: ações que transformam vidas

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Daniele das Neves Baio¹
Andressa Peloi Bernabé²

¹ Professora de Educação Física escolar da rede privada de Maringá. Contato: nikitarecreacao@gmail.com

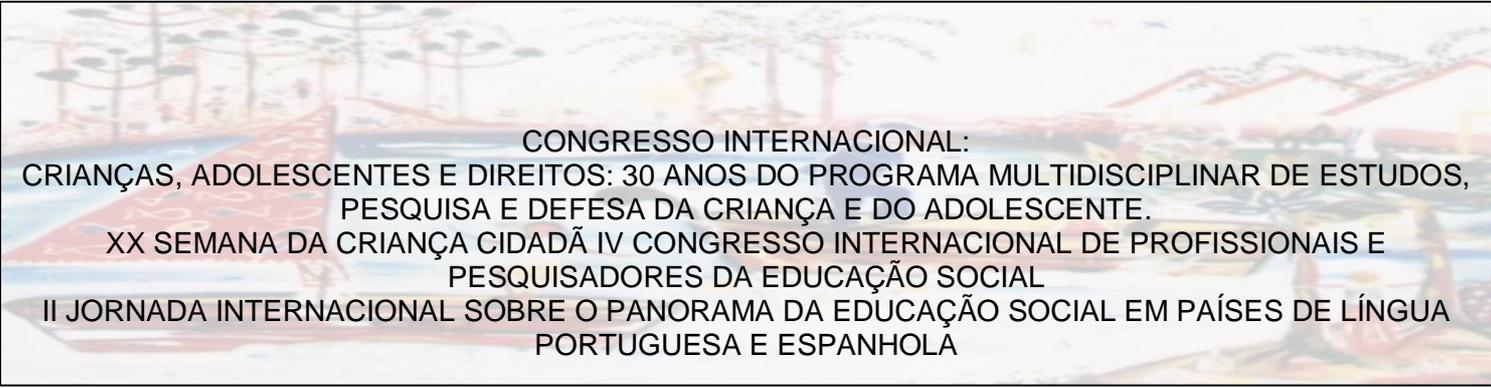
² Doutoranda de Educação Física do Programa de Pós-graduação em Educação Física (PEF) UEM/UEL, coordenadora dos cursos de graduação em Educação Física do Centro Universitário Ingá - UNINGÁ. Contato: andressa.bernabe@hotmail.com

Resumo. O presente estudo configura-se como um relato de experiência sobre as ações desenvolvidas para crianças e jovens na comunidade José Richa da cidade de Sarandi/PR. Por meio das ações que são realizadas na comunidade é garantido o direito ao brincar, contribuindo para a formação humana das crianças e jovens. A fundamentação centra-se em ações sociais baseadas no Estatuto da Criança e Adolescente, garantindo os direitos e deveres das crianças. O objetivo deste relato é apresentar as ações que são realizadas durante o ano e como elas contribuem para a formação humana.

Palavras-chave: brincar; crianças; direito.

1. Residencial José Richa

O bairro José Richa é localizado na cidade de Sarandi/PR. São 470 casas construídas por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida” entregues as famílias em junho de 2014. Destas, 326 casas são cadastradas no projeto social “Sopão da Jô” que promove várias ações no bairro, sendo em torno de 200 famílias do bairro e o restante de bairros vizinhos. Nas famílias atendidas no projeto, há em torno de 500 crianças abaixo dos 12 anos que frequentam, regularmente, as ações do projeto.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Muitas famílias moravam em outros bairros em condições de extrema pobreza, onde habitavam em “barracos” feitos apenas de lona. Com a elaboração do projeto, a prefeitura realizou um mutirão com as famílias cadastradas em programas de assistência social do governo e, assim, o bairro foi se constituindo.

2. Ações realizadas no bairro

Como tudo começou? 26 de maio de 2016, essa foi a data que deu início na missão José Richa. Com uma caixa térmica, pães com carne moída e gente disposta, a professora Daniele Baio foi até o bairro, sem ainda conhecer, distribuir um lanche para a população. Sensibilizada com as conversas dos moradores, decidiu que não poderia ouvi-los e não se importar. Ficou evidente que muitos direitos foram violados para aquela população.

Em julho de 2016, foi realizada a primeira ação em parceria com a professora Andressa Bernabé, docente do Centro Universitário Ingá - Uningá, a partir da realização de um projeto que viabilizou acadêmicos e professoras do curso de Educação Física para a realização de uma “Rua de Lazer”. No mesmo evento, foram levados roupas e calçados para a população. Mas como realizar a entrega? Não foi entregue, as pessoas chegavam e escolhiam o que desejava pegar, um direito de escolha, ali ofertado. Uma situação chamou a atenção nesse dia, um menino de apenas 4 anos, chegou descalço, logo se aproximou dos calçados, escolheu seu chinelo e voltou para casa para mostrar para mãe. O que leva um menino de 4 anos priorizar pegar um chinelo e ignorar as brincadeiras? A necessidade, a falta. Ele retornou e brincou.

Muitas ações foram realizadas após a primeira, buscando melhorar a cada ação, sem esquecer da população e respeitando cada indivíduo como um sujeito de direito. Criou-se assim, uma rotina de, durante o ano, serem realizadas várias ações fixas focando nas crianças, como matinê de carnaval, ação de páscoa, festa junina, dias das crianças e ação de natal.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Cada ação tem sua particularidade na execução, como: matinê com lanche, músicas e danças, camarim infantil e brincadeiras. Na Páscoa, é realizada uma campanha de doações de caixas de bombom, em que levamos para as crianças e damos a elas, a oportunidade de escolha. Em junho, é organizada uma festa junina, com doces, comidas típicas, refrigerante, danças e brincadeiras. Na festa junina, a rua é fechada, as comidas são dispostas em mesas em que a criança pode escolher o que e quando quiser. As brincadeiras são realizadas na rua. É ensinado que eles têm o direito de estar na festa e não precisam se preocupar em pegar todos os doces em uma única vez, pois eles vão estar lá o tempo todo para elas. Em outubro é realizado o Dia das Crianças, com distribuição de brinquedos. Segue o mesmo protocolo de entrega, os brinquedos são colocados em mesas e as crianças entram na sede e escolhem qual brinquedo quer, garantindo o direito de escolha. É importante destacar que nenhuma criança é “marcada” quando pega o brinquedo, o doce, uma vez que nessas ações são ensinados princípios e valores como, honestidade e respeito, buscando desta forma, a criação de vínculo de confiança com as crianças e suas famílias. No Natal, além das brincadeiras e brinquedos são também distribuídas cestas básicas para a população.

Algumas ações paralelas são realizadas durante o ano, uma delas foi o dia do “McDonald’s”. Foi realizada uma campanha para conseguir dinheiro para compra de um “BigMc” e um refrigerante para cada criança atendida no projeto. Foram comprados 216 lanches e refrigerantes. As crianças pegaram seus lanches na sede em que são realizadas as ações. Eles nunca tinham comido um lanche desta franquia, por meio de um lanche sentiram-se amadas, lembradas e gratas.

3. Ensinamos e aprendemos o que?

O que podemos aprender com uma criança? Elas são capazes de ensinar? Nós adultos estamos realmente preparados para olhar por elas?

Estas são questões simples, mas com respostas complexas. É necessário estar com o olhar atento e carinhoso pelas pessoas. Em uma comunidade como a José Richa,

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

a população grita de forma silenciosa suas dores e necessidades básicas, aquelas que são de direito, mas esse direito parece não chegar, muitas vezes.

O foco acaba sendo tentar proporcionar para essas crianças o mínimo de dignidade. Ensiná-las por meio do brincar que, existem regras, que é necessário compreendê-las e lutar para conseguir chegar ao seu objetivo. O brincar também ensina que o caminho da diversão é gostoso, pode levar a muitos ensinamentos e ainda proporcionar um canal de abertura de diálogo com as crianças. Durante as brincadeiras, por várias vezes, as crianças contam suas dificuldades, histórias que podem conter violência sexual, fome, abandono, doenças, com isso conseguimos intervir e buscar caminhos para ajudá-las, afim de que seus direitos sejam garantidos. É dar a importância pelas vidas, pela história que essas famílias carregam, sem julgar, mas acolher e orientar. Criar vínculo, deixar legado.

4. Imagens

Fotos Evento 02 julho de 2016



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Fotos Páscoa

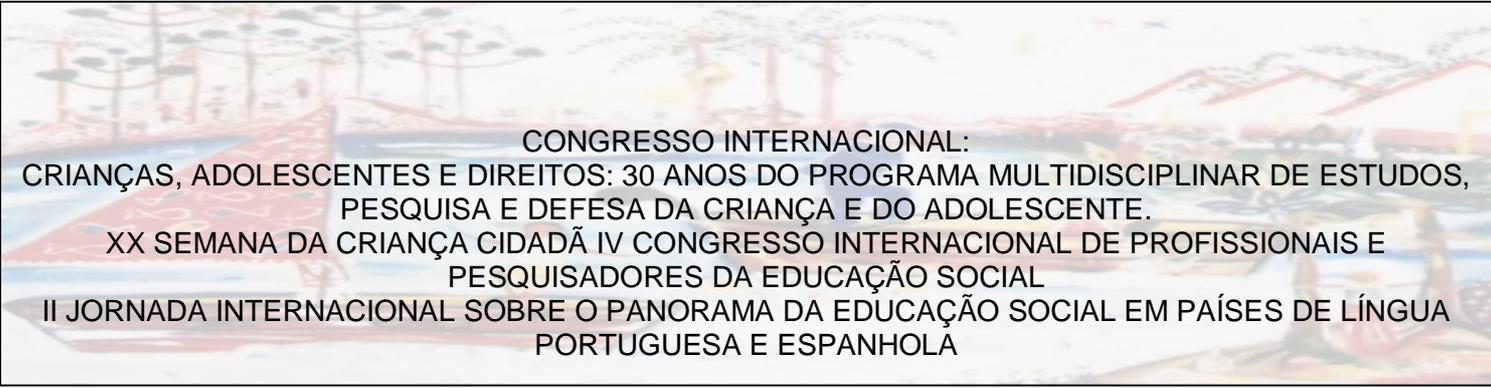


Fotos Festa Junina



Fotos Dia das Crianças





CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referencias

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

O Projeto Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes: um relato de experiência

Área Temática 1 - Educação Social: Infâncias, adolescências e juventudes

Hevillyn Jane Pereira Essy Sales¹,
Cléia Renata Teixeira de Souza²

¹ Graduanda no curso de Educação Física Licenciatura pela Universidade Anhanguera, contato: hevillynjaneessy@gmail.com

² Professora Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Naviraí, contato: cleia.souza@ufms.br

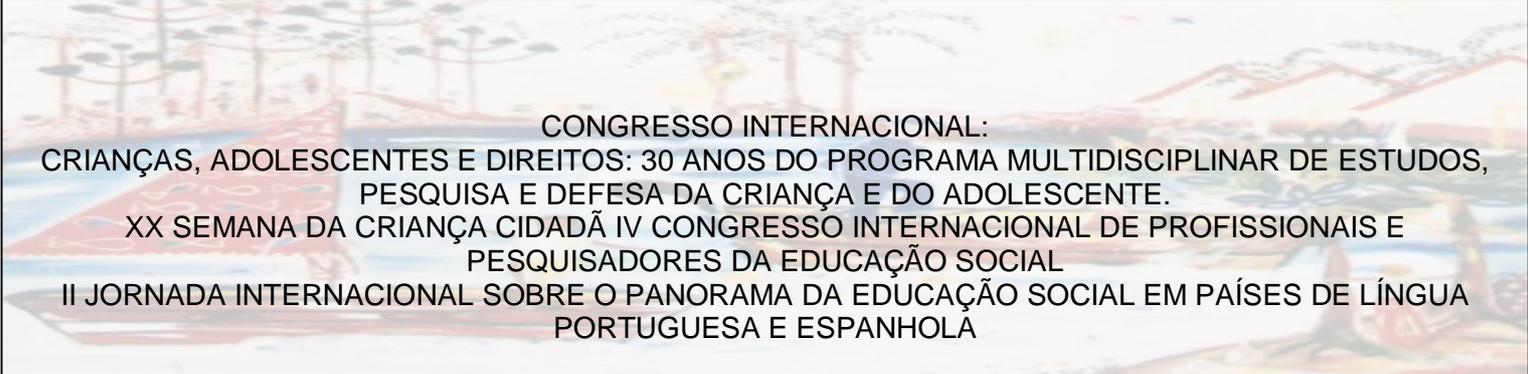
Resumo

Este trabalho tem o objetivo de refletir e apresentar a experiência vivenciada em um projeto de extensão realizado em um abrigo na cidade de Naviraí – MS. A extensão universitária é fundamental para a relação universidade e comunidade externa e nesse processo potencializa a formação de quem participa em diversos âmbitos. Este relato tem como metodologia a experiência vivida pelas autoras como participantes do projeto e ainda o referencial bibliográfico que fundamenta e dá base, tanto para a pesquisa quanto ao desenvolvimento do projeto, são referenciais da educação social, da educação popular e da infância e adolescência. O que se verificou na experiência relatada foi que a ação do projeto no Abrigo de crianças e adolescentes vem contribuindo com a formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes do abrigo quanto a dos estudantes/educadores participantes do projeto.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Extensão Universitária; Formação.

1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar uma aprendizagem a partir da experiência vivenciada por educadoras em um projeto de extensão na cidade de Naviraí. O projeto



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

de extensão é um trabalho entre a universidade e comunidade e que vem sendo realizado já há algum tempo e vem contribuindo com o desenvolvimento e formação de todos os envolvidos nesta ação extensionista.

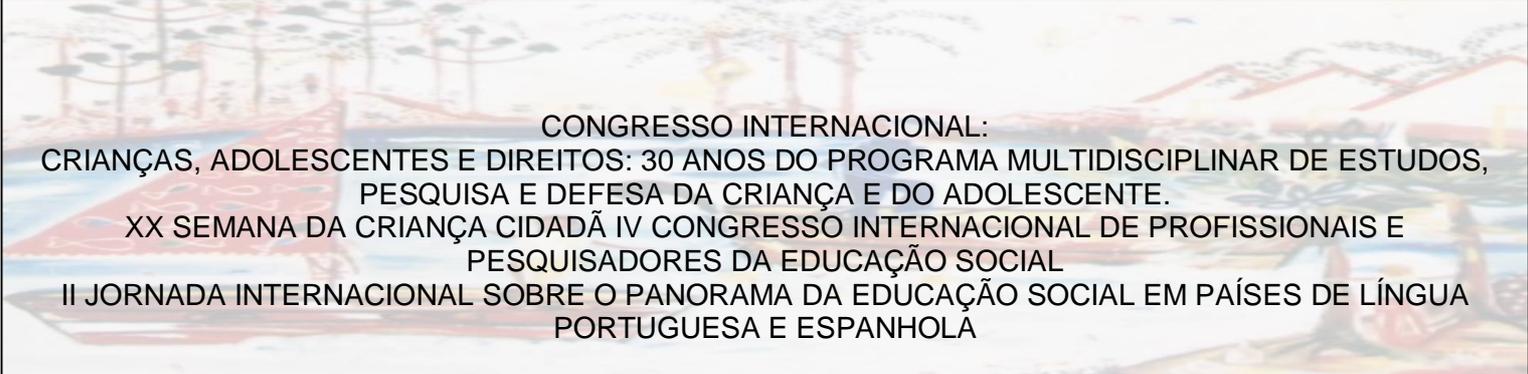
Atualmente o projeto vem sendo realizado em uma instituição de abrigo provisória para crianças e adolescentes na cidade de Naviraí. Este texto está organizado em três seções, sendo a primeira uma apresentação do projeto e sobre a questão da extensão universitária. Na segunda seção o relato da experiência vivenciada pelas educadoras e autoras deste relato e ainda a discussão de alguns resultados da experiência vivida e por fim algumas considerações.

2. Projeto de extensão Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes

O Projeto Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes (PROESCA) teve início no ano de 2014 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, se desenvolviam atividades em uma escola ribeirinha na cidade de Corumbá, funcionou durante cinco anos, até a transferência para a cidade de Naviraí, onde também mudou o contexto de atuação, em 2019 as ações, já na nova cidade, eram realizadas em um conjunto habitacional na periferia da cidade, contudo o objetivo do projeto sempre foi o mesmo, proporcionar, por meio do brincar, acesso ao conhecimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conforme orienta o Art 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a Pandemia da Covid19 houve algumas mudanças e o projeto precisou ser reorganizado.

O PROESCA é uma ação de extensão. A extensão universitária é um dos pilares da universidade e é de suma importância no processo de formação das pessoas que atuam nas ações de extensão, pois possibilita a relação do estudante com a comunidade externa à universidade e ainda o contato com temas que muitas vezes não são contemplados nos currículos dos cursos.

Assim neste ano de 2022 o projeto está sendo desenvolvido no lar da criança, instituição responsável pela proteção de crianças em situação de violação de direitos e que precisam ser retiradas de suas famílias para sua proteção.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

O Projeto de extensão acontece semanalmente com reuniões de estudo às quartas-feiras na universidade. Nos encontros são discutidos textos de livros e artigos, vídeos referentes à infância e adolescência, educação social, as brincadeiras, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nesses encontros também são planejadas as atividades que desenvolvemos com as crianças e adolescentes na instituição onde atuamos todos os sábados.

O projeto apresenta a seguinte dinâmica: formamos rodas de conversas para as crianças partilhar suas ideias e sentimentos; realização de brincadeiras planejadas durante a semana; brincadeiras indicadas pelas crianças, tudo dentro da orientação pedagógica, do brincar na Pedagogia e na Educação Física; por fim, fazemos outra roda para falar sobre o que aprendemos. Esta metodologia está fundamentada na proposta descrita por Muller e Rodrigues (2002) como metodologia lúdico-político-pedagógica que se conceitua metodologicamente como um trabalho educativo que se pauta nas ações lúdicas para desenvolver e formar politicamente as crianças e adolescentes.

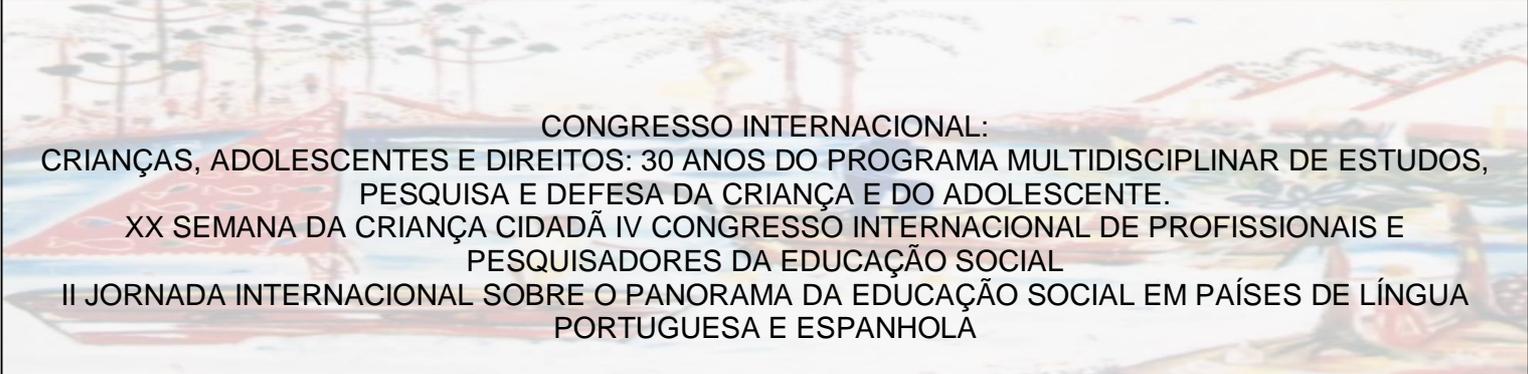
As atividades de intervenções pedagógicas, são incentivadas e seguem o que as autoras supracitadas sistematizam em sua obra, como princípios norteadores da prática, são eles: diálogo, inclusão, participação, respeito e compromisso.

3. Relato de Experiência: a relação com as crianças do Lar

Segundo dados do IPEA, vivem em abrigos cerca de 19.373 crianças e adolescentes que precisaram ser retiradas de suas famílias por apresentar situação de vulnerabilidade social.

No artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito à convivência familiar e comunitária, que pode lhes ser garantido também pela colocação em família substituta ou pela vivência em instituições acolhedoras e semelhantes a residências, que proporcionem um atendimento individualizado e personalizado (BRASIL, 2005, p.1).

Assim as crianças devem permanecer nos abrigos e receber condições para se desenvolver culturalmente e emocionalmente para retornar para sua família quando



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

possível ou ser abrigada por uma família substituta quando seu retorno a sua família for inviável.

A experiência com as crianças e adolescentes no lar tem sido muito rica e por meio desta vivência vimos percebendo algumas questões importantes e que vem contribuindo com o nosso processo de formação. Para sistematização deste texto nos pautamos nos relatórios dos quatro encontros desenvolvidos no mês de julho de 2022.

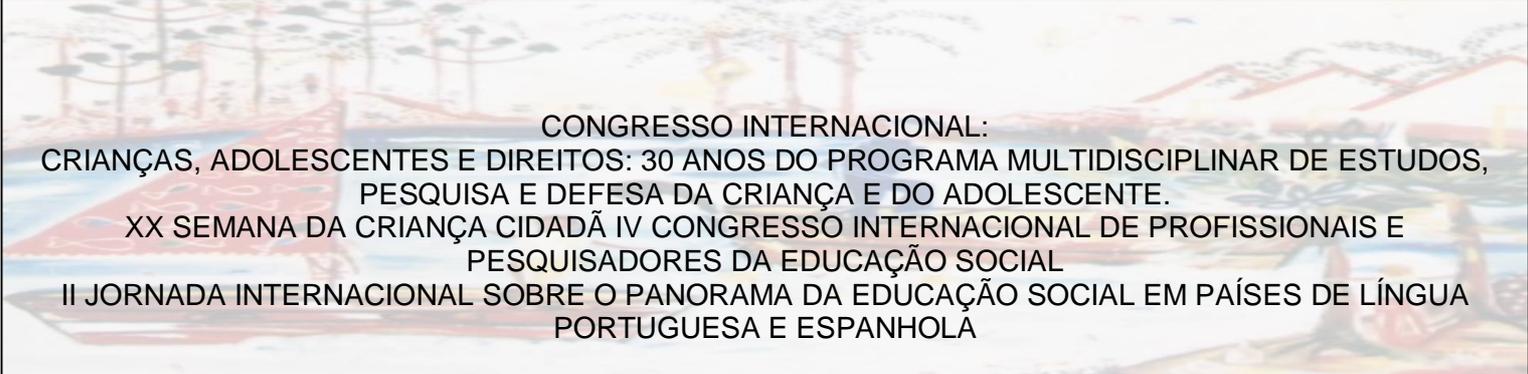
A partir das atividades nestes últimos encontros podemos perceber algumas questões que transpomos para categorias de aprendizagem em nossos estudos no PROESCA, são elas: o vínculo, a confiança e a afetividade.

Mesmo em tão poucos encontros estas categorias foram possíveis de se identificar, a partir de acontecimentos no decorrer das ações do projeto.

Sobre o vínculo e confiança, como podemos perceber no trecho do relatório da educadora:

[...] ao chegar algumas crianças já vieram ao encontro nos recepcionar fizemos uma roda sentada onde nos apresentamos e eles se apresentaram em seguida brincamos de batata quente onde alguns apresentaram sinal que não gostava de perder no jogo e de timidez, logo todos ficaram à vontade, brincamos de lencinho na mão, vivo morto, estatua, pega-pega de corrente, duro ou mole, batatinha frita 123, leitura. Uma criança, a qual não quis participar de nada, no final chamou minha atenção para brincar com ela, mais isolado, mostrou muito bloqueio para se enturmar, mas aos poucos fui pegando confiança dela, conversamos e eu a trouxe para o meio de todos. Observei que apesar de tudo elas são crianças unidas entre elas, respeitam e seguem as regras (EDUCADORA, 2022).

O vínculo é composto de outras formas e sentimentos como aponta Souza (2016, p. 147) “[...] é um conjunto de características relativas ao afeto, à confiança e valores morais. É um elo que se estabelece na relação entre os sujeitos de qualquer âmbito. Externa uma natureza relacional que supera o limite pedagógico”. Esta categoria trata de relações emocionais, subjetivas, éticas, pedagógicas e outras. Com isso podemos observar como é importante ir estabelecendo essa relação de cuidado, parceria, pois assim promovemos a confiança e assim vamos construindo um vínculo importante com estas crianças.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

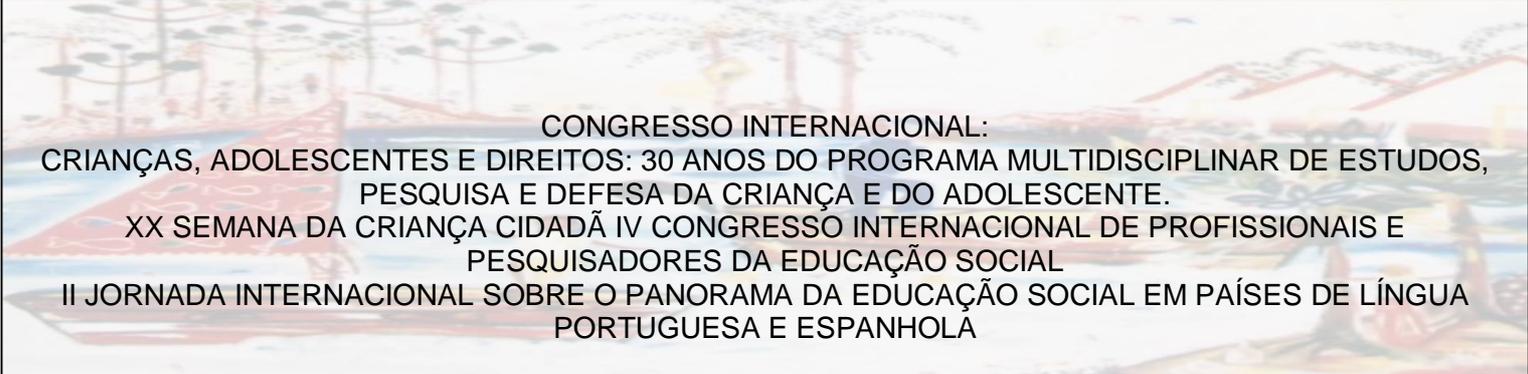
Em outro registro de uma educadora podemos perceber que a relação ainda é algo em construção, mas ela vem caminhando para a construção do vínculo, pois já apresenta afetividade e também respeito.

No final formamos uma roda novamente para saber o que eles aprenderam o que sentiram, mas não quiseram falar, nesse primeiro momento não insistimos, agradecemos a recepção nos despedimos e as crianças vieram nos abraçar (EDUCADORA, 2022).

Entendemos que nossa relação com as crianças ainda está começando, mas aprendemos que estamos construindo um vínculo muito importante e que escuta las de maneira afetiva é fundamental para fortalecer nossa convivência. Escutar é um saber fundamental na ação educativa, é um estar atento, preocupar-se com o pensar do outro e buscar ser democrático. De acordo com Freire (1996), “Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar no sentido aqui discutido significa a possibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (FREIRE, 1996, p. 119-120).

4. Considerações Finais

Consideramos que a experiência vivida é o início de uma trajetória de aprendizagens no contexto da educação social, da infância e entendemos que nossa relação com as crianças é uma relação educativa e de troca de saberes, pois quando estamos com elas, enquanto estudantes em processo de formação e educadoras, também aprendemos muito. Com nossos registros podemos retomar o que vivemos na prática e refletir sobre as situações que acontecem em nossos encontros e ao retornarmos a prática este retorno é enriquecido da reflexão, dos estudos que fizemos e assim caminhamos na nossa jornada construindo o vínculo com as crianças e adolescentes.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referencias

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, lei 8069 de julho de 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

MULLER, Veronica R. **Reflexões de quem navega na Educação Social**. Maringá: Clichetec, 2002.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de Souza. **Educação Social e Avaliação**: indicadores para contextos educativos diversos.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Educação Social e escola: desafios e possibilidades

Área Temática 2 - Educação Social: formação, avaliação e normatização da profissão

Rafaela Paula Santana Armelin¹
Veronica Regina Müller²
Paula Marçal Natali³

¹ Aluna do curso de Psicologia, bolsista PIBIC/ UEM, contato: ra106933@uem.br

² Docente do Programa de Pós-graduação em Educação - (UEM), contato: veremuller@gmail.com

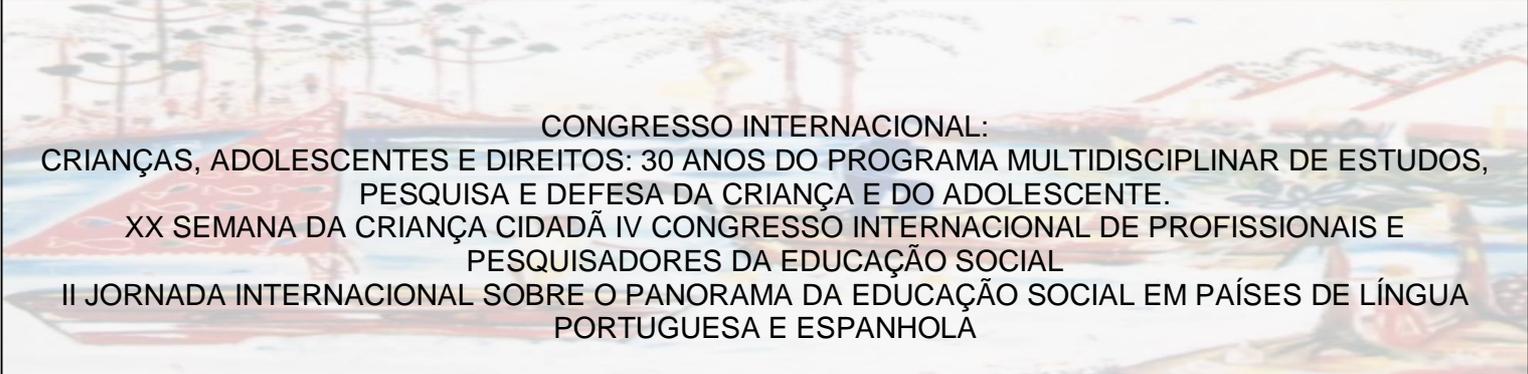
³ Docente do Departamento de Ciências do Movimento Humano (UEM), contato: pmnatali@uem.br

Resumo: O presente estudo visa apresentar reflexões até então produzidas no projeto de iniciação científica “Educação Social, Escola e Direitos Humanos: registros e análises sobre a formação continuada”. A metodologia do trabalho parte dos relatórios produzidos, sobre a formação “Educação Social, Escola e Direitos Humanos”, desenvolvido pelo PCA/UEM junto com municípios do Paraná. A partir disso, foram elencadas as categorias de análise: evasão escolar, sucateamento da educação, violação de direitos e desigualdade social. A discussão, nesta oportunidade, contempla somente a categoria da evasão escolar. Os resultados revelam as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes brasileiros no que concerne à garantia de direitos e como a Educação Social pode contribuir para o enfrentamento dessas problemáticas.

Palavras-chave: Educação Social; Evasão Escolar; Sucateamento da educação.

1. Introdução

O seguinte trabalho tem como objetivo abordar as análises até então realizadas no projeto de iniciação científica “Educação Social, Escola e Direitos Humanos: registros e análises sobre a formação continuada”. A Educação Social na perspectiva do PCA/UEM é área do conhecimento que busca instrumentalizar politicamente os indivíduos a fim de que estes possam acessar as produções culturais de seu tempo.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

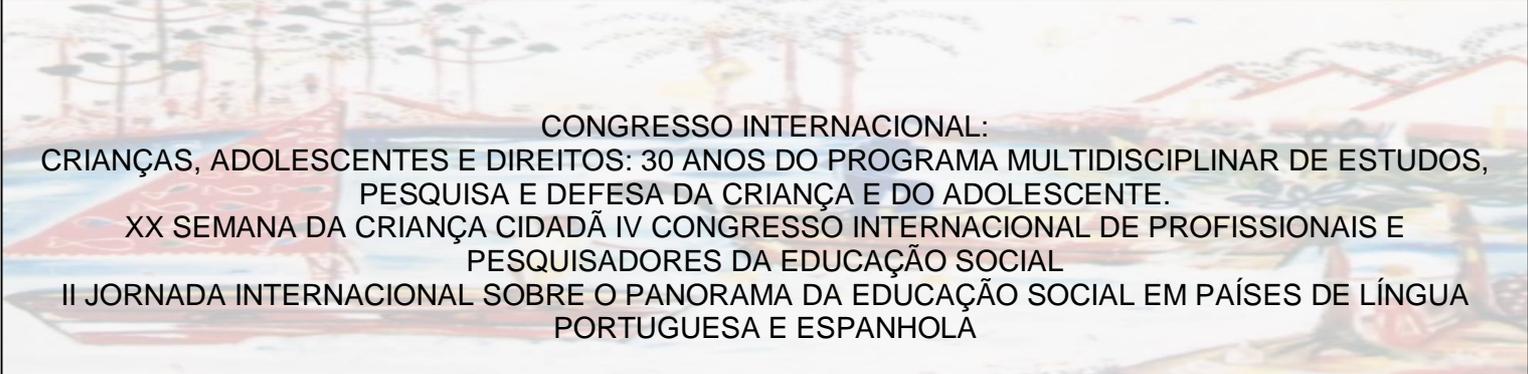
Além disso, considerando ainda que vivemos em uma sociedade estruturada a partir de um sistema político, econômico e cultural que repercute em opressão, injustiça social e desigualdade, a Educação Social deve atuar no enfrentamento dessas problemáticas. Nesse sentido, esse campo de saber possibilita que o sujeito desenvolva recursos para lidar com as dificuldades do dia a dia e transformar a realidade em que vive, por meio da compreensão de suas experiências de vida (MÜLLER et al, 2010).

De acordo com Natali (2016, p.174) citada por Bauli e Müller (2020), entende-se como papel do educador social: “Articular procedimentos educacionais de transmissão e aquisição de conteúdos culturais e sociais em direção à potencialização da participação social nas realidades onde os sujeitos envolvidos estão inseridos e têm direitos a serem conquistados”. Cléia Renata Teixeira de Souza (2016, p.160) ainda aponta a educação social como sendo:

[...] a prática social com caráter, político, cultural, social, pedagógico e militante, que se situa em distintos contextos, dentro ou fora da escola. Abrange a discussão a construção e a reivindicação de justiça social, defesa de direitos humanos, participação política. É uma ação tradutora e mediadora no processo de formação política dos sujeitos partícipes dessa práxis. Deve promover impacto nos âmbitos individual, coletivo e comunitário

Quanto aos espaços, Natali (2016) cita que a Educação Social pode ser exercida em centros esportivos, ruas, parques, hospitais, prisões, espaços de abrigamento de crianças e adolescentes, centros de socioeducação, escolas, escolas e muitos outros. Neste caso, o âmbito escolar é o foco de nossas discussões.

Em realidades de muitos países, entre eles o Uruguai e a Espanha, para citar alguns, o/a profissional educador/a social, ademais de trabalhar em ambientes extra-escolares, o faz dentro das escolas. A partir dessas experiências, percebe-se que a inserção da Educação Social em contextos de ensino formal, revelam-se de extrema importância. Isso porque as escolas, são espaços compostos por indivíduos de diversas origens, contextos, vivências, culturas, etc. Isto é, trata-se de um ambiente composto por indivíduos plurais (SEBASTIÃO;CORREIA, 2007 apud PINHEIRO, 2021). As



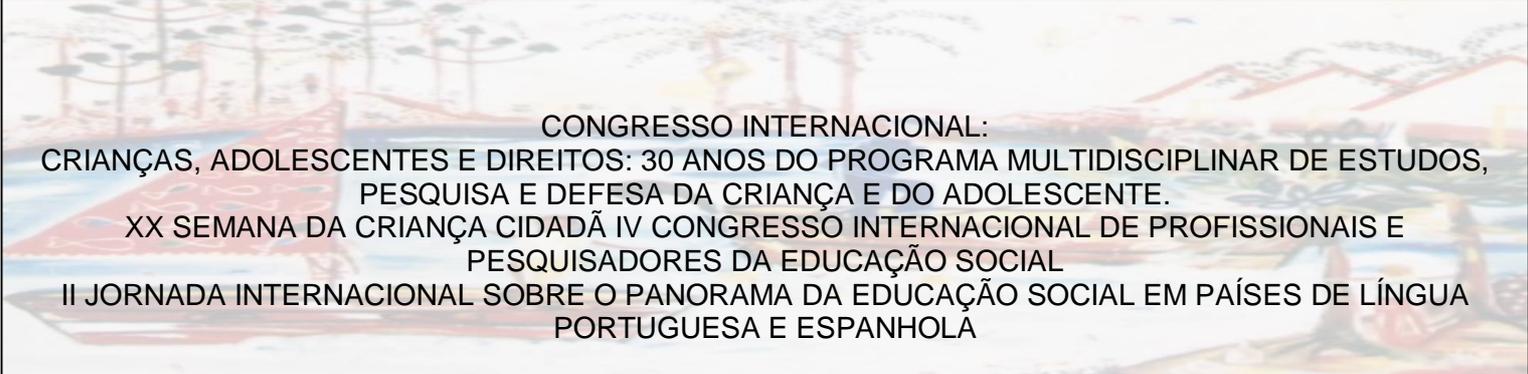
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

instituições de ensino, entretanto, com frequência experienciam dificuldades em lidar com os diversos sujeitos e demandas que estes carregam e que acabam chegando para os educadores. As práticas de Educação Social poderiam auxiliar os profissionais das escolas a lidar com tais dificuldades, promovendo espaços de diálogo, aceitação e emancipação.

Ademais, a Educação Social, pretende agir na direção do enfrentamento das violações de direitos que acometem crianças e adolescentes. A partir da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993) uma série de direitos como o direito à liberdade, igualdade, vida e outros foram estabelecidos (MAGER et al. 2011, p.176). Muito embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos disponha sobre a importância da preservação de direitos para a vida dos sujeitos, o que se percebe é que em muitos contextos os direitos ainda não são assegurados. No Brasil, apesar de haver diversos mecanismos dispostos pela constituição cujo objetivo é a proteção desses, identificam-se altos níveis de desigualdade econômica e injustiça social, o que reflete na dificuldade de garantia dos sujeitos aos seus direitos. Assim, a Educação Social fundamentada nos direitos humanos pode contribuir de forma significativa para o enfrentamento dessas problemáticas.

2. Metodologia e Desenvolvimento

O enfoque da análise dos resultados caracteriza-se como qualitativo fenomenológico crítico. (TRIVIÑOS, 1987; FREIRE, 1979; COLAVITTO, 2019). Para a produção da pesquisa foram acompanhadas o total das 13 aulas, contabilizando 26 horas do curso de formação “Educação Social, Escola e Direitos Humanos”, desenvolvido pelo PCA/UEM e a CAE (Coordenadoria de Apoio à Educação Básica) voltado para secretarias municipais do Paraná. Além disso, foram produzidos 13 relatórios sobre as aulas ministradas, por meio dos quais foram selecionadas as categorias de análise: evasão escolar, sucateamento da educação, violação de direitos e desigualdade social. As categorias foram elencadas a partir das temáticas e discussões trazidas ao longo do curso tanto pelos palestrantes como pelos



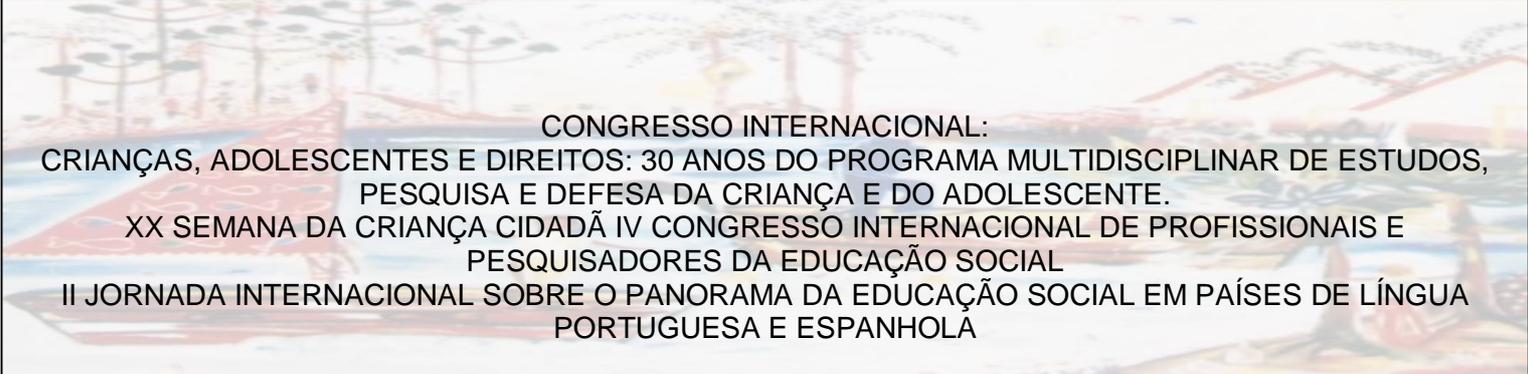
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

participantes. Neste trabalho abordamos apenas as análises sobre a categoria evasão escolar.

A evasão escolar trata-se de uma problemática atual presente na realidade brasileira. Segundo dados divulgados pela plataforma "Todos Pela Educação" (2021) só no ano de 2021 houve um aumento da evasão escolar de 171,1% entre a população entre 6 a 14 anos. Os altos números de evasão de crianças e adolescentes do ambiente escolar podem ser associados a diversos aspectos como: dificuldades econômicas, trabalho precoce, adoecimento do sujeito ou seus familiares, desinteresse do aluno, reprovação do estudante e outros (INEP, 1998). A problemática ainda pode ser relacionada à própria estrutura e às práticas das instituições de ensino, já que as escolas muitas vezes não conseguem atender às diferentes demandas dos alunos (ex. violência, dificuldades de aprendizado, vulnerabilidade econômica, etc), o que resulta no abandono escolar. Considerando o momento histórico, pode-se ainda afirmar que o aumento do número de alunos fora da escola tem grande influência da pandemia de Covid-19 que teve início em 2020 e resultou em dificuldades de acesso à educação nas populações mais vulneráveis, pois grande parte das populações afetadas não possuía recursos tecnológicos para assistir aulas e/ou realizar atividades (KUPPER, VAZ, MOTA, 2022).

A partir dos relatórios das aulas do curso "Educação Social, Escola e Direitos Humanos: registros e análises sobre a formação continuada", a temática da evasão foi amplamente abordada por meio de palestras e da discussão com os participantes. Durante as aulas foram inúmeros os relatos sobre as dificuldades dos municípios no enfrentamento dessa problemática. Nesse sentido, foi ressaltada a importância das escolas realizarem a busca ativa, processo em que os profissionais buscam entender os motivos do abandono escolar, identificar se a criança e/ou adolescente está com seus direitos assegurados, além de acionar os mecanismos disponíveis caso necessário, para que o direito à educação seja devidamente assegurado. Assim, a busca ativa deveria se tornar uma prática rotineira do contexto de aprendizado.

A busca ativa, entretanto, parece ser considerada um desafio para grande parte das instituições de ensino. Isso porque, de acordo com os relatos presentes na formação, os/as educadores/as e demais profissionais presentes nas escolas, estão



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

sobrecarregados pelas diversas demandas das instituições onde trabalham e acabam por não conseguirem investigar os motivos por trás da evasão. Sendo assim, o que se percebe é que apenas o comprometimento da escola com as políticas de enfrentamento à evasão não são suficientes. É preciso que o poder público e a própria rede de ensino e a comunidade se envolvam nesse processo. Com a participação do poder público, seria possível o financiamento de projetos voltados para a contenção da evasão escolar, e além disso, seria necessário a contratação de profissionais capacitados para atuar na área. Também o diálogo e troca de informações das escolas com a rede (ex. serviços de saúde e assistência social) é essencial, isso a fim de que os espaços de ensino tenham amparo da rede quando se deparam com situações de violações de direito.

Por fim, acredita-se que a inserção da Educação Social no âmbito escolar poderia auxiliar nas estratégias de combate à evasão escolar. Os educadores sociais podem colaborar como participantes das equipes responsáveis pela busca ativa. Considerando ainda os princípios que pautam as práticas da Educação Social, a atuação de profissionais educadores/as sociais no contexto escolar possibilita a formação política de crianças e adolescentes para que desenvolvam recursos racionais e materiais na busca da garantia de seus direitos e busquem transformar a realidade em que vivem. A presença dos/das educadores/as também visa a justiça social, igualdade, estímulo à diversidade cultural e combate a preconceitos. Em resumo, o exercício desse campo do saber tem como resultado inúmeros benefícios no desenvolvimento de estudantes, uma vez que, a escola passa a ser mais receptiva às suas necessidades, priorizando além do ensino formal, a proteção e promoção de direitos, o desenvolvimento humano e comunitário.. A partir dessas práticas, certamente teríamos mais registros de permanência de crianças e adolescentes na escola e consequentemente diminuição da evasão escolar.

3. Considerações finais

Diante das discussões trazidas pode-se dizer que o curso “Educação Social, Escola e Direitos Humanos” propiciou fartas discussões sobre temáticas atuais que

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

permitem pensar em possibilidades de atuação da Educação Social como parte importante da solução de problemas relativos às políticas de educação escolar. A evasão escolar, nesse sentido, trata-se de uma problemática identificada que poderia se beneficiar das práticas desse campo do saber, já que os/as educadores/as poderiam contribuir na formulação de estratégias que visem o enfrentamento da evasão e acima de tudo a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Referências

BAULI, R.A.; MÜLLER, V.R. Educação Social no Brasil: normatização e profissionalização. *In*: BAULI, R.A.; MÜLLER, V.R. **Educação Social no Brasil: normatização e profissionalização**. Chapecó/SC: Livrologia, 2020. cap. 1. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pca/livros/2020>. Acesso em: 18 jul. 2022.

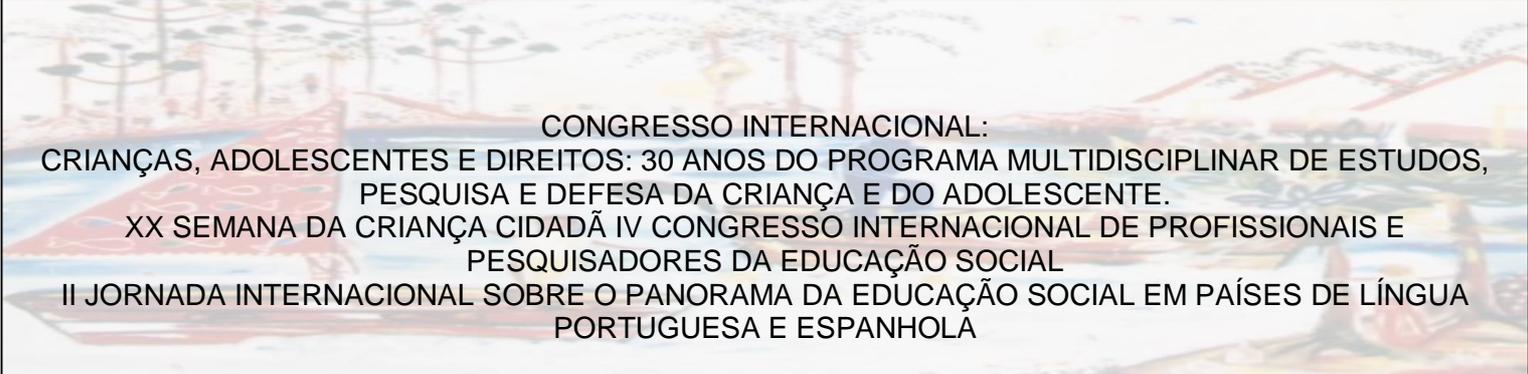
CANO, J. H. M; MIRANDA, B. W. de; FILHO, N. A. S.; SANTOS, T. C. dos. **Pedagogia social e educação social: encontros necessários com a educação em direitos humanos e a educação para a paz**. [s. l.], 2017. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo_2/pdf/2.07.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12º. ed. [S. l.]: Paz e Terra, 1979. Disponível em: <https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-educacao-e-mudanca-desbloqueado.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=19141&version=1.0 >. Acesso em: 07/ 07/ 2022.

KUPPER, M; VAZ, B. R. G.; MOTA, R.S. da. **Evasão escolar em tempos pandêmicos: um estudo sobre o ensino remoto emergencial no município de Sant'ana Do Livramento**. Revista latino-americana de estudos científicos , [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37380>. Acesso em: 9 jun. 2022.

COLAVITTO, M. A. **Estado de infância: a poiesis na arte da palhaçaria**. 2019. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pca/livros/2019/2019-marcelo-colavitto.pdf/view>. Acesso em: 19 jul. 2022.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

NATALI, P. M. **Formação Profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos.** 2016. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Maringá, [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Paula%20Natali.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PINHEIRO, F. M. M. **A Educação Social em contexto escolar: uma reflexão sobre a formação.** Interação, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21237>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Nota técnica: taxas de atendimento escolar.** 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 19 jul. 2022.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas. 1987. p.110.

SOUZA, C. R. T. de. **Educação Social e Avaliação: indicadores para o contextos educativos diversos.** In: SOUZA, C. R. T. de. Educação Social e Avaliação: indicadores para o contextos educativos diversos. 2016. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Maringá, [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pca/livros/2016/2016-cleia-renata.pdf/view>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A comunidade que se vai: pelo direito de conviver.

Área Temática 3 - Violências e violações de direitos de crianças e adolescentes

Lucas Henrique da Luz¹
Glaucia Soares da Silva²
Verônica Regina Müller³

¹ Prof. Educação Física, Mestre em Educação PPE-UEM, contato: lucashenriluz@gmail.com

² Aluna da Graduação em Serviço Social, UNICESUMAR, contato: glaucia28luuz@gmail.com

³ Prof. Programa de Pós-Graduação em Educação– PPE-UEM, contato: veremuller@gmail.com

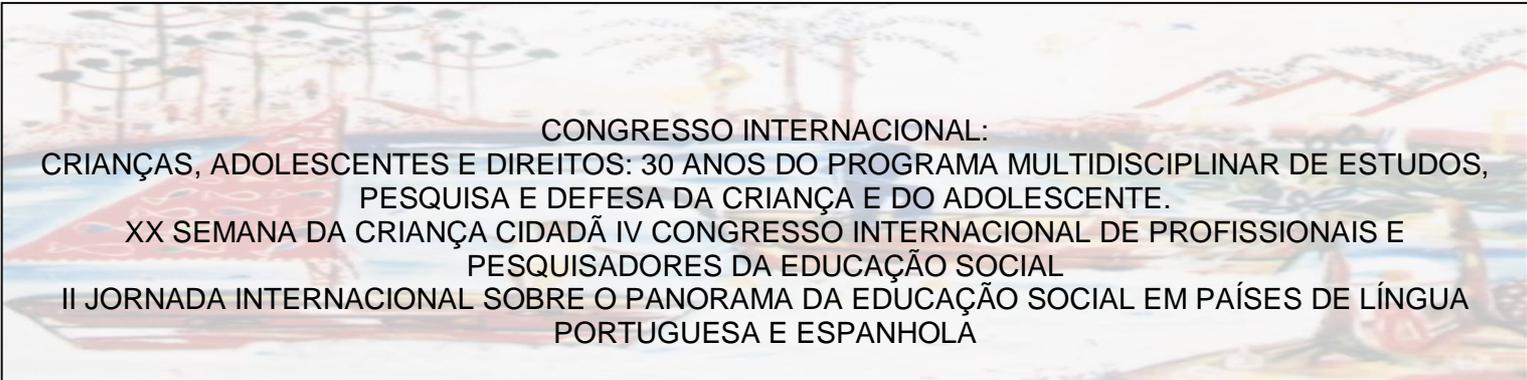
Resumo: O presente texto tem inspiração na dissertação de mestrado intitulada “Educação Social: Fundamentos epistêmicos e metodológicos para práticas de Educação Social em comunidades”, trata-se de uma reflexão sobre a comunidade, suas características contemporâneas e o direito constitucional que prevê a convivência comunitária. Tem-se como objetivo refletir a ideia de comunidade, o direito de convivência e indagar possibilidades em torno de seu fortalecimento. A pesquisa é de cunho qualitativo fruto de uma revisão bibliográfica e mostra a necessidade de fomentar políticas públicas de fortalecimento dos ambientes comunitários.

1. A solidão da Criança

O mundo dos adultos é estranho, difícil, incoerente. Sobre as coisas mais belas e fascinantes eles dão respostas estranhas, como se não soubessem ou se envergonhassem de saber. A criança fica sozinha com os seus porquês e com seus medos.

Tonucci “sozinha com seus porquês e com seus medos. ”

Tonucci (2018) diz que as crianças contemporâneas sofrem do fenômeno



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

chamado solidão, fechadas em suas casas-fortaleza, protegidas por equipamentos de ponta entre muros altos que escondem tudo que ali se encontra.

O mundo passa milimetricamente a ter dono, com “o” no final e cor definida. As ruas exclusivamente para carros, as calçadas se encolhem e as praças se escondem em meio a floresta de pedra onde tudo faz parte do mercado, custa caro e sem a moeda de troca, se torna impenetrável.

A comunidade tem o seu principal pilar abalado, a convivência. Em grandes metrópoles o futuro é a moradia condominial:

Uma das características mais relevantes dos condomínios é “seu isolamento e sua distância da cidade... Isolamento quer dizer separação de todos os que são considerados socialmente inferiores”, e – como os construtores e as imobiliárias insistem em dizer – “o fator chave para obtê-lo é a segurança. Isso significa cercas e muros ao redor dos condomínios, guardas (24 horas por dia) vigiando os acessos e uma série de aparelhagens e serviços ... que servem para manter os outros afastados” (BAUMAN, 2005, p. 19).

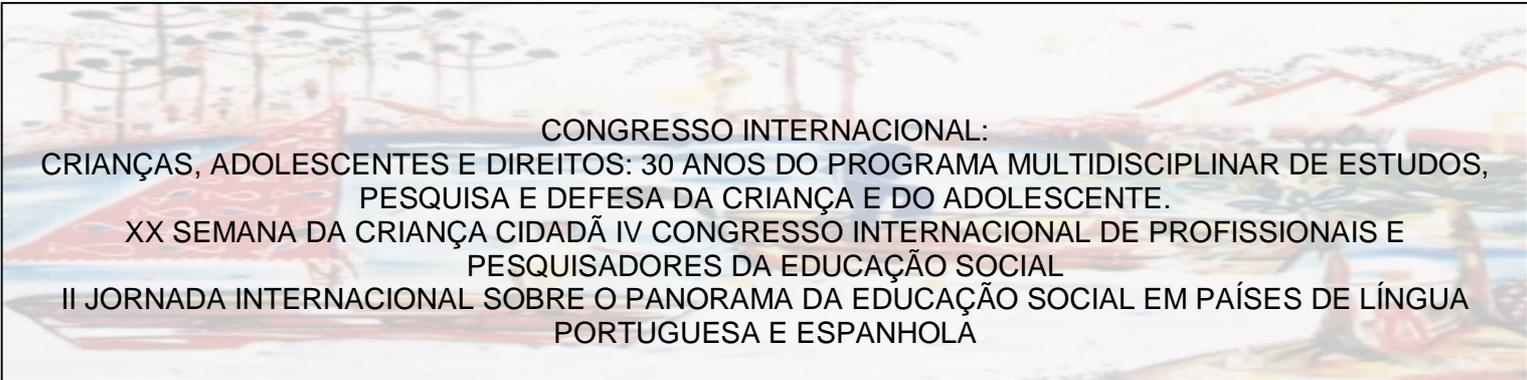
Para Esposito (2004), as pessoas buscam imunidade, onde as ações de conservação da vida são elevadas ao máximo, negando convivência, se afastando das contradições e buscando uma segurança absoluta que confronta a liberdade.

A criança neste amontoado de pedra que esconde o verde e comercializa cada metro quadrado, tem o direito da convivência comunitária abalado em nome da segurança e do medo causado pelo próprio sistema de capital.

2. Pelo direito a convivência

A convivência familiar e comunitária é um direito fundamental de crianças e adolescentes garantidos pela constituição federal de 1988 em seu Art 227º e amparado pelo ECA (1990) em seu Art 4º que diz:

[...] É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...].
(BRASIL, 1990)

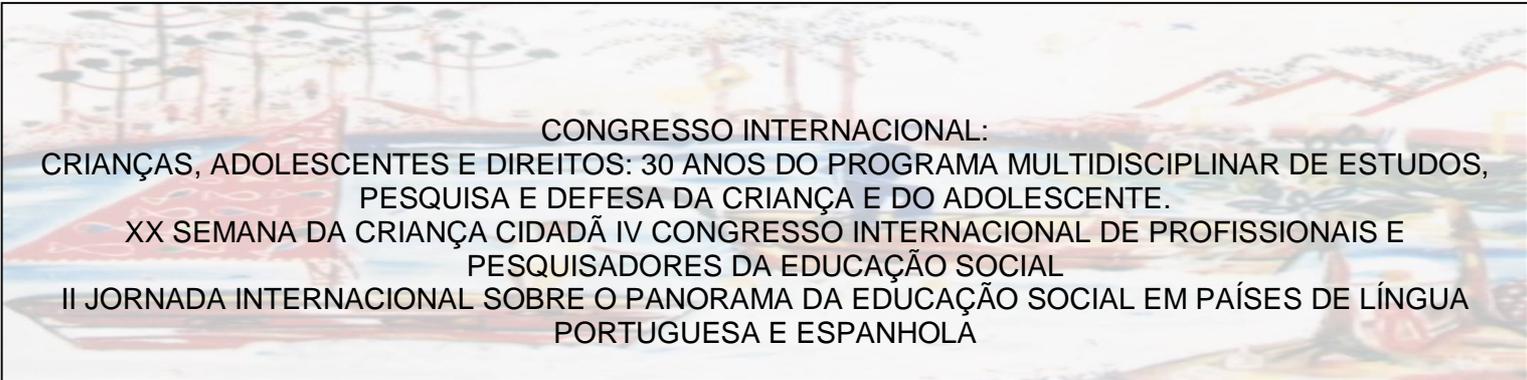
E no Art 19º:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990)

Com a convivência comunitária se colapsando, a criança tem sua vida limitada, seu brincar e sua aprendizagem conseqüentemente sofrem com a falta de lugares e pessoas ao seu redor. De acordo com Monteiro *et al* (2017, p. 03) “[...] o brincar é uma característica infantil, onde se pode dizer que é um dos meios mais eficazes de comunicação e aprendizagem das crianças”. A criança contemporânea passa a ter como principais pontos de referências instituições e o ambiente público se torna cada vez mais restrito.

Dias (2018), afirma que o brincar no espaço público desempenha um papel fundamental na reprodução da vida social, influenciando não só no desenvolvimento físico e motor da criança, mas, também, o seu desenvolvimento cognitivo e social. Frequentando parques e praças a criança observa o mundo diferente de nós adultos, a criança necessita desses espaços públicos para conhecer a capacidade de seus movimentos, trabalhar seus sentidos.

É nos espaços livres onde a criança tem a oportunidade de vivenciar e aprender sobre os elementos da natureza, aguçar os seus sentidos, além de experimentar mudanças de temperatura e conhecer o comportamento dos animais (OLIVEIRA, 2004). Essas vivências, entre outras tantas, proporcionam e fortalecem a relação com a comunidade.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

3. A comunidade precisa renascer

Em grandes cidades a comunidade se encontra em um estado terminal, e de acordo com Luz (2021), quanto mais os ambientes das comunidades se individualizam, menos visíveis se tornam as vidas das crianças e adolescentes, dificultando que as políticas de proteção e garantia de direitos atuem e identifiquem o que acontece em cada bairro.

Consideramos que é de suma importância que as políticas públicas municipais, estaduais e federais passem a se preocupar com o ambiente comunitário, ampliando os espaços públicos de lazer e convivência, fomentando políticas de participação social e comunitária e pensando em modos de unir as pessoas em suas ruas, bairros, cidades.

Luz (2021) ressalta a necessidade de fomentar o conceito de responsabilidade, o dever de cada pessoa proteger e zelar pelas crianças e adolescentes, os nossos ambientes públicos precisam ser ampliados e resinificados para convivência, para brincadeira, e principalmente, para as crianças.

Outra possibilidade é a existência de profissionais para atuarem em comunidade, um deles é o/a educador/a social, assim como demonstram: (LUZ, 2021); (SOUZA; MÜLLER, 2021); (NATALI; MÜLLER, 2021), dentre outros/as.

Referências

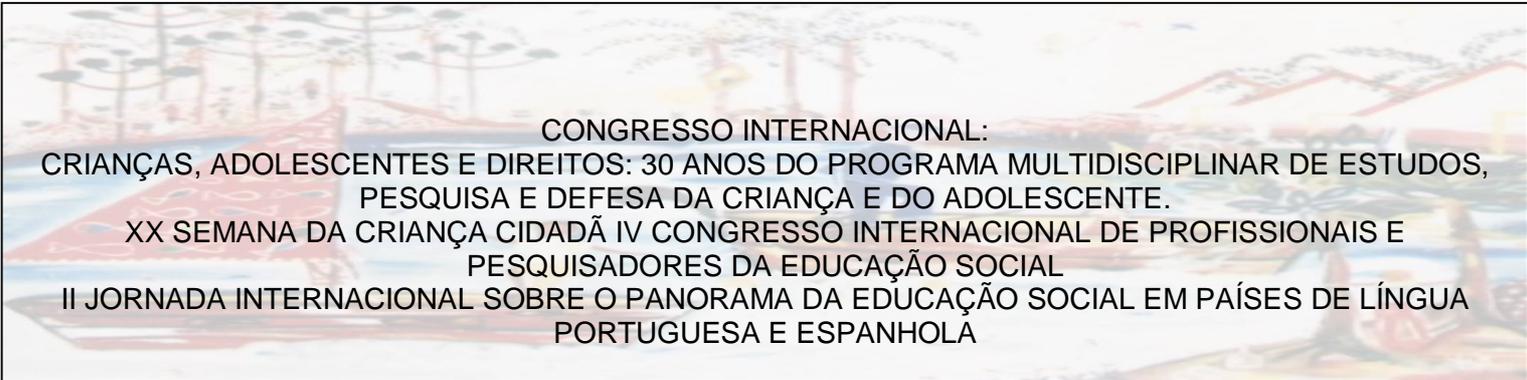
BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal*, v. 8, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2005

DIAS, Marina Simone. *Em busca dos espaços públicos de brincar: um estudo das infâncias contemporâneas nacidade de Vitória-ES*. In. Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit.Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 25, n. 45, p. 102-117. 2018.

ESPOSITO, Roberto. *Bíos: biopolítica e filosofia*. Torino: Einaudi, 2004;

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53.ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

LUZ, Lucas Henrique da. *Educação Social: fundamentos epistêmicos e metodológicos para práticas de Educação Social em comunidades*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: (Verônica Regina Müller). Maringá, 2021.

MONTEIRO, Camila Rodrigues et al. Roda da conversa, brincadeiras e jogos: intervenção educativa com a infância. *Anais: III Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais de Educação Social*. 2017.

NATALI, Paula Marçal. *Educação Social no Brasil: formação profissional* / Paula Marçal Natali, Verônica Regina Müller. – Chapecó: Livrologia, 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, A.A.R. *A participação das crianças na roda de conversa* [manuscrito]: possibilidades e limites da ação educativa e pedagógica na educação infantil - / Adriana Aparecida Rodrigues da Silva. – Goiânia, 2015

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. *Educação Social no Brasil: avaliação* / Cléia Renata Teixeira de Souza, Verônica Regina Muller. – Chapecó: Livrologia, 2021.

TONUCCI, Francesco. *A solidão da criança*. Ciranda de Letras, 2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Cidadania Infantil e a mobilidade na cidade

Área Temática 3 - Violências e violações de direitos de crianças e adolescentes

Ariadne de Sousa Evangelista¹
Fátima Aparecida Dias Gomes Marin²

¹ Pedagoga e Doutora em Educação, FCT/UNESP, contato: ariadne_ev@hotmail.com

² Prof. Assistente Doutora do Departamento de Educação, PPGE-FCT/UNESP, contato: fatimadiasgomes@gmail.com

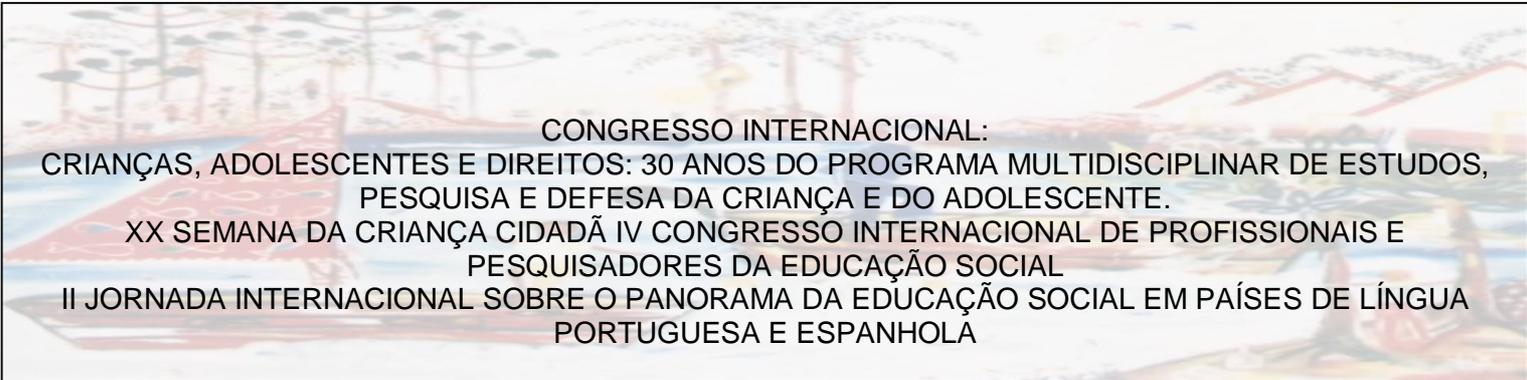
Resumo. O texto trata da cidade e a infância. Discute-se o direito das crianças a cidade e problematiza-se a redução da autonomia de mobilidade e a concepção fragmentada da cidade. A investigação de natureza qualitativa, caracterizada como estudo de caso, tem como base teórica a Sociologia da Infância e a Geografia da Infância. Os sujeitos foram vinte crianças, entre nove e onze anos de idade, de duas escolas públicas. Os instrumentos metodológicos foram o quadro de rotinas e as entrevistas. Conclui-se que as crianças vivenciam situações de restrição de cidadania. Defende-se que o poder público e a comunidade garantam espaços e vias públicas seguras, oportunizando uma vivência ampla das crianças na cidade.

Palavras-chave: Infância; Cidade; Cidadania infantil.

1. Introdução

Neste texto discutimos o direito da criança a cidade, destacando duas dimensões dos fatores de restrição da cidadania infantil, apontados por Sarmento (2018), que se referem à fragmentação e à restrição da autonomia de mobilidade das crianças na cidade. Para tanto, é apresentada parte dos resultados da tese intitulada: "Eu gosto de brincar, isso me faz feliz!" Paisagens e vivências das crianças em Presidente Prudente (SP), aprovada pelo Comitê de Ética nº 97633218.3.0000.5402.

Na contemporaneidade, a maioria dos brasileiros reside em área urbana,



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

conforme o IBGE (2010). Contudo, morar na cidade não significa vivenciá-la ou usufruir do direito a ela. Conforme Harvey (2012, p.74), “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.”

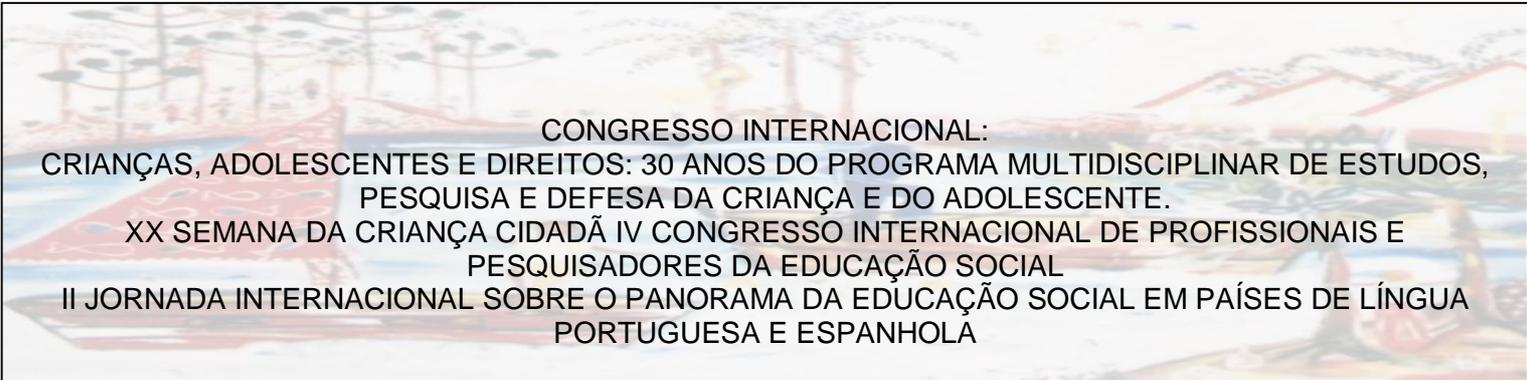
O espaço urbano requer adaptações que considerem os diversos grupos sociais que o habitam e políticas públicas de segurança, mas necessita que as pessoas se apropriem dele, lutem por ele, o transformem e se transformem a partir dele. Para Harvey (2012, p.74), o direito a cidade é “[...] comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.”

Neste processo, as crianças são prejudicadas por seu status social. Para Sarmiento (2018), a infância é um grupo social sem representação/participação política, não por ausência de ação, mas pela invisibilidade na cena pública. As conquistas de direitos pelas minorias se dão pela luta social do próprio grupo, mas no caso das crianças seus direitos são alcançados por intermédio de outros. É comum que o direito de participação seja sobreposto pelo direito de proteção. Diante da violência urbana corroboramos com as ideias de Araújo (2017, p.5) ao afirmar que: “Há uma violação de direitos da criança se ela não pode ter acesso aos locais públicos.”

Sabbag, Kuhnen e Vieira (2015) avaliam que a liberdade de locomoção independente das crianças diminuiu devido ao medo do tráfego e à preocupação com sua proteção. Diante desse panorama contemporâneo, os autores detectaram como consequências para o desenvolvimento humano a diminuição do repertório social e motor, além da redução de atividades lúdicas.

Entre os objetivos do desenvolvimento sustentável, apoiados pela ONU (Organização das Nações Unidas), com relação às cidades e comunidades sustentáveis consta: “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. (ONU-BR, 2016, p.33)

Ao debater a restrição do exercício da cidadania pela criança, Sarmiento (2018) aponta seis dimensões: domesticação, institucionalização, insularização, dualização, fragmentação e restrição da autonomia de mobilidade. A fragmentação se refere ao



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

fato de as crianças não conhecerem a cidade como um todo, mas pequenas partes de espaços fragmentados. Sarmiento (2018, p. 236) afirma: “Um dos principais fatores de limitação da autonomia de mobilidade é a automobilização das cidades.” O autor usa a metáfora das ilhas para exemplificar, as crianças andam de carro de uma instituição a outra, sem vivenciar a cidade como um todo. A restrição da autonomia de mobilidade infantil diz respeito à diminuição da circulação das crianças em espaços urbanos, fenômeno que prejudica o desenvolvimento infantil, físico, cognitivo e social.

Segundo Lopes (2008, p. 76), “A noção espacial, como parte integrante dos sujeitos, seria assim uma noção social, uma construção semiótica, constituída a partir do contexto cultural no qual se está inserido.”

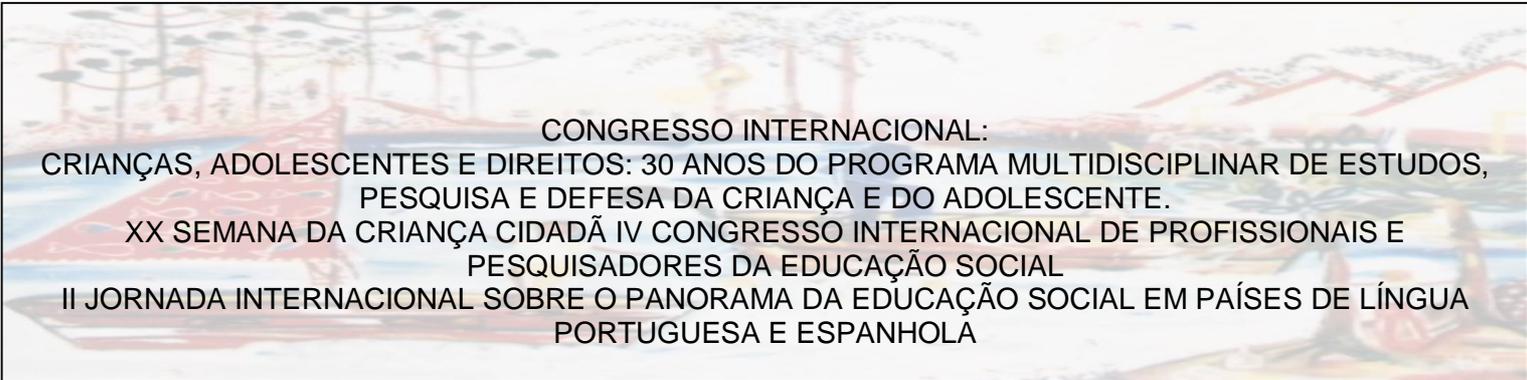
O nosso estudo aborda as vivências espaço-temporais de crianças em Presidente Prudente (SP). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso. As crianças participantes tinham entre nove e onze anos, sendo dez de uma escola pública localizada na área central da cidade e dez de uma escola pública localizada em uma área periférica de exclusão social.

Buscamos compreender como eram as suas rotinas, quais os tempos e espaços utilizavam, como se locomoviam, quais os tempos que tinham livres e quais preenchidos por atividades orientadas por adultos, quais os tempos e espaços utilizados para o lazer. Apresentamos parte dos resultados do estudo, obtidos através do preenchimento do quadro de rotinas e das entrevistas com as crianças. Os nomes utilizados são fictícios para preservar a privacidade das crianças.

2. Fragmentação e restrição da autonomia de mobilidade urbana

A partir dos questionamentos sobre os usos dos espaços e dos tempos da cidade observamos que as dimensões dos fatores de restrição de cidadania, apontados por Sarmiento (2018), perpassavam as vivências das crianças. Neste recorte, focamos na fragmentação e na restrição da autonomia de mobilidade infantil.

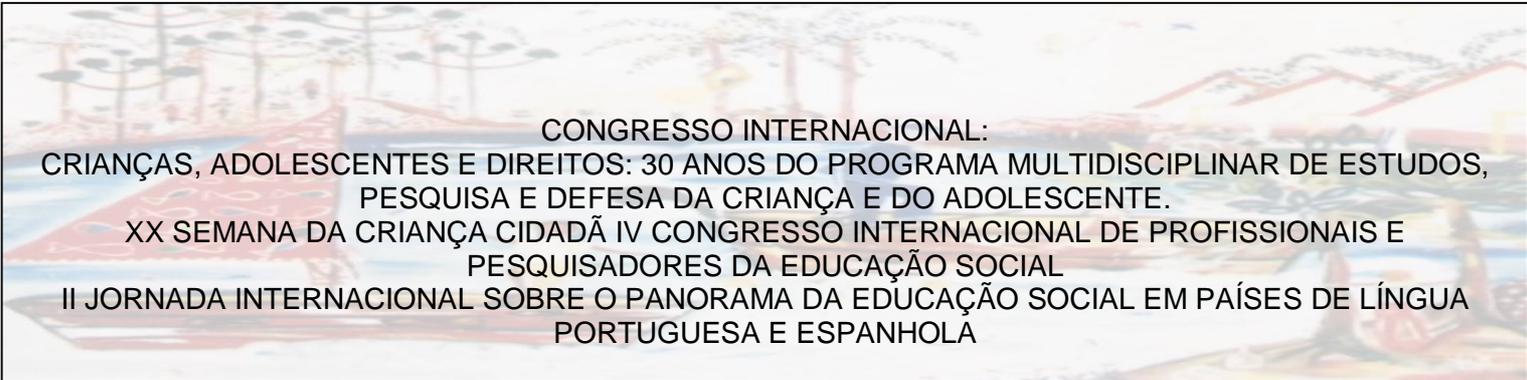
No percurso casa-escola, todas as dez crianças da escola periférica faziam com autonomia, sendo que oito iam a pé e duas se utilizavam de transporte público, pois moravam fora do bairro. Algumas crianças que participavam de projetos sociais no



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

contraturno do período escolar, também declararam fazer o percurso com autonomia, acompanhadas de colegas ou sozinhas. As atividades de lazer no bairro (brincar na calçada, na pracinha, na quadra; soltar pipa; andar de bicicleta/patins) eram feitas com autonomia. Apenas uma criança declarou ir na praça apenas acompanhada da tia. Em relação as saídas do bairro, apenas uma criança declarou que saia durante a semana para fazer aulas de futebol. O percurso de ida era feito sozinha de transporte público ou *uber* e de volta acompanhada da mãe. Conclui-se que as crianças da escola periférica apresentavam certa autonomia de mobilidade, mas as suas vivências eram restritas ao bairro de moradia. Nos finais de semana, algumas tinham a oportunidade de sair do bairro, mas geralmente acompanhadas por adultos, de carro próprio ou de caronas. Essas saídas foram, na maior parte, idas à casa de parentes, para eventos ou para brincar.

Nenhuma das dez crianças da escola central fazia o percurso casa-escola de maneira autônoma. Apenas duas crianças que moravam no bairro faziam o percurso a pé, ainda assim acompanhadas de um adulto. As outras utilizavam carros particulares, van escolares ou transporte coletivo. Para Sarmiento (2018), há uma inversão de valores quando o planejamento urbano favorece o espaço para veículos em detrimento do espaço para os pedestres, fato que desumaniza a cidade. Seis crianças faziam atividades após a escola, sendo acompanhadas por adultos em todas as ocasiões e quatro delas faziam o percurso de carro. Das seis crianças que declararam participar de atividades de lazer com a família, no final de semana, apenas uma fez o percurso a pé até a igreja e pizzeria (sua família não possuía carro) e apenas uma foi para casa da avó, que ficava em uma cidade vizinha, as outras crianças foram a lanche, SESC, Parque do Povo, buffet infantil. Quando questionamos as crianças da escola central sobre os locais que elas podiam ir sozinhas, todos eram locais próximos das suas casas. Porém, duas crianças disseram não ter nenhuma autonomia de mobilidade: “Eu... fora da minha casa, minha mãe não deixa em lugar nenhum.” (IAGO, 2019). “Sozinha, eu não posso ir em lugar nenhum né, só posso sair mesmo se eu consultar minha mãe [...] Oh, às vezes, ou ela fica no portão ou ela vai atrás de mim e fica lá até eu entrar na casa...” (das amigas). (MARIANA, 2019).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A pluralidade da infância pode ser observada na maneira com que os diferentes grupos vivenciam suas infâncias, as diferentes oportunidades de autonomia na mobilidade urbana.

As crianças de ambas as escolas vivenciam a cidade de maneiras diferentes, são influenciadas pelas condições socioeconômicas e culturais dos responsáveis. Contudo, todas as crianças tinham uma experiência fragmentada da cidade e com restrições da autonomia de mobilidade. No bairro onde moravam as crianças tinham mais independência. Defendemos que a comunidade e o poder público garantam o direito das crianças à cidade, oportunizando uma vivência ampla dos espaços públicos que potencializem a cidadania infantil.

Referências

ARAUJO, A.L.C. Algumas reflexões sobre o direito da criança à cidade e participação em espaços públicos. *Anais do Congresso Urbanismo em comum*. Salvador, 2017. p.1-11.

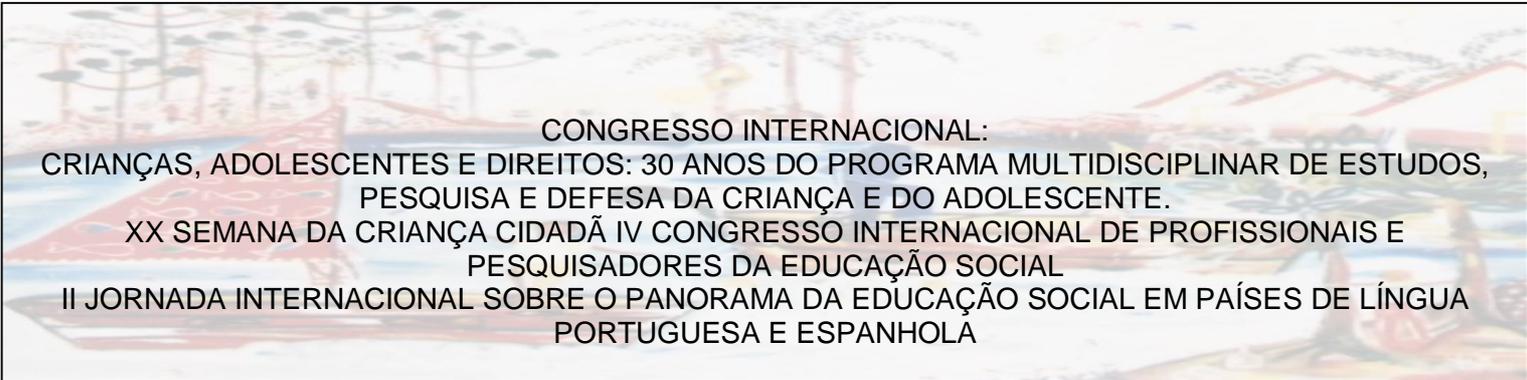
EVANGELISTA, A. S. “*Eu gosto de brincar, isso me faz feliz!*” *Paisagens e vivências das crianças em Presidente Prudente (SP)*. 2020. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2010. Estatísticas por cidade. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

LOPES, J. J. M. Geografia das crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. *Contexto & Educação*, Unijuí, ano 23, n.79, p. 65-82, jan./jun. 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2016. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf > Acesso em: 01.jun.2022.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

SABBAG, G. M.; KUHNEN, A.; VIEIRA, M. L. A mobilidade independente das crianças em centros urbanos. *Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 433-440, jul./dez. 2015.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Revista Educação*. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, maio/ago. 2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Direito da criança a um espaço escolar de qualidade

Área Temática 3 - Violências e violações de direitos de crianças e adolescentes

Sthefany Beatriz Costa¹
Fátima Aparecida Dias Gomes Marin²

¹Aluna do Mestrado em Educação, contato: sthefany.beatriz@unesp.br

²Prof. Depto de Educação– FCT-UNESP, contato: fadg.marin@unesp.br

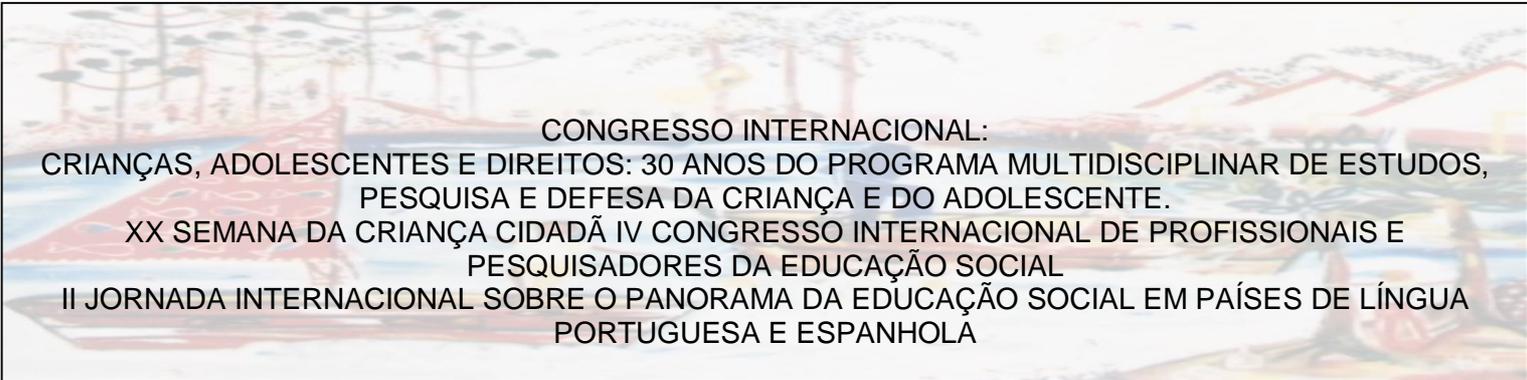
Resumo: O espaço escolar de qualidade é um direito da criança e deve ser organizado visando o seu bem-estar e aprendizagens. O texto aborda os significados educativos da decoração dos espaços das instituições de Educação Infantil. Trata-se de um mestrado, em andamento, de natureza qualitativa que conta com a pesquisa bibliográfica, a análise documental das publicações oficiais da Educação Infantil e entrevistas (gestores, professores, especialistas e familiares e/ou responsáveis pelas crianças). Pretende-se com os resultados obtidos, sistematizar os estudos a respeito do tema, identificar avanços e fragilidades na área e sugerir práticas docentes que favoreçam o vínculo de pertencimento das crianças com a escola e que valorizem as suas identidades e a ampliação dos seus saberes, proporcionando vivências que sejam desafiadoras, interativas, inclusivas, ambientalmente sustentáveis e humanizadoras.

Palavras-chave: Criança; Espaço Escolar; Decoração.

1. Introdução/Justificativa

*[...] as crianças têm direito, antes de tudo, de viver
experiências prazerosas nas instituições.
(BRASIL, 1998, p. 14)*

O espaço escolar tem sido pauta de discussões que preconizam o bem-estar da criança na escola, principalmente na Educação Infantil, onde as experiências são



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

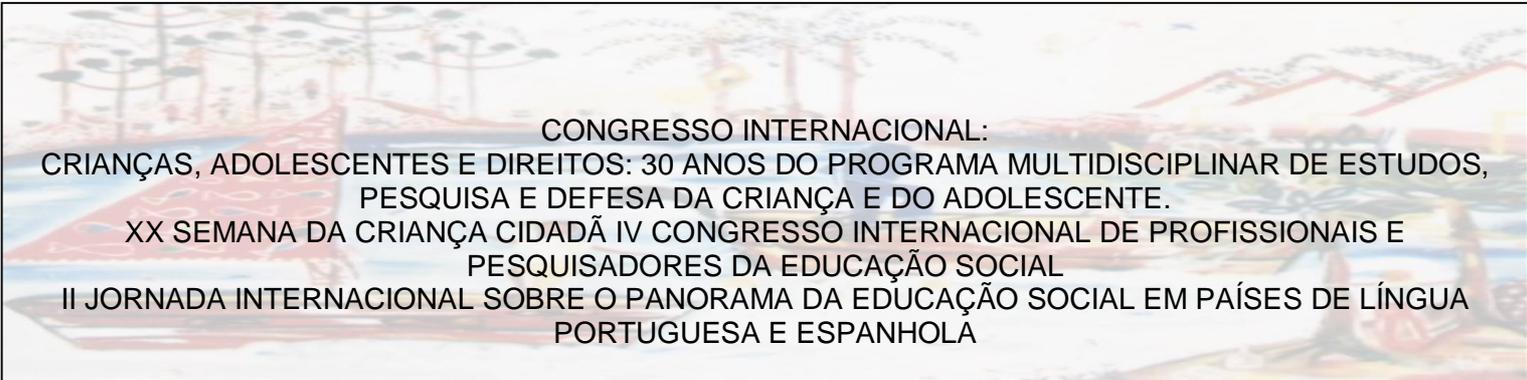
responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagens. Dessa maneira, entendemos a relevância de discutir a organização do espaço escolar, levando em consideração que estes espaços podem favorecer situações de acolhimento, experiências positivas, mas podem também proporcionar situações de risco, violência, preconceito e bullying.

A pesquisa de mestrado, em andamento, que relatamos aborda os significados educativos da decoração nos espaços das instituições de Educação Infantil. Trata-se de uma investigação qualitativa que tem como instrumentos de coleta de dados entrevistas com gestores, professores e especialistas sobre Educação Infantil, Inclusão e Arte, além de familiares e/ou responsáveis pelas crianças. A proposta é discutir a decoração dos espaços das instituições com o objetivo de proporcionar às crianças vivências que sejam desafiadoras, interativas, inclusivas, ambientalmente sustentáveis e humanizadoras. Para tanto, nos fundamentamos principalmente nos estudos de: Forneiro (1998); Ceppi e Zini (2013); Frago e Escolano (1998); Edwards, Gandini e Forman (1999); Horn (2004); Carvalho e Rubiano (2008); Tuan (2012) e Cocito (2017).

A pesquisa bibliográfica contou com levantamento, em bases de dados da CAPES, do SCIELO e da BDTD, das publicações sobre: arquitetura escolar; espaço escolar; decoração; Educação Infantil. A pesquisa documental foi feita nos documentos oficiais da Educação Infantil que respaldam o fazer pedagógico.

O referencial teórico possibilita aprofundar os conceitos de espaço, ambiente e lugar que são os pilares das discussões sobre o tema em estudo. A respeito do espaço e ambiente, nos pautamos nos estudos de Forneiro (1998), para ela o espaço “refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração” (FORNEIRO, 1998, p. 232). O ambiente é definido como o “conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (os afetos, as relações interpessoais entre crianças e adultos, entre criança e sociedade em seu conjunto)” (FORNEIRO, 1998, p. 232).

Sobre o processo de interiorização do espaço como lugar nos valem do conceito de topofilia, descrito por Tuan (2012) como sendo o elo afetivo entre pessoa e o ambiente físico. Cocito (2017, p. 91) considera lugar como “aquele que gera apego, proteção, identificação e sentimentos por meio da coragem e confiança para explorar, num movimento de aproximação e distanciamento constante, em que temos o lugar



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

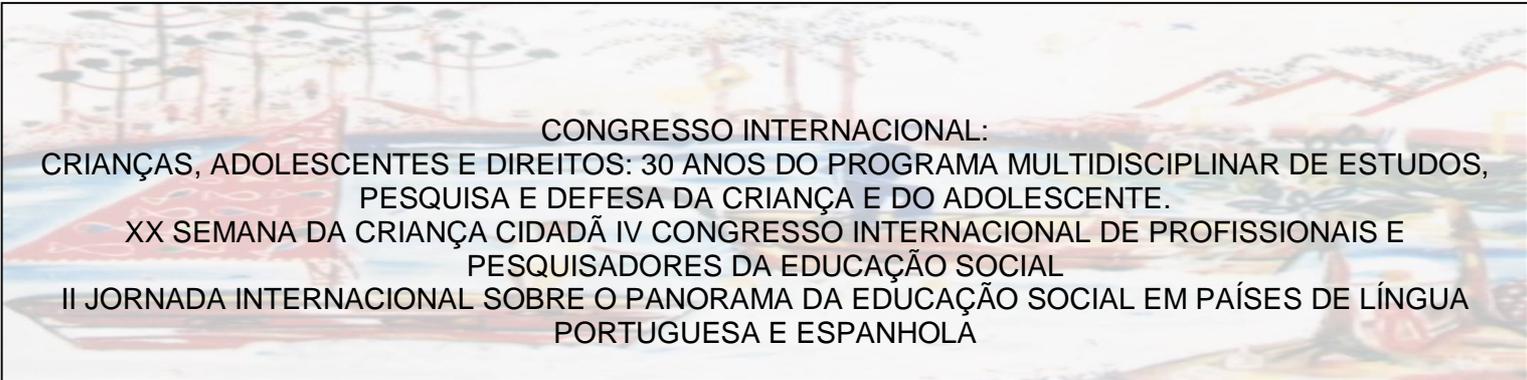
como referência, base, alicerce.” Sendo assim, discutimos as decorações nos espaços escolares no sentido de potencializar experiências significativas e que fortaleçam o vínculo afetivo, o sentimento de pertencimento da criança com o espaço escolar.

Encontramos nos documentos oficiais, subsídios que garantem o direito da criança a espaços de qualidade. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) considera que “espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição.” (BRASIL, 1998, p. 68). Entretanto, assevera que a existência desses objetos por si só não garante a qualidade da educação, mas a maneira em que os professores, junto com as crianças, irão utilizá-lo será responsável por obter uma aprendizagem ativa e uma interação criança-criança e criança-adulto.

A participação das crianças na organização dos espaços escolares fortalece os sentimentos de identidade, de pertencimento, de autonomia e de zelo pelos espaços. O volume 3 do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) infere que não somente os trabalhos devem ser expostos, mas também “tudo aquilo que foi produzido, trazido ou coletado pelo grupo deve estar exposto e ao alcance de todos, constituindo-se referência para outras produções e encaminhamentos. ” (BRASIL, 1998, p. 201). O documento adverte que: “O grupo deverá participar tanto da montagem e organização do espaço quanto da sua manutenção”. (BRASIL, 1998, p. 201).

A aprendizagem ocorre principalmente pelas relações e interações estabelecidas no ambiente escolar, desta maneira é essencial a organização “[...] De um espaço harmônico – cores, luzes e equilíbrio entre decoração e móveis – que contribua para que a criança, ao conviver com grupos diversos, assuma diferentes papéis e se conheça melhor”. (RABELO, 2017, p.17). No ambiente educacional, os adereços “enfeitam” e “educam”, eles passam mensagens morais, valores, normas, conhecimentos.

Forneiro (1998, p. 260), destaca a importância de o espaço da sala de aula ser organizado e ambientado de uma maneira que “Além de tornar agradável a permanência na mesma, “edueque” a sensibilidade estética e artística das crianças”.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A questão da acessibilidade é um direito da criança e deve ser pauta principal em uma discussão sobre o espaço escolar. Quando pensamos em organizar um espaço como ambiente educador e inclusivo, é necessário atentar para as diferentes características e necessidades das crianças, proporcionando espaços nos quais elas possam se locomover com qualidade e decorações que possam ser acessíveis a todas as crianças. Sobre isso, encontramos nos Parâmetros Nacionais de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil, que os espaços devem “Evitar quaisquer barreiras ao acesso e à permanência de pessoas com necessidades especiais, proporcionando conforto e evitando constrangimentos, valorizando assim o convívio com a diferença”. (BRASIL, 2006, p. 31).

Pretendemos com os resultados obtidos, sistematizar os estudos sobre a organização do espaço escolar, detectar avanços e fragilidades na área e realizar propostas de decoração dos espaços das escolas de Educação Infantil tendo o cuidado de proporcionar às crianças vivências que ampliem o seu conhecimento, sejam inclusivas, desafiadoras, interativas e humanizadoras e que atendam às suas especificidades e necessidades. Em suma, acreditamos que um espaço escolar de qualidade é direito da criança por ser o ambiente responsável pela sua formação e desenvolvimento. Além, de ser um educador e possibilitar aprendizagens significativas e experiências enriquecedoras, na medida em que for pensado para tal incumbência. Um espaço de qualidade é direito da criança e deve ser planejado e organizado visando seu bem-estar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para Educação Infantil. 1v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para Educação Infantil. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil. Encarte 1. Brasília: MEC/SEB, 2006.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

CARVALHO, Mara I. Campos; RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. *Organização do espaço em instituições pré-escolares*. In: OLIVEIRA, Zilma Moraes R. de. Educação Infantil: muitos olhares. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CEPPI, Giulio; ZINI, Michele. (Org.). *Crianças, espaços e relações: como projetar ambientes para a Educação Infantil*. Porto alegre: Penso, 2013.

COCITO, Renata Pavesi. *Do espaço ao lugar - contribuições para a qualificação dos espaços para bebês e crianças pequenas*. 2017. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/151013>> Acesso em 10 de julho de 2022.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ESCOLANO, Augustín. *Arquitetura como programa*. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Augustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 21-57.

FORNEIRO, Lina Iglesias. *A organização dos espaços na educação infantil*. In: ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil/ tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HORN, Maria da Graça Souza. *Sabores, cores, sons, aromas*. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABELO, Jeriane da Silva. A organização do espaço na Educação Infantil e o desenvolvimento integral da criança: *sentimentos e ações em turmas de pré-escola*. 2017. 204f. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa, Fortaleza. Disponível em<<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26622>> Acesso em 10 de julho de 2022.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Estágio Supervisionado no Projeto Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí no município de Ivaiporã-PR

Área Temática 3 - Violências e violações de direitos de crianças e adolescentes

Emerson Elison Barbosa Consentino¹
Gabriela da Silva Viana²

¹Aluno do curso de Educação Física – UEM-CRV, contato: elisonconsentino@hotmail.com.br

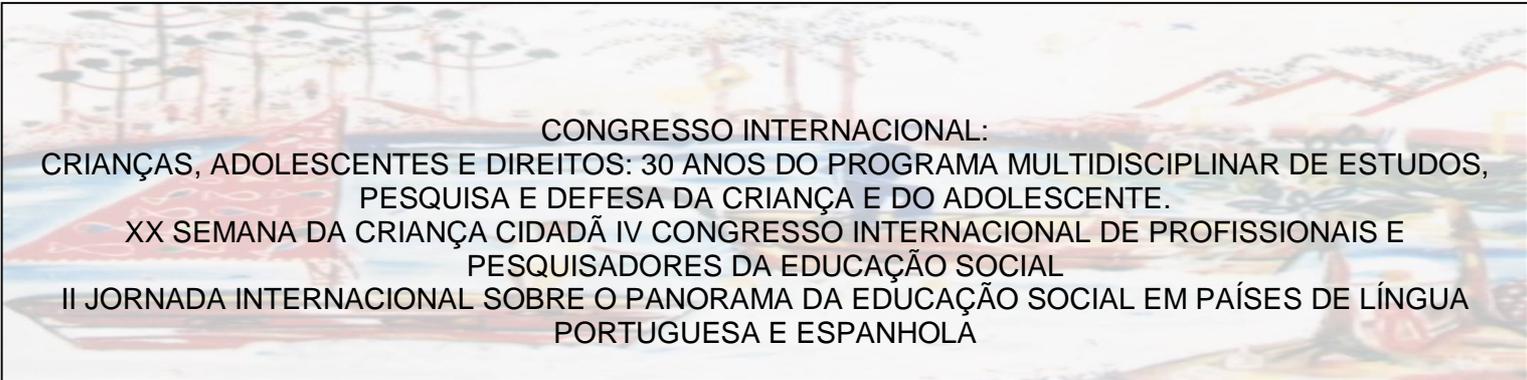
²Aluna do curso de Educação Física – UEM-CRV, contato: gabiviana1704@gmail.com

Resumo. O Projeto Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí-PR é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Maringá e está sendo desenvolvido, em 2022, na Casa de Vivência, no município de Ivaiporã-PR, que acolhe crianças e adolescentes com direitos violados. O objetivo deste estudo é relatar as experiências vivenciadas no projeto Brincadeiras, proporcionado pelo Estágio Supervisionado de Educação Física da referida Universidade. Para tanto, foi empregada a observação das intervenções, bem como foram utilizados os relatórios semanais dos educadores. Constatou-se que o projeto contribui significativamente para a futura formação profissional dos estagiários e para instrumentalizar a formação de educadores sociais.

Palavras-chave: Educação Sócia; Infância e adolescência; Relato de experiência.

1. Introdução

O projeto de extensão Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí-PR está vinculado a área da Educação Social e Educação Física e integra o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, vinculado a Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Maringá (UEM).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Seu objetivo é realizar ações lúdico-político-pedagógicas com crianças e adolescentes com direitos violados do município de Ivaiporã-PR, através do desenvolvimento de atividades orientadas e realizar estudos tendo como base teórica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um dos principais conteúdos trabalhados, bem como a possibilidade de sua participação social (BRASIL, 1990; MÜLLER; RODRIGUES, 2002).

A experiência no projeto foi possibilitada por meio das vivências do Estágio Supervisionado, onde os estagiários do curso de Licenciatura em Educação Física da UEM puderam realizar as ações na Casa de Vivência, instituição do município de Ivaiporã-PR que visa o fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes.

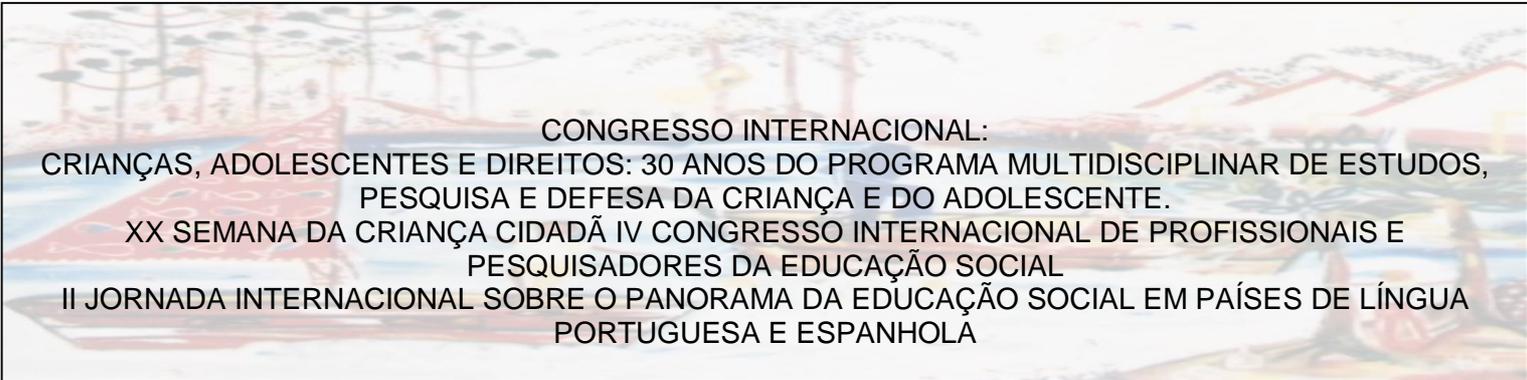
Para a elaboração deste relato de experiência utilizamos como fonte os relatos semanais dos educadores e as observações durante as intervenções que realizamos nos meses de março, abril e maio de 2022.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar as experiências vivenciadas no projeto Brincadeiras, possibilitadas pelo Estágio Supervisionado, tendo como local de atuação a Casa de Vivência do município de Ivaiporã-PR.

2. Reflexões acerca do Projeto Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí no município de Ivaiporã-PR

O projeto Brincadeiras está sendo desenvolvido, em 2022, na Casa de Vivência, no município de Ivaiporã-PR, como já supracitado. Sob a coordenação de duas professoras, Thaís Godoi de Souza e Paula Marçal Natali, juntamente com 10 acadêmicos de Educação Física, a reunião do projeto ocorre uma vez na semana, onde são realizados estudos e planejamento das ações e na semana seguinte ocorre a intervenção com crianças e adolescentes da faixa etária de 04 a 14 anos (MÜLLER; RODRIGUES, 2002).

Nas intervenções eram realizadas rodas de conversa e as atividades previamente planejadas, além dos jogos e brincadeiras que eles mesmo propunham, o que favorecia o diálogo, a relação e a interação entre os educadores e a população atendida (MÜLLER; RODRIGUES, 2002). Sobre os jogos e brincadeiras, Natali (2018) cita



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

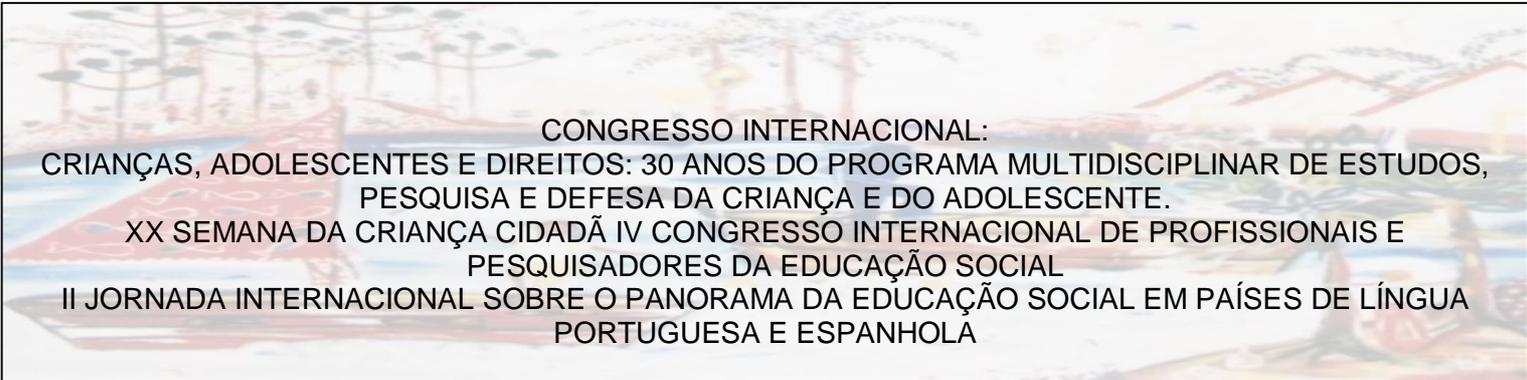
sobre seu potencial educativo, na qual para as crianças e os adolescentes representam uma significação do mundo em que vivem e não apenas uma reprodução do ato do brincar.

Além das atividades lúdico-pedagógicas, vivenciamos situações culturalmente presentes na sociedade, como o machismo, observado na fala de um menino de 11 anos de idade, durante um jogo de tênis de mesa, na qual sugeriu que homens são superiores às mulheres. Com isso, foi necessário que os educadores estabelecessem um diálogo com todos ali presentes, em relação à temática manifestada pelo fato ocorrido.

Outra situação comumente observada nas intervenções, era o fato de que as crianças e os adolescentes acabavam demonstrando comportamentos de suas vidas cotidianas que os deixavam expostos à vulnerabilidade, a exemplo da violação de direitos, os quais são assegurados pelo ECA (BRASIL, 1990). Porém, esses direitos, muitas vezes, não são exercidos plenamente. Podemos citar o caso de um menino que apresentou um comportamento preocupante, no qual citava adjetivos negativos sobre si que foram ditos por terceiros (possivelmente a família). Foi perceptível um desequilíbrio emocional que acarretou em atitudes agressivas com os mediadores, indicando um reflexo de sua condição de vulnerabilidade. Sendo assim, foi necessário fornecer maior atenção à criança em questão.

Além dos casos supracitados, ao longo das rodas de conversas em cada intervenção, observamos várias outras ocasiões em que as crianças e os adolescentes demonstraram certo receio ao se aprofundarem em assuntos referentes às suas vidas pessoais, assim, entrando em coerência com a proposta da ação social articulada entre município e Universidade que juntos buscam o fortalecimento de vínculos, na instituição, dessa população vulnerável.

Nesse ínterim, as vivências proporcionadas pelo estágio, no “Brincadeiras”, nos possibilitaram a elucidação sobre o papel do educador social e sua interação com a sociedade, visto que, como futuros professores de Educação Física se torna relevante a assimilação do conhecimento teórico juntamente com as experiências práticas, capazes de promoverem a formação de profissionais capacitados para lidarem com situações adversas, provenientes dessa população específica. Além disso, a interação



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

entre educador social e o público atendido proporciona um viés humanístico, para além do aspecto pragmático da aprendizagem teórico-prática.

Nessa perspectiva, a partir da experiência no “Brincadeiras”, foi evidenciado a importância da Educação Social, visto a necessidade da promoção da obrigatoriedade do profissional educador social e sua formação, sendo que, sua atuação, media o rico processo de aprendizagem fora do contexto escolar proporcionado à aquelas crianças e adolescentes (NATALI; MÜLLER, 2021; MÜLLER ET AL., 2010).

3. Considerações Finais

Este estudo objetivou relatar as experiências do Estágio Supervisionado, vivenciadas no projeto Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí-PR.

Pode-se constatar que essa experiência, além de desenvolver atividades lúdico-pedagógicas com crianças e adolescentes vulneráveis, favoreceu a construção de debates sobre gênero, preconceito e entre outros, reforçando a importância do papel da Educação Social na comunidade. Além disso, o “Brincadeiras” proporcionou uma experiência significativa e formativa, na área da Educação Social, para os futuros professores de Educação Física.

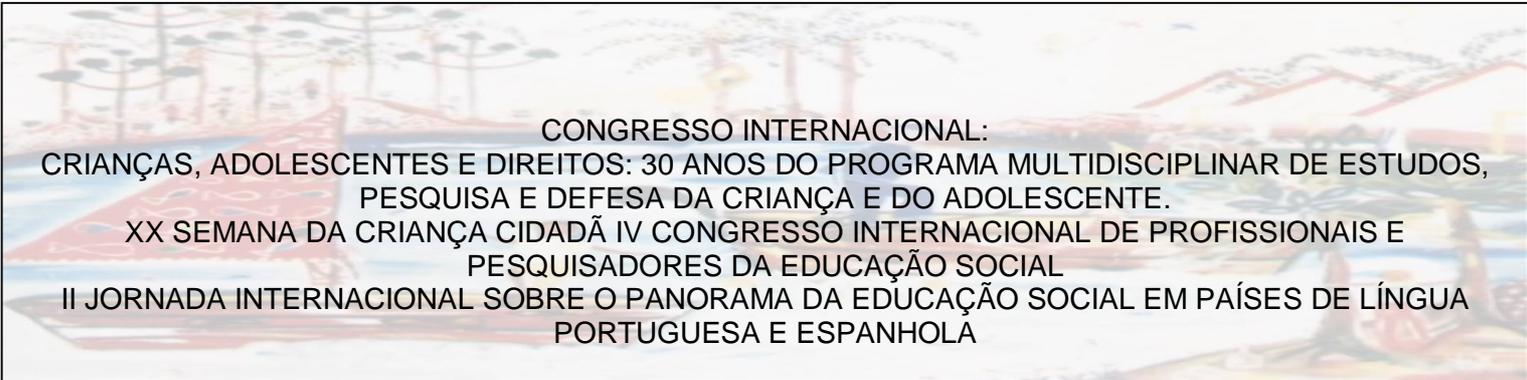
Por fim, vale ressaltar que a colaboração entre a gestão da instituição, os educadores sociais e os profissionais envolvidos no “Brincadeiras”, favoreceram o desenvolvimento do projeto de forma construtiva, ao assumir o compromisso da Universidade com a comunidade, no que diz respeito ao seu caráter extensionista.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Governo de São Paulo; 1990.

NATALI, Paula Marçal. Jogos e Brincadeiras: aspectos funcionais. IN: NATALI, Paula Marçal. Jogos, Brinquedos e Brincadeiras. Maringá-PR. Editora Unicesumar, 2018.

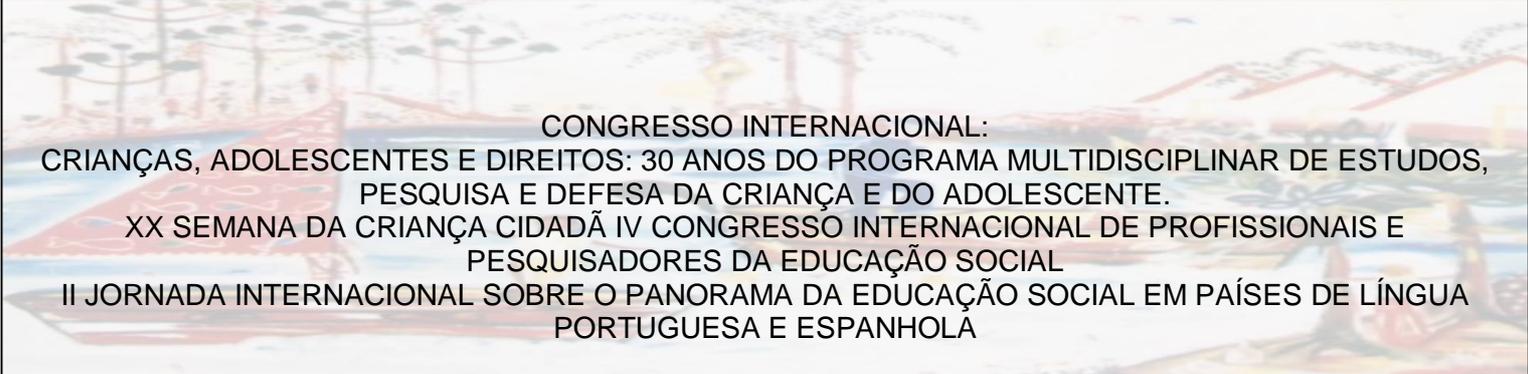
NATALI, Paula Marçal; MÜLLER, Verônica Regina. Educação Social no Brasil: formação profissional. **Chapecó: Livrologia**, 2021.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

MÜLLER, Verônica Regina et al. A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade. **XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL UFSC, Florianópolis**, p. 446-456, 2010.

MÜLLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. Reflexões de quem navega na Educação Social. **Maringá: Clichetec**, 2002.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Uma breve discussão sobre o direito de crianças e adolescentes no brasil: o combate ao trabalho infantil em questão

Eixo temático 3 - Violências e violações de direitos de crianças e adolescentes

Brena Pantoja Guimarães¹
Krigo de Camargo Barela Faeda²

¹ Aluna do Curso de Letras/Francês – UEM, contato: brenapantoja7@gmail.com

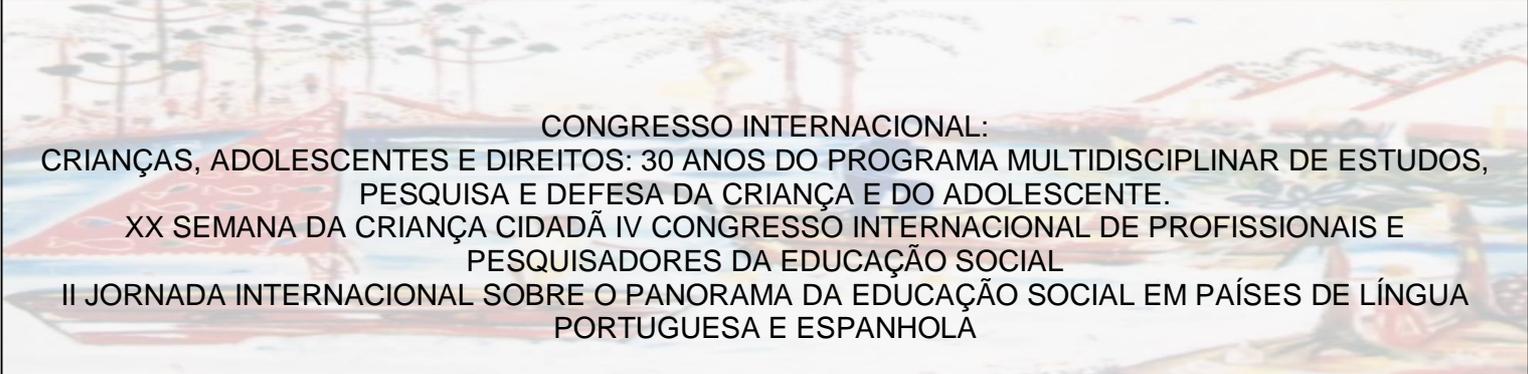
² Aluno do Mestrado em Educação – UEM, contato: krigorfaeda@gmail.com

Resumo: Este resumo tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre a legislação e a constituição dos direitos de crianças e adolescentes, em especial o combate ao trabalho infantil no Brasil, do qual, foi marcado pela regulamentação e prevenção ao combate do trabalho infanto-juvenil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que subsidia a discussão e que se justifica pela necessidade de análise das dimensões sociais, políticas e históricas para compreender como os direitos da infância e adolescência foram atravessados pelas contradições do sistema capitalista.

Palavras-chave: Criança e Adolescente, Trabalho, regulamentação.

Introdução:

Os estudos do processo histórico de constituição dos direitos das crianças e adolescentes perpassam, entre outras questões, pela análise da inserção dos filhos da classe trabalhadora em trabalhos precoces e subalternos, bem como, as lutas travadas

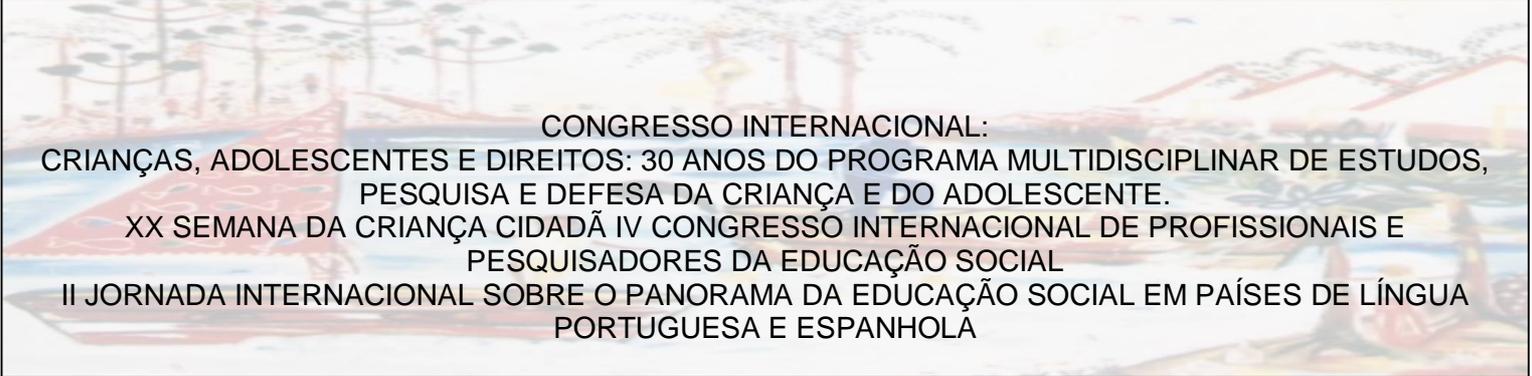


CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

entre as classes antagônicas na Modernidade. Nesse sentido, o uso da mão de obra infantil foi recorrente no centro e nas periferias para o desenvolvimento do sistema Capitalista (MARX, 2014), inclusive na realidade brasileira. Em termos históricos, pensar a criança da classe trabalhadora em suas especificidades, necessidades e enquanto sujeitos de direito, é feito recente que está em construção e que necessita de atenção constante.

Diante disso é importante ressaltar que os valores em relação às crianças mudam conforme a época e a classe social em que estão inseridas de acordo com Airès (1978). E, foi somente a partir do século XX que houveram os primeiros estudos que investigaram a atenção à infância e que responderam algumas das demandas sociais daquele contexto. Assim, cabe destacar que, a atenção dada a crianças e adolescentes naquele período estava mais relacionada com uma preocupação moralista associada às práticas de regulação e controle das classes sociais, do que, com as violências que ocorriam. De acordo com Rizzini (2011) esta atenção seguia uma “missão saneadora”, marcada pela preocupação higienista e religiosa e atuava como meio de repressão e de controle estabelecidos no Capital. Por conseguinte a lógica social estabelecida atingiu as crianças e adolescentes com infinitas violências nas famílias, nas ruas, nas fábricas, nos internatos e em tantos outros espaços por elas ocupados.

Dessa maneira, as questões relacionadas ao direito de crianças e adolescentes no Brasil, ainda se encontra em construção, por isso, se faz necessário resgatar a discussão histórica sobre o direito à infância e o combate ao trabalho infantil, para avançar efetivamente sobre o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos sociais e de direitos, em especial à infância da classe trabalhadora. Sendo assim, este resumo tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre a legislação brasileira e a constituição dos direitos de crianças e adolescentes, em especial o combate ao trabalho infantil, do qual, foi marcado pela regulamentação e tomada como prevenção ou combate do trabalho infanto-juvenil.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

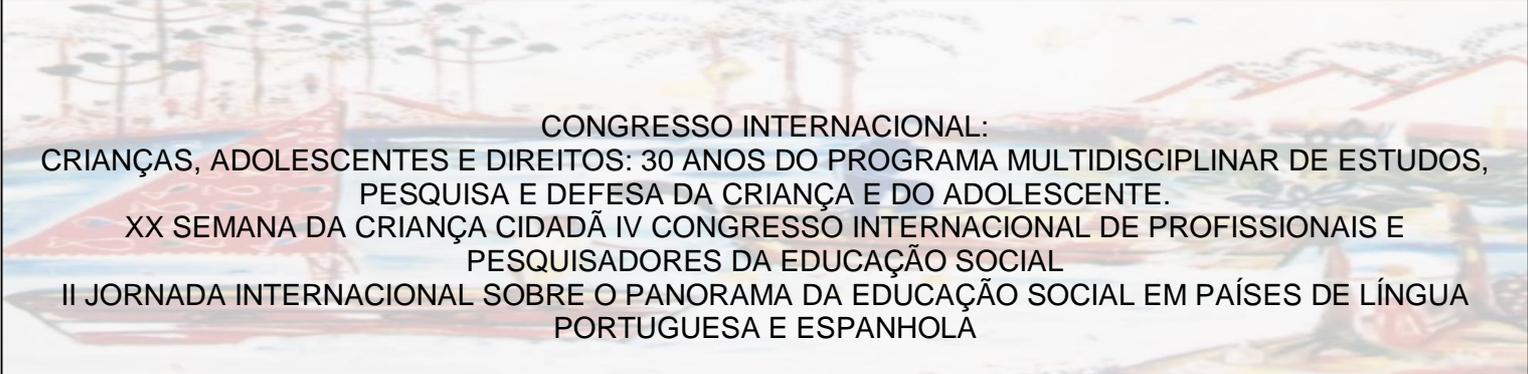
Discussão:

No que diz respeito à constituição dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, houve uma busca por mecanismos pela medicina, justiça e filantropia para responder estas demandas a partir do século XX. Nesse momento a preocupação com a infância estava relacionada com a preocupação moral associada às formas de intervenção social, com práticas de regulação e controle da segregação das classes, voltadas principalmente à prevenção da suposta delinquência infanto-juvenil. De acordo com Rizzini (2011), no cenário brasileiro do século XX a atenção dada às crianças e adolescentes ocorreu por meio das relações contraditórias do trabalho e para Faleiros (2009) a atenção dada se relaciona com o processo de valorização ou desvalorização da criança como mão de obra.

Assim, no Capital a classe trabalhadora para se manter viva precisa vender sua força de trabalho cotidianamente e em muitos casos a produção da vida irá solicitar a contribuição de todos, inclusive das crianças, que são forças de trabalho mais baratas e produtivas de mais-valia (MARX, 2014). Por isso, discutir a atenção à infância e os direitos das crianças e adolescentes é uma pauta recente, em termos históricos, que apresenta uma disputa de interesses entre as classes dominante e dominada.

Nesse sentido, surgiram algumas preocupações sobre o encaminhamento do trabalho infantil no Brasil. A primeira preocupação foi no sentido de encaminhar crianças e adolescentes para o trabalho, principalmente, pelo clientelismo e foi expressa no Programa Bom Menino instituído na Lei n. 2.318 de 30 de dezembro de 1886, que destinava o trabalho de adolescentes assistidos pelo Programa com idade entre 12 a 18 anos, para os mais diversos trabalhos. Faleiros (2011) aponta que trabalhar e estudar eram práticas obrigatórias para os adolescentes e as empresas, eram isentas de pagar Previdência Social e FGTS, sob a justificativa de prevenção à criminalidade dos “menores”.

Nesse contexto, havia para os filhos da classe trabalhadora brasileira uma educação paupérrima custeada pelo Estado e o trabalho infanto-juvenil regulamentado como uma forma de prevenção aos maus caminhos. Se por um lado começava-se a traçar o caminho para a consolidação da proteção à infância, ainda

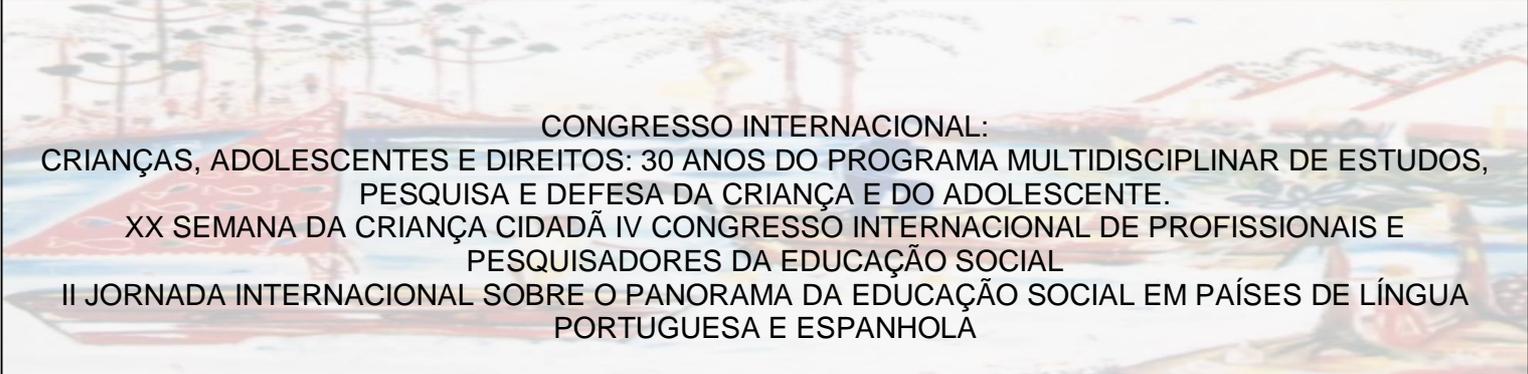


CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

parecia ser uma prática pouco compreendida. Praticamente um século após a legalização do trabalho para crianças e adolescentes filhos da classe dominada, que passou a se pensar com maior intensidade o viver das crianças e dos adolescentes. Em 1980, com o enfraquecimento da ditadura civil-militar, renasceram movimentos sociais, sindicatos e coletivos de luta que, no contexto de confronto colocaram em discussão o reconhecimento dos direitos das crianças.

Ademais, a organização dos trabalhadores alcançou-se a construção da Constituição Cidadã e a aprovação e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no campo mais progressista. Segundo Passeti (2010) o ECA possibilitou a desativação das internações para abandonados e carentes pelo Governo e a abertura de uma filantropia privada, surgindo novos vínculos do Estado e de Organizações não governamentais.

Em suma, no Brasil de acordo com a legislação atual, o trabalho é proibido para aqueles que não possuem 16 anos, entretanto, quando realizado na condição de aprendiz é permitido a partir dos 14 anos. Dessa forma, defende-se por vias legais o enfrentamento ao trabalho para crianças e adolescentes, porém, na contramão, é legalmente permitido o trabalho para esses sujeitos, desde que constituam-se aprendizes. Assim, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2019, demonstraram que entre a parcela da população na faixa etária de 14 a 17 anos 60,8% estavam ocupados com trabalho, destes 83,6% trabalhavam na informalidade e 9,97% eram aprendizes. Matos (2015) aponta que os motivos para se contratar esse público estão relacionados diretamente com a condição de explorado, pois os aprendizes se submetem a baixos salários, com poucos direitos trabalhistas e, geralmente, em trabalhos penosos. Uma verdadeira institucionalização de trabalhos pesados e análogos a escravidão expressa na lei e que pouco tem conseguido avançar em seu principal objetivo, como demonstram os dados.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Considerações finais:

Esse estudo possibilitou compreender que o interesse dos grupos dominantes sempre esteve por trás da filantropia e do Estado a fim de aplicar suas ações e garantir que a classe trabalhadora fosse enquadrada ao sistema capitalista de exploração. Mesmo com os avanços da proteção da infância no mundo a partir das políticas públicas, o que se verificou foi que, a constituição dos direitos de crianças e adolescentes foi, em muitos casos, utilizada como aparelho repressivo de controle no decorrer da história. Na especificidade brasileira, o combate ao trabalho de crianças e adolescentes, ocorre a institucionalização do trabalho como forma de prevenção.

A partir disso é possível dizer que o trabalho infantil permanece intrínseco a sociedade capitalista, mascarado de proteção ou prevenção. Nesse sentido justifica-se a pesquisa e a discussão das dimensões sociais, políticas e históricas para compreender como os direitos da infância e adolescência perpassam pela manutenção do trabalho infantil à partir da regulamentação e por outras práticas. É este é um problema que persiste, pois como aponta Conde (2013, p. 1) “para enfrentá-lo não atingem suas origens”.

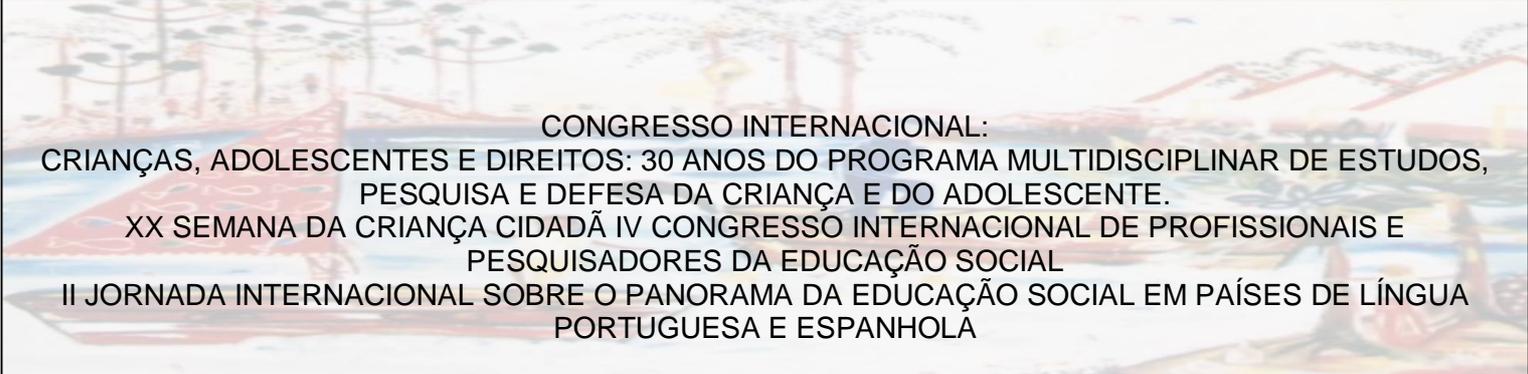
Referências

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BOCK, Ana Mercês Bahi; Gonçalves, Maria da Graça Marchina; Furtado, Odair. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. (orgs). – São Paulo: Cortez, 2011.

CONDE, Soraya Franzoni Conde. **As medidas de enfretamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças de luta**. R, Katál, Florianópolis, v 16, n 2, p 241-247, jul, 2013.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

FALEIROS, Vicente de Paula. *"Violência contra a infância"* in **Sociedade e Estado**.
Brasília, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 33ª ed. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2014.

MATOS, Leonardo Raphael Carvalho de. **O combate ao trabalho infantil no Brasil**:
avanços e retrocessos. Dissertação (mestrado) - Universidade Nove de Julho -
UNINOVE, São Paulo, 2015.

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: Del PRIORI, Mary (org).
História das Crianças no Brasil. São Paulo, 2010.

RIZZINI, Irene. Pilotti, Francisco. **A arte de Governar Crianças**: a história das políticas
sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. (orgs). – 3. Ed. – São Paulo:
Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância
no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A criança como totalmente outro na relação pedagógica: ética, ontologia e alteridade

Área Temática 4 - Histórias e culturas de crianças e infâncias

Elton Vinícius Sadao Tada¹
Verônica Regina Muller²

¹Prof. Faculdade Católica Paulista– Egresso PPE-UEM, contato: eltontada@yahoo.com.br

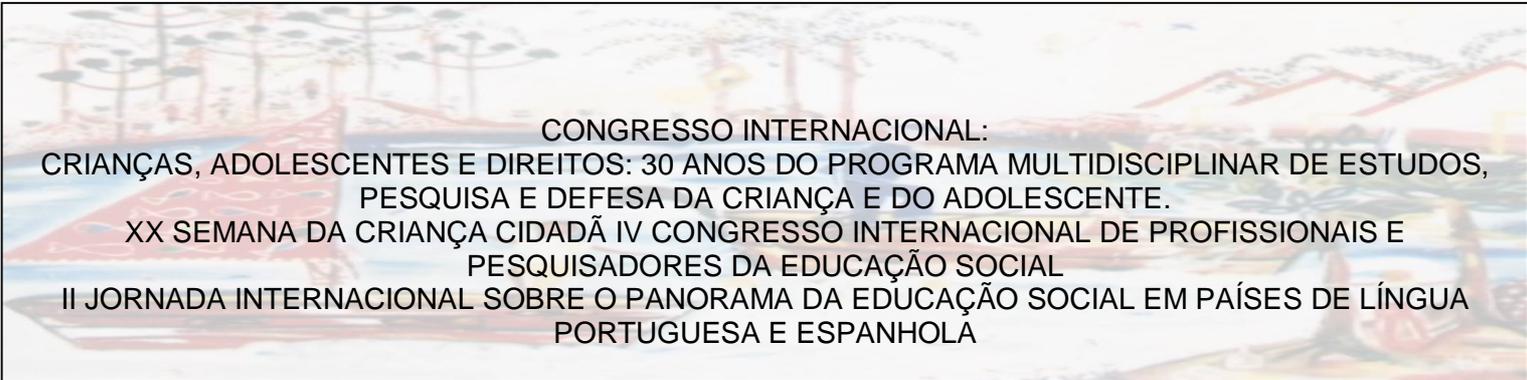
²Professora Universidade Estadual de Maringá - PPE - UEM, contato: veremuller@gmail.com

Resumo. O texto apresentado é um recorte da tese de doutoramento defendida no PPE - UEM "De crianças órfãs e deserdadas a proexistentes: uma hermenêutica da libertação da infância latinoamericana", orientada pela Profa. Veronica Regina Muller, na qual foram estudadas hermenêuticas da infância latinoamericanas e propostas teórico-práticas para a mesma. Entre as categorias estudadas está a alteridade latinoamericana apresentada por Enrique Dussel e sua possibilidade de aplicação no contexto da infância latinoamericana. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é o de expor e discutir a validade da criança como totalmente outro nas relações ético-ontológicas da América Latina.

Palavras-chave: Infância; América Latina; Alteridade.

1. Introdução

O presente texto se apresenta como parte das discussões realizadas na pesquisa de doutoramento em educação pelo PPE-UEM sob orientação da Professora Verônica R. Muller. A tese doutoral tratou sobre a hermenêutica da infância na América Latina levando em conta dois momentos. O primeiro momento é como a infância latino-americana tem sido entendida e o segundo é como existe a possibilidade de uma interpretação da infância a partir da criança latino-americana,



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

levando em conta suas características ontológicas e políticas próprias, abrindo assim a possibilidade de um processo de libertação para a proexistência¹, conceito novo cunhado sobre a perspectiva de que a criança latino-americana tem uma postura pró-ativa ante a seu próprio existir.

Dentre as discussões dessa pesquisa, recorreremos ao pensamento de Enrique Dussel e de sua Filosofia latino-americana da Libertação. Nessa filosofia há uma releitura dos princípios da ética da alteridade de Emmanuel Levinas, deslocando a lógica da alteridade a partir de um olhar europeu - mesmo considerando que Levinas tenha sido um fugitivo da segunda grande guerra, em situação de opressão constante - para um olhar da alteridade a partir do pobre latino-americano, categoria e sujeito da filosofia da libertação.

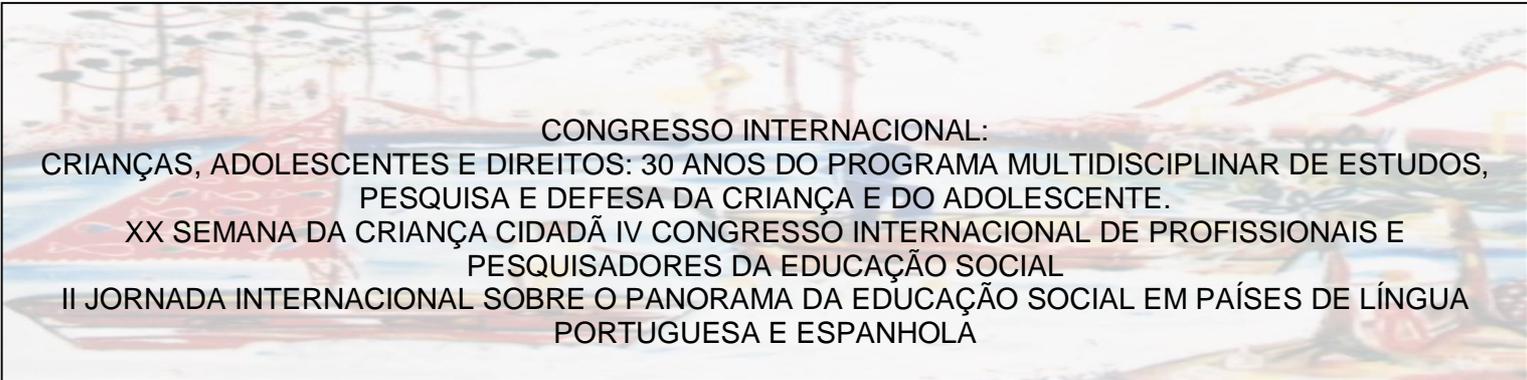
O passo que damos e que nos propomos a apresentar aqui é o de colocar a criança latino-americana como sujeito da alteridade, com vistas a uma perspectiva de libertação, problematizando assim tanto aspectos da ética e da ontologia, como da educação.

2. A alteridade da criança como problema ético e ontológico

Emmanuel Levinas foi um filósofo Lituão, educado sob as perspectivas da filosofia da existência e da fenomenologia, tendo sido aluno de Edmund Husserl e Martin Heidegger. Filho de família judaica, Levinas foi preso e exilado pelo regime nazista, desenvolvendo como resposta a isso uma forte tendência humanista e pensando a partir dos problemas materiais de seu tempo e espaço. Ficou conhecido por desenvolver um sistema ético que privilegia a compreensão da alteridade.

A alteridade é a condição de ser Outro, em oposição à ideia predominante no pensamento ocidental de Eu/Ego. O cogito cartesiano, que inaugura o pensamento moderno, é marcado pela célebre máxima solipsista: *cogito ergo sum, sum res cogitam* (Penso, logo existo, existo como coisa pensante). A problemática apontada por Levinas é que esse ser não compreende a ética, pois o ente (aquele que existe) é dotado de um

¹ O conceito de proexistência é um neologismo desenvolvido ao longo da tese doutoral que baseia o presente trabalho. O conceito pode ser encontrado em TADA, 2022.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

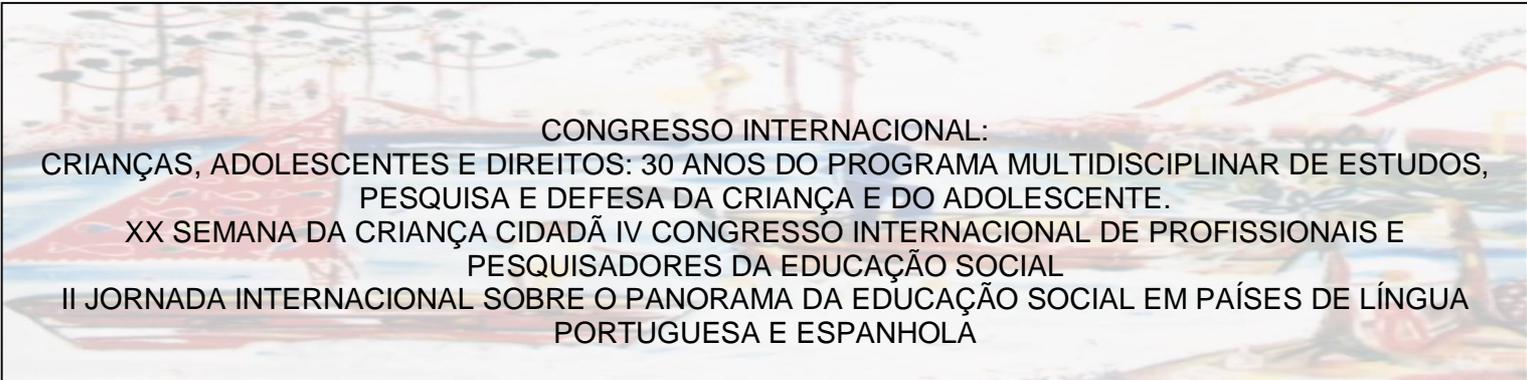
ser em-si-mesmo. É o ente isolado, que pensa em si mesmo e é algo como se a vida fosse apenas uma elegia da razão.

Percebendo que a existência não se dá no solipsismo, mas na relação, Levinas propõe que a afirmação do ser passa pelo Outro, eu sou porque alguém me reconhece, ou seja, eu só existo porque existo para alguém. Nesse sentido, a existência deixa de ser uma questão isoladamente ontológica e passa a ser dependente da relação ética.

Na Filosofia latino-americana da libertação, Enrique Dussel relê a ética da alteridade levinasiana a partir de um exercício hermenêutico de adaptação. Para Dussel, a primazia da ética sobre a ontologia é válida e funcional. Entretanto, há um problema fundamental que Dussel pretende resolver. Enquanto para Levinas o Outro é qualquer Outro, ou seja, a relação ética se dá no encontro de dois entes, sejam eles quem forem, para Dussel o Outro fundamental é o pobre latino-americano, colocando assim além de um princípio ético, uma abordagem política do Ser. Se na filosofia de Levinas eu sou porque sou para um outro qualquer, na filosofia de Dussel eu sou porque sou para o pobre latino-americano. Nesse sentido, minha existência depende dessa experiência ética e política de atender ao clamor dos oprimidos e colonizados da América Latina.

O passo hermenêutico que demos foi o de colocar a criança latino-americana como sujeito de sua libertação, levando em conta tanto sua condição ontológica de criança quanto sua condição de latino-americana. Assim, dentro dessrecorte que Dussel fez a partir da filosofia da alteridade de Levinas, propomos um novo recorte, no qual a criança latino-americana é uma parte específica do pobre latino-americano necessário para a relação ética que gera o Ser na América Latina. Lançar luz sobre a criança latino-americana não implica em ofuscar o pobre latino-americano em geral ou as crianças em geral, mas sim implica em uma decisão ético-política com consequências ontológicas. Nesse caso, o meu ser passa pelo encontro com a criança latino-americana, e eu sou porque me encontro com esse outro totalmente outro e com suas características próprias de ser.

Como consequência do reconhecimento da criança latino-americana como sujeito pleno de alteridade fundamental para o meu ser, há uma perspectiva de compreensão da realidade na qual a própria criança determina as verdades de sua



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

vida, de seus direitos e de sua forma de ser no mundo, Cai com isso a visão adultocêntrica de mundo, permitindo que um olhar a partir da infância revele as demandas desse ser pronto em si.

3. A pedagógica da alteridade

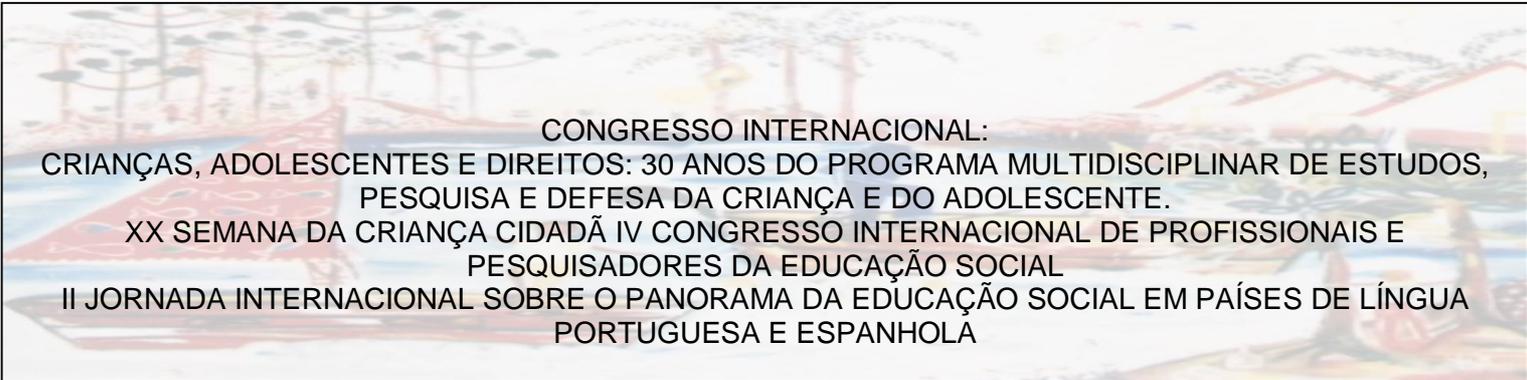
A partir do momento em que existe uma relação de alteridade na concepção do Ser e na base da concepção ético-ontológica, existem novas perspectivas para o que entendemos como processo educativo. Ao invés de falarmos de educação em seu sentido formal e especializado, preferimos trabalhar com um conceito de Enrique Dussel, que abrange todas as relações de cunho educativo. Para Dussel, existem três âmbitos básicos na existência, o âmbito político, o âmbito erótico e o âmbito pedagógico. O âmbito político é o local das ideias e relações do coletivo, o âmbito erótico é o princípio positivo da criação e da geração de vida, enquanto que o âmbito pedagógico é o campo das relações de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, há um campo pedagógico na relação entre o médico e o paciente, a mãe e o filho, o sacerdote e o fiel, bem como na relação entre o professor e o aluno.

Quando se parte da pedagógica da alteridade, há um movimento no qual o outro, o aprendiz, é sujeito primeiro da relação e é no encontro com ele que o ensinante se torna educador. No caso da criança latino-americana, educadores e educadoras só podem ser o que são ante à revelação da criança que aprende. É o rosto da criança latino-americana que reivindica, que clama pela educação de quem educa. A função da educação, nesse caso, é de atender a essa demanda e não de impor uma técnica ou ideia de educação pronta que tenha surgido de uma reflexão qualquer alheia aos sujeitos da educação.

Referências

DUSSEL, E. **La pedagogica latinoamericana**. Bogotá: Nueva America, 1980.

DUSSEL, E. **Ética comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1986.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

DUSSEL, E. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5 ed. Bogotá: Nueva America, 1995.

FABRI, Marcelo. **Desencantando a ontologia: subjetividade e sentido ético em Levinas**. Edipucrs, 1997.

HUXLEY, William GS et al. **The Cambridge Companion to Levinas**. Cambridge University Press, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. **Emmanuel Levinas: basic philosophical writings**. Indiana University Press, 1996.

TADA, Elton vinicius Sadao. **De crianças órfãs e deserdadas a proexistentes: uma hermenêutica da libertação da infância latinoamericana**. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Verônica Regina Muller. Maringá, 2022.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

A organização da rotina na Educação Infantil e o desenvolvimento humano

Área Temática 4 - Histórias e culturas de crianças e infâncias

Marta Chaves¹
Gizeli Aparecida Ribeiro Alencar²
Heloísa Marques Nunes de Souza³
Bruna França Volsi Paes⁴

¹ Profa. Depto de Educação-DTP-UEM, contato: mchaves@uem.br

² Profa. Depto de Educação-DTP-UEM, contato: gizelialencar@gmail.com

³ Aluno do Mestrado em Educação, PPE-UEM, contato: heloisanunes_mhe6810@hotmail.com

⁴ Aluno do Mestrado em Educação, PPE-UEM, contato: bruna-volsi@hotmail.com

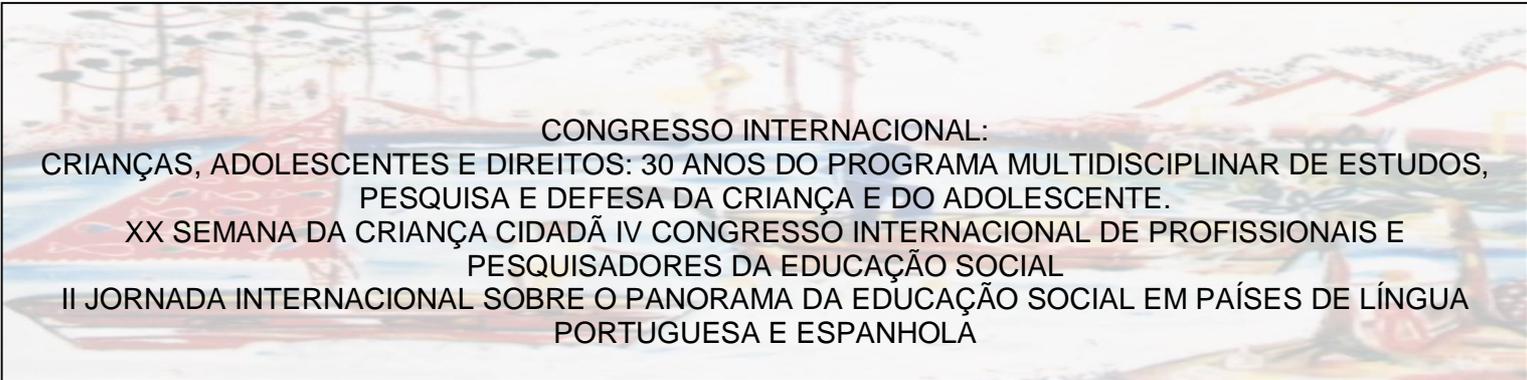
Resumo. O presente estudo trata sobre a organização da rotina nas instituições de Educação Infantil. Realizamos uma pesquisa com delineamento bibliográfico. Considerando estas produções, bem como os aspectos históricos que nos auxiliam a compreender a organização da rotina nas instituições de Educação Infantil da atualidade, desenvolvemos nossa argumentação com o intuito de apresentar contribuições da Teoria Histórico-Cultural para a composição dos espaços organizados intencionalmente para as crianças dos primeiros meses aos cinco anos de idade. Consideramos essencial que os cursos de formação de professores contemplem estudos e reflexões acerca desta temática, dada a essencialidade da mesma em se tratando da educação das crianças.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Formação de professores. Organização da rotina. Desenvolvimento humano.

Introdução

Compreendemos que estudar e refletir sobre a organização da rotina¹,

¹ A temática "Organização da rotina" tem sido discutida em Programas de Formação Contínua para Professores, Equipes Pedagógicas e Equipes de Secretaria. Mencionamos estudos, reflexões e



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

considerando em especial o espaço na Educação Infantil, se configura enquanto necessidade à formação e atuação do Pedagogo, pois, atentar-se à especificidade da organização da rotina põe como necessidade considerar a dinâmica da sociedade capitalista na atualidade.

Nessa perspectiva se dá a contribuição da Teoria Histórico-Cultural, que apresenta a ideia de que a atividade criadora do homem o torna capaz de projetar, isto é, fazer o futuro e modificar o presente, como afirma Vigotski (2009); justamente isso faz com que este referencial teórico se apresente como humanizador e capaz de oferecer respostas aos desafios e enfrentamentos da atualidade, pois nos instrumentaliza a vislumbrar uma educação plena para todos.

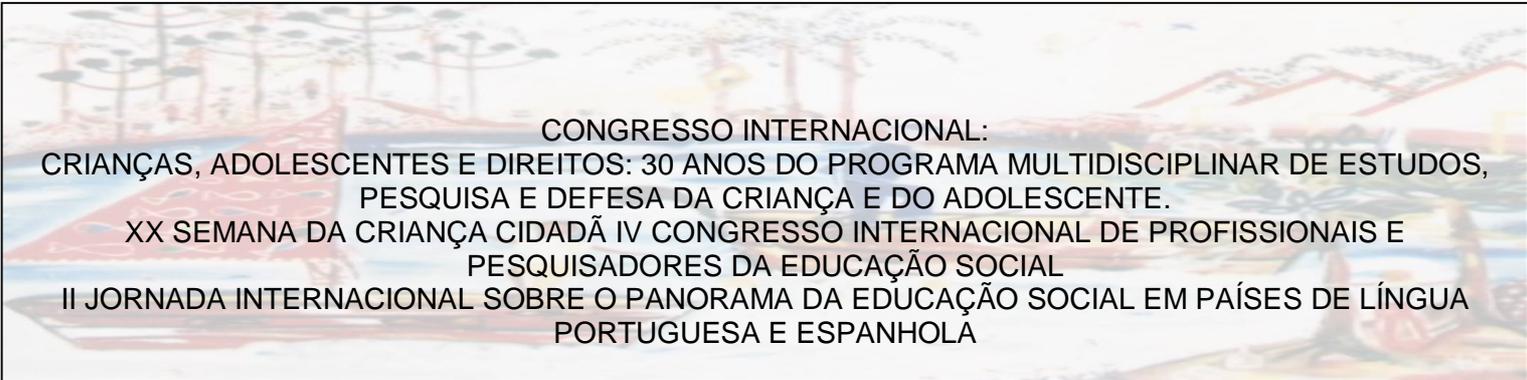
Com esse amparo teórico-metodológico, nossa investigação será de delineamento bibliográfico, modalidade na qual são utilizados materiais já elaborados, constituídos prioritariamente de livros, artigos científicos e documentos oficiais, pois pretendemos contribuir com as reflexões sobre a organização do tempo e do espaço com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural.

Estudos Iniciais

Compartilhamos das reflexões de Chaves (2014), pois em seu entendimento, as salas, os pátios, corredores, áreas externas e outros espaços ocupados por adultos e crianças devem ser organizados com diversas cores, formas geométricas, letras, números, ilustrações advindas da Arte, de autores e personagens da Literatura Infantil.

Com isso, averiguamos que os espaços não são neutros, mas sim, são construídos e organizados a fim de contemplar determinados princípios sejam educativos ou não. Nesse sentido, todo espaço revela uma concepção de homem, sociedade e educação, no qual, amparados nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural defendemos que o espaço escolar deve ser acolhedor, motivador, que

orientações pedagógicas sobre a organização do tempo e do espaço nas instituições educativas, realizados junto à Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé-RO, Cerejeiras-RO e outros municípios brasileiros, em que tem sido mobilizadas intervenções pedagógicas humanizadoras para o desenvolvimento pleno das crianças e profissionais da área, em busca de uma Educação de Excelência.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

contemple as diferentes formas de ser e de agir, permitindo que as crianças vivenciem suas experiências e descobertas (CHAVES; BITTENCOURT; LUPPI, 2012).

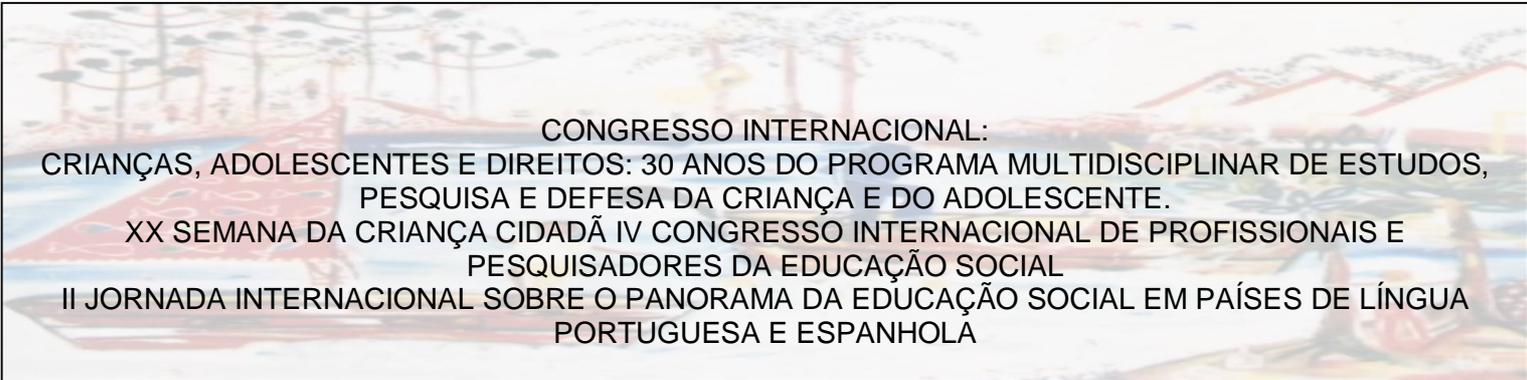
Nessa perspectiva, cabe ressaltar que todas essas possibilidades devem oferecer as crianças espaços acolhedores, seguros, interativos e encantantes. Ou seja, o espaço deve ser organizado a fim de mobilizar, sensibilizar e ensinar. Por isso, em nosso entendimento, a rotina é parte essencial da ação pedagógica, uma vez que possibilita ao professor se orientar, se organizar e aproveitar melhor o espaço do ambiente escolar o qual pode e deve oferecer o contato com as mais variadas formas de Arte, Literatura e conhecimento. Assim, a atuação junto às crianças pequenas deve ser em uma perspectiva de humanização e emancipação, em que os procedimentos didáticos sejam ricos de significado e afetividade, e o tempo e os espaços expressem o apreço à arte e ao conhecimento e revelem possibilidades de aprendizagem, desenvolvimento e encanto.

Considerações Finais

Uma proposta de educação que discuta as potencialidades das crianças e a necessidade da intencionalidade educativa em favor da emancipação favorecerá a compreensão de que em todo tempo e em todos os espaços as instituições educativas devem estar repletas de coloridos e sons.

Deste modo, consideramos que o planejamento e a realização de uma ação pedagógica devem estar amparados no princípio de potencialidade, e o propósito deve ser a promoção intelectual de quem aprende no processo educativo, seja este de formação continuada, destinado a adultos, seja de educação escolar, em que estão envolvidas as crianças.

Sendo assim, entendemos que a Teoria Histórico-Cultural, bem como seus fundamentos filosóficos, apresentam subsídios teóricos-metodológicos para refletirmos sobre os desafios da escola na atualidade, pois nos instrumentalizam para a realização de intervenções com o propósito de uma educação humanizadora e, de modo particular, na reflexão sobre as possibilidades de encantos e aprendizagem por meio da organização da rotina para o desenvolvimento das crianças.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Diário Oficial da União; MEC, 1996.

CHAVES, M. Leontiev e Blagonadezhina: estudos e reflexões para considerar a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá: DTP, v. 17, n. 3, p. 81-91, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/28210>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CHAVES, M.; BITTENCOURT, S.; LUPPI, S. C. G. Organização do espaço: encantos e aprendizagens para as crianças. In: CHAVES, M.; LIMA, E. A. de; FERRAREZE, S. **Teoria Histórico-Cultural e formação de professores**: estudos e intervenções pedagógicas humanizadoras. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, UEM, 2012. p. 55-62.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. Apresentação e comentários de Ana Luiza Smolka. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Afetividade, aprendizagem e o desenvolvimento humano

Área Temática 4 - Histórias e culturas de crianças e infâncias

Marta Chaves¹
Denise Miyabe²
Carlos Roberto Ferreira³
Raquel Eufrazio Machado de Oliveira⁴

¹ Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação – DTP/UEM, contato: mchaves@uem.br

² Professora na rede privada de ensino, contato: demiyabe@yahoo.com.br

³ Professor na rede privada de ensino, contato: carlosroberto967@hotmail.com

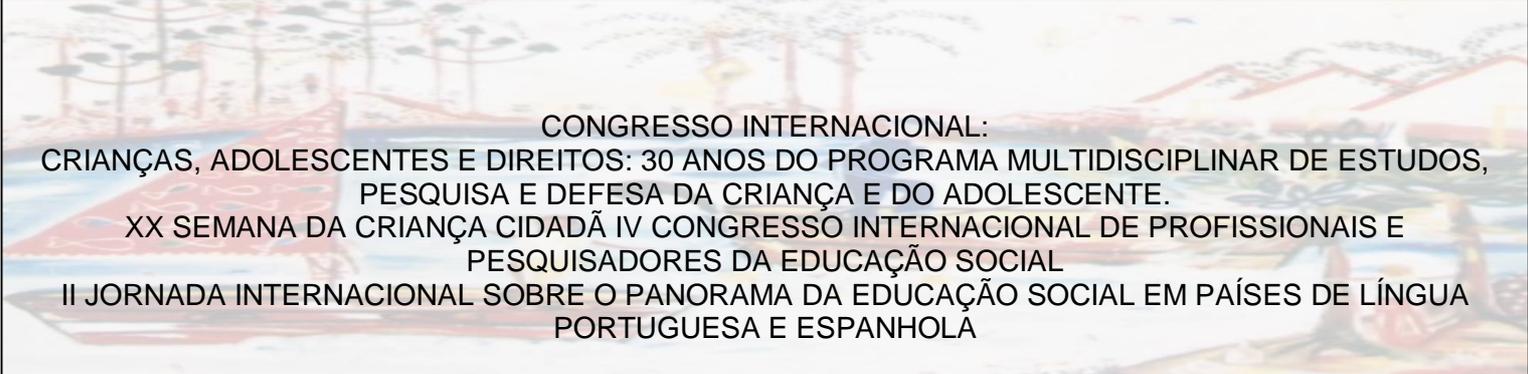
⁴ Professora na rede pública de ensino, contato: quelmachado@gmail.com

Resumo. Esse texto tem como objetivo apresentar reflexões sobre a afetividade e sua relação com a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança, a fim de contribuir com o trabalho docente na Educação Infantil. De cunho bibliográfico ampara-se nas concepções de afetividade Vigotski e seu papel no desenvolvimento infantil. Consideramos fundamental refletir sobre esta temática, especialmente nos cursos de formação de professores a fim de compreender a relação indissociável entre afetividade, aprendizagem e desenvolvimento e sua relevância para o ensino. Os resultados apresentados nessa pesquisa estão relacionados com os estudos e trabalhos desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Inclusiva (GEEII) – Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM).

Palavras-chave: Afetividade; Aprendizagem; Desenvolvimento.

1. Considerações Iniciais

Esse texto tem como objetivo apresentar reflexões sobre a afetividade e a aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento humano, a fim de contribuir com o trabalho de profissionais da Educação. De cunho bibliográfico ampara-se nas concepções de afetividade Vigotski. Consideramos fundamental refletir sobre esta



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

temática, na tentativa de compreender a relação indissociável entre afetividade, aprendizagem e desenvolvimento humano¹.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) o objetivo da Educação Infantil é proporcionar “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular norteia a importância do cumprimento de uma educação integral que fomente a formação e o desenvolvimento global que rompe com visões reducionistas que privilegiam apenas a dimensão intelectual do aluno na Educação Básica (BRASIL, 2017, p.14). Neste sentido a escola é um espaço de apropriação de conhecimento culturalmente produzido pelo homem ao longo da trajetória da humanidade.

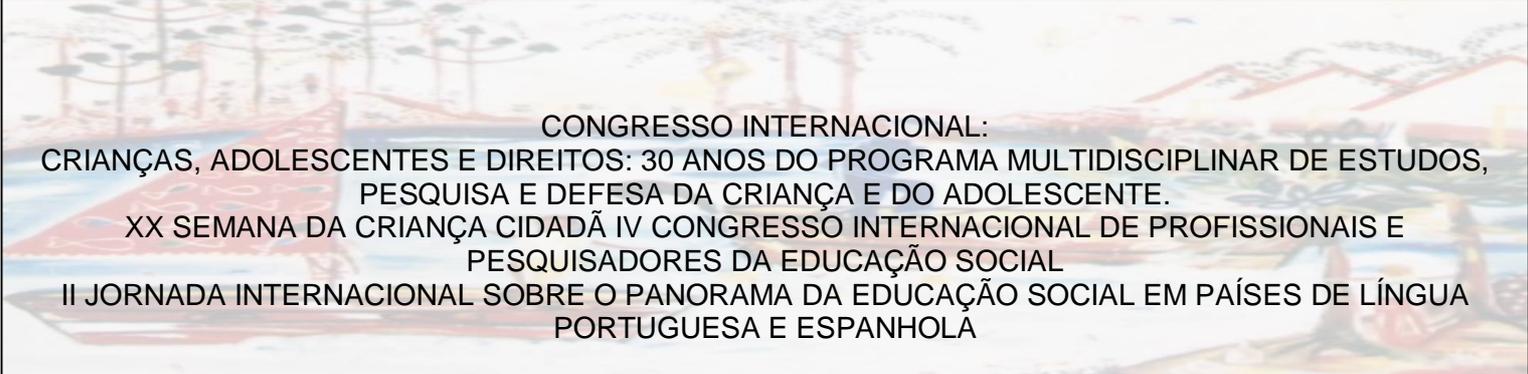
A partir desta perspectiva, a Educação Infantil deve proporcionar um ambiente permeado de afetividade, acolhimento, respeito, solidariedade e sensibilidade por serem estes elementos constitutivos de uma formação humanizadora.

2. A afetividade na Infância

Segundo o intelectual russo Vigotski, as emoções se desenvolvem. Passam de emoções primitivas para experiências emocionais superiores. Cabe ressaltar que o desenvolvimento de emoções elementares para emoções superiores ocorre por meio da linguagem, na significação dos adultos a respeito das emoções, gestos e sentimentos (VIGOTSKI, 2007).

Para Vigotski (2007, p. 129):

¹ A temática sobre Afetividade, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, tem sido discutida em Programas de Formação Contínua para Professores, Equipes Pedagógicas e Equipes de Secretaria. Mencionamos estudos, reflexões e orientações pedagógicas sobre a afetividade, aprendizagem e desenvolvimento humano nas instituições educativas, realizados junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Vitória-PR, São Francisco do Guaporé-RO, Cerejeiras-RO e outros municípios brasileiros, em que tem sido mobilizadas intervenções pedagógicas humanizadoras para o desenvolvimento pleno das crianças e profissionais da área, em busca de uma Educação de Excelência (GARCIA, 2021; NUNES, 2021; BEZERRA, 2020; SILVA, 2019; GONÇALVES, 2019; MOURA, 2018).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidade, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último “por que” de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (VIGOTSKI, 2007).

O autor afirma que o afetivo e o intelectual estão relacionados, pois o pensamento se desenvolve na dimensão afetiva, compreendida como necessidades, interesses, desejos e emoções (VYGOTSKY, 2001).

De acordo com Martins (2015), as emoções e sentimentos são combustíveis, de modo que o objeto de sua consciência é também o mesmo de seus sentimentos. Assim, os vínculos que o sujeito estabelece entre suas necessidades e o objeto de satisfação se complexificam. Para mobilizar a criança a aprender, é preciso criar nela a necessidade, o desejo e o interesse. Uma vez criada esta necessidade, o desejo de aprender mobiliza a criança para apropriação conhecimento.

3. Considerações Finais

É fundamental refletirmos sobre a temática, para compreendermos que quando a afetividade está presente, a aprendizagem e o desenvolvimento humano se fortalecem. Nesse sentido, as vivências tornam-se significativas.

Pensar no desenvolvimento pleno da criança é ser capaz de realizar ações com afetividade, e intencionalmente provocadas para a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades humanas.

Referências

BEZERRA, Janaína Pereira Duarte. **A atividade do brincar e sua relação com o desenvolvimento da imaginação no contexto da Educação Infantil**: Proposições da Teoria Histórico Cultural. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Marta Chaves. Maringá, 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf> Acesso em: 6 abr. 2021.

GARCIA, Avany Aparecida. **Linguagem e Desenvolvimento Psíquico**: Proposições da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. 118 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

GONÇALVES, Kalyandra Khadyne Imai. **Aprendizagem e desenvolvimento dos primeiros meses aos três anos**: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

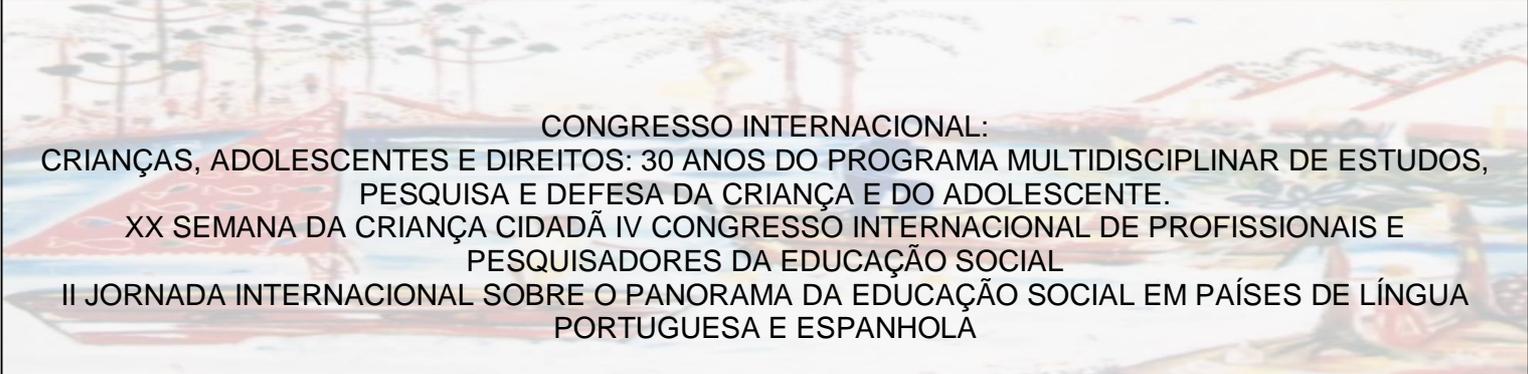
MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MOURA, Deovane Carneiro Ribas. **Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil**: A experiência de Formação Contínua no município de Telêmaco Borba – Paraná. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Marta Chaves. Maringá, 2018.

NUNES, Elizane Assis. **Teoria Histórico-Cultural e Formação Contínua de Professores**: Estudos e Proposições Didáticas para a Educação Infantil. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SILVA, Mariane. Elizabeth. **Educação Integral e Escola de tempo Integral**: possibilidades de desenvolvimento humano. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. Maringá, 2019.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

As Contribuições da Literatura na Educação Infantil para o Desenvolvimento Humano

Área Temática 4 - Histórias e culturas de crianças e infâncias

Marta Chaves¹
Patrícia Laís de Souza²
Carla Rogéria Pacheco Kaniel³
Michelly Milena Souza Nascimento⁴

¹Profa. Depto de Educação-DTP-UEM, contato: mchaves@uem.br

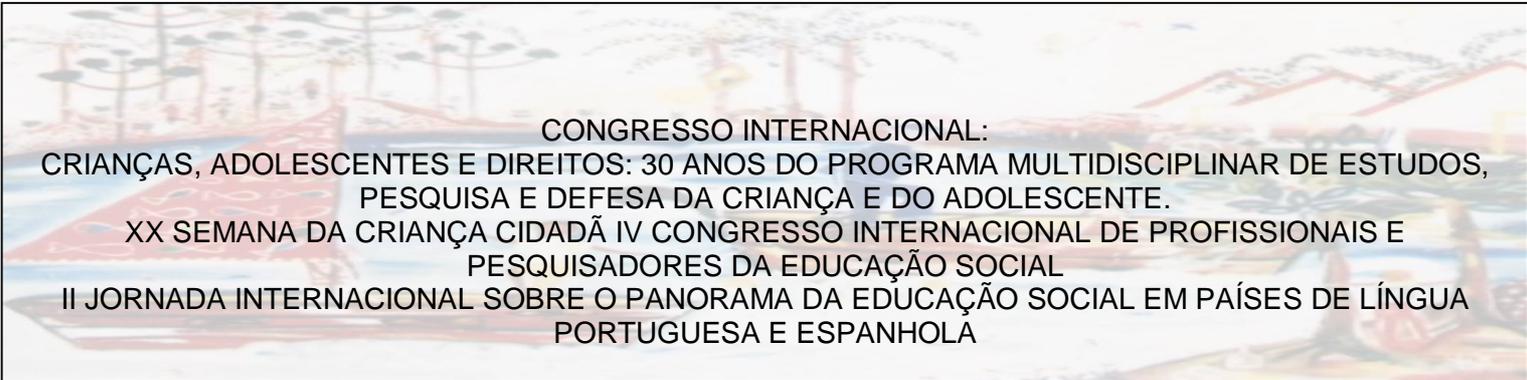
²Aluna do Doutorado em Educação-PPE-UEM, contato: patricialaissouza@hotmail.com

³Aluna do curso de Pedagogia-PARFOR-UEM, contato: pedagogacarla123@gmail.com

⁴Aluna do Mestrado em Educação-PPE-UEM, contato: prof.michellymilena@gmail.com

Resumo. No presente resumo discorreremos sobre as contribuições do ensino e de vivências com a Literatura Infantil na Educação Infantil no tocante ao desenvolvimento humano. Esta elaboração, com delineamento bibliográfico ampara-se nas pesquisas da Teoria Histórico-Cultural, consideramos que este referencial teórico-metodológico, apresenta subsídios para refletirmos sobre realizações de intervenções educativas afetas à Literatura Infantil em uma perspectiva de educação humanizadora. Consideramos que os escritos de Vigotski (2018) pode contribuir para a organização do trabalho pedagógico com a Literatura na Educação Infantil. Constatamos que o educador poderá contribuir para o desenvolvimento dessas capacidades na medida em que realize intervenções pedagógicas que articulem as experiências imediatas das crianças com modelos e referências artísticas. Entendemos essencial que nos cursos de Formação de Professores, seja de graduação em Pedagogia ou Formação contínua, contemplem estudos acerca desta temática, dada a essencialidade da mesma em se tratando da educação das crianças.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural – Educação Infantil – Literatura Infantil.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

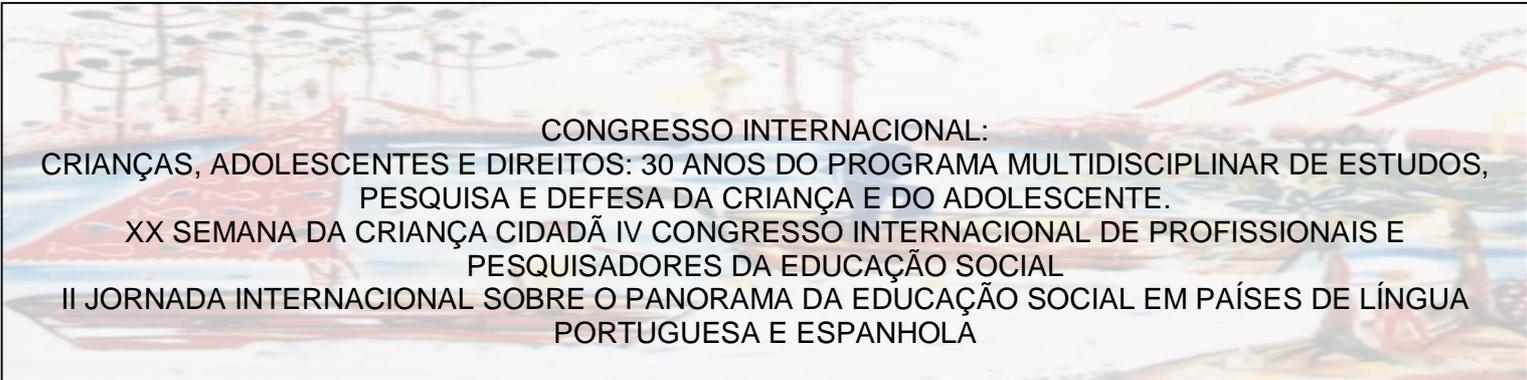
1. Palavras iniciais

Neste estudo discorreremos sobre as contribuições do ensino e de vivências com a Literatura Infantil na Educação Infantil¹ no tocante ao desenvolvimento humano. Para tanto, nos fundamentamos nas elaborações da Teoria Histórico-Cultural, sobretudo, nas obras “Imaginação e Criação na Infância” (VIGOTSKI, 2018), cuja produção nos permite refletir sobre possibilidades de intervenções educativas que promovam o desenvolvimento das crianças pequenas, em especial no ambiente escolar.

Nos amparados em tal perspectiva teórica-metodológica, por considerar que esta nos permite lutar por vivências educativas que apresente o que há de mais sofisticado elaborado pela humanidade, bem como nos apresenta embasamento para desenvolver recursos pedagógicos e projetos educativos que venham de encontro a tal defesa. Esses pressupostos estão presente nos escritos de autores clássicos como Leontiev (2004) e Vigotski (2018), e nos estudos de pesquisadores contemporâneos, tais como Chaves (2010; 2011); Duarte (2004); Mukhina (1995) e outros.

Considerando as premissas da Teoria Histórico-Cultural que nós nos humanizamos por meio das interações com o outro, conforme assevera Leontiev esse movimento (2004, p. 291) “[...] só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação”. Por isso, compreendemos que as crianças são herdeiros dos conhecimentos elaborados ao longo da humanidade e, por isso, precisamos considerar no ensino formal, aquilo o que desenvolverá maximamente, como, por exemplo, a Literatura Infantil.

¹ A temática “Literatura Infantil” tem sido discutida em Programas de Formação Contínua para Professores, Equipes Pedagógicas e Equipes de Secretaria. Mencionamos estudos, reflexões, orientações pedagógicas e composição de recursos didáticos com Literatura Infantil, realizados junto à Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé-RO, Cerejeiras-RO e outros municípios brasileiros, em que tem sido mobilizadas intervenções educativas humanizadoras para o desenvolvimento pleno das crianças e profissionais da área, em busca de uma Educação de Excelência (GARCIA, 2021; NUNES, 2021; BEZERRA, 2020; SILVA, 2019; GONÇALVES, 2019; MOURA, 2018).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

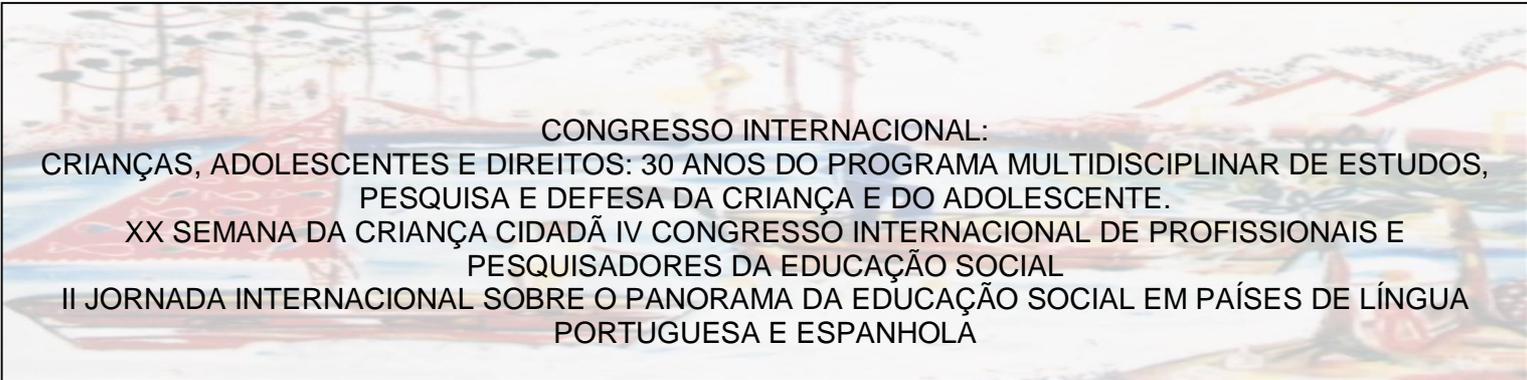
2. Literatura Infantil e Desenvolvimento Humano

Ao considerarmos os escritos de Leontiev (2004, p. 291) que quanto mais desenvolve a humanidade “[...] mais rica é a prática-sócio histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa” passamos a compreender a seriedade que desempenha o papel educativo nas Instituições Educativas, em especial, na Educação Infantil. Essas primeiras aproximações da criança ao contexto escolar, em nosso entendimento, precisam ter como ponto de partida o seu pleno desenvolvimento.

As vivências com Literatura Infantil precisam considerar o desenvolvimento das habilidades psicológicas superiores que são intrinsecamente humanas, porém, não inerentes aos homens, tais como: linguagem, imaginação, raciocínio lógico, criação, entre outras. Por isso, reiteramos a relevância em proporcionar o acesso dos pequenos à Literatura Infantil, seja por meio da arte, música, poemas, poesias ou em contos e histórias, porém, ressaltamos que este trabalho deverá ser intencional e planejado pelos professores com o intuito de desenvolver as habilidades humanas, bem como a promoção intelectual, emocional e afetiva dos educandos. Vigotski (2018, p. 25) descreve que a conclusão pedagógica:

consiste na afirmação da necessidade de ampliar a experiência da criança, caso queira-se criar bases suficientemente sólidas para a sua atividade de criação. Quanto mais a criança viu, ouviu e vivenciou, mais ela sabe e assimilou; maior é a quantidade de elementos da realidade que ela dispõe em sua experiência; sendo as demais circunstâncias as mesmas, mais significativa e produtiva será a atividade de sua imaginação.

Diante do exposto, atribuímos que é dever da escola, caracterizada aqui como todo o corpo docente envolvido no processo de ensino e aprendizagem, proporcionar às crianças o que há de conhecimento mais avançado e elaborado historicamente pelos homens, bem como potencializar as funções psíquicas superiores por meio de conteúdos, estratégias e recursos de ensino adequados, especialmente por meio da Literatura Infantil. Um processo de ensino com vistas ao pleno desenvolvimento



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

humano, a partir da Literatura Infantil na Educação Infantil enriquecerá as experiências das crianças desde a mais tenra idade, como destaca Vigotski (2018, p. 24): “[...] quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material está disponível para a sua imaginação. Eis porque a imaginação da criança é mais pobre que a do adulto, o que se explica pela maior pobreza de sua experiência”. A seguir tecemos as nossas reflexões finais.

Considerações finais

O referido acesso às máximas elaborações humanas pode ser proporcionado às crianças por meio da Literatura Infantil com obras que primam riqueza e relevância em seus personagens e temáticas escolhidos. Assim, destacamos que, ao escolher um dos recursos da Literatura Infantil para apresentar as crianças, seja uma história, personagem do folclore, poesia ou música, esta escolha precisa ser intencional, a fim de que seu conteúdo venha a contribuir com o pleno desenvolvimento dos educandos.

Referências

BEZERRA, J. P. D. **A atividade do brincar e sua relação com o desenvolvimento da imaginação no contexto da Educação Infantil**: Proposições da Teoria Histórico Cultural. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Marta Chaves. Maringá, 2020.

CHAVES, M. **A formação e a educação da criança pequena**: os estudos de Vigotski sobre a arte e suas contribuições às práticas pedagógicas para as instituições de educação infantil. Araraquara, 2011. Trabalho de Pós- Doutorado junto à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), sob a supervisão do Prof. Dr. Newton Duarte.

CHAVES, M. **Intervenções pedagógicas humanizadoras**: possibilidades de práticas educativas com artes e literatura para crianças na educação infantil. In: CHAVES, M.; SETOGUTI, R. I.; MORAES, S. P. G. (Orgs.). A formação do professor e intervenções pedagógicas humanizadoras. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2010.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 3. ed.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas de nosso tempo, v. 55).

GARCIA, A. A. **Linguagem e Desenvolvimento Psíquico**: Proposições da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. 118 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

GONÇALVES, K. K. I. **Aprendizagem e desenvolvimento dos primeiros meses aos três anos**: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

LEONTIEV, A. **O homem e a cultura**. In: _____ O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. p. 200-284.

MOURA, D. C. R. **Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil**: A experiência de Formação Contínua no município de Telêmaco Borba – Paraná. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Marta Chaves. Maringá, 2018.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**: um manual completo para compreender e ensinar a criança desde o nascimento até os sete anos. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NUNES, E. A. **Teoria Histórico-Cultural e Formação Contínua de Professores**: Estudos e Proposições Didáticas para a Educação Infantil. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SILVA, M. E. **Educação Integral e Escola de tempo Integral**: possibilidades de desenvolvimento humano. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. Maringá, 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. Tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Linguagem e comunicação na Primeira Infância e o desenvolvimento humano

Área Temática 4 - Histórias e culturas de crianças e infâncias

Marta Chaves¹
Kalyandra Khadyne Imai Gonçalves²
Claudinéia Geny dos Anjos Berres³
Vanessa Freitag de Araújo⁴

¹ Prof. Depto de Educação – DTP-UEM, contato: mchaves@uem.br

² Aluna do Doutorado em Educação, contato: kalyandradoy@gmail.com

³ Supervisora Educacional do Município de Porto Vitória-PR, contato: claudi_berres@hotmail.com

⁴ Prof. Colaboradora - UEM, contato: vfaraujo2@uem.br

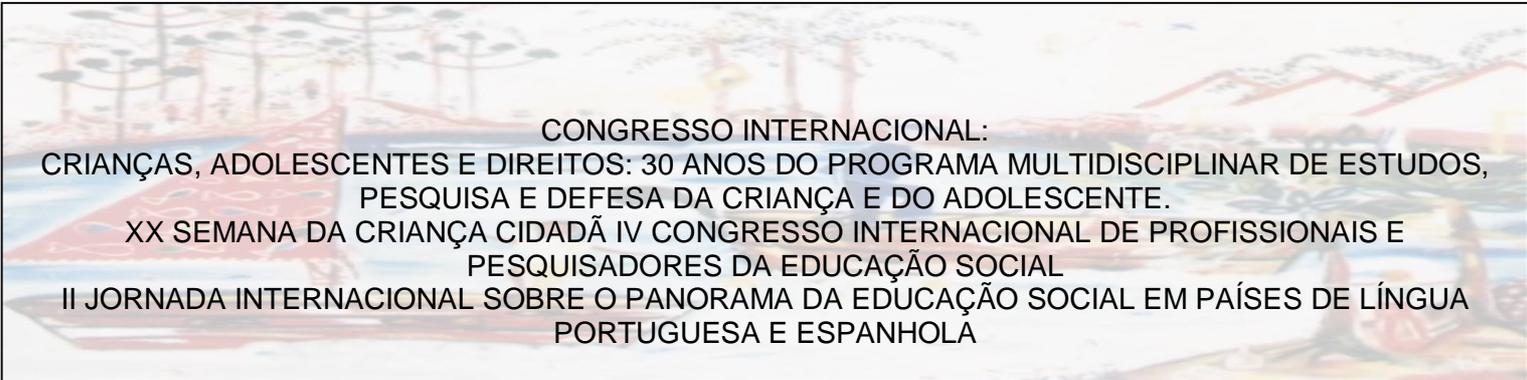
Resumo. Esse texto tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre o desenvolvimento da linguagem e da comunicação na Primeira Infância, a fim de contribuir com os profissionais da Educação para a mobilização do pleno desenvolvimento humano. A metodologia da pesquisa consiste em bibliográfica, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural. Os resultados dessa pesquisa decorrem de estudos e trabalhos organizados sobre a temática, junto ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII) – Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM).

Palavras-chave: Linguagem; Comunicação; Primeira Infância.

1. Diálogos iniciais

Esse texto tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre o desenvolvimento da linguagem e da comunicação¹ na Primeira Infância, a fim de

¹ A temática sobre Linguagem e Comunicação tem sido discutida em Programas de Formação Contínua para Professores, Equipes Pedagógicas e Equipes de Secretaria. Mencionamos estudos, reflexões e orientações pedagógicas sobre a linguagem e a comunicação nas instituições educativas, realizados junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Vitória-PR, São Francisco do Guaporé-RO, Cerejeiras-



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

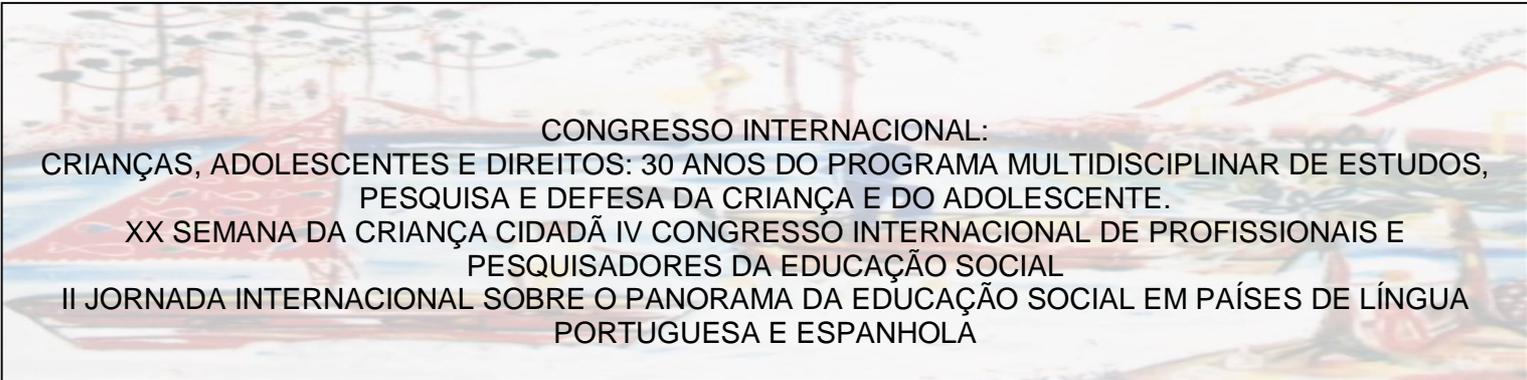
contribuir com os profissionais da Educação para a mobilização do pleno desenvolvimento humano. A metodologia da pesquisa consiste em bibliográfica, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural. Nesse sentido, destacamos autores que versam sobre a temática, como: Zaporozet e Lisina (1986), Mukhina (1996), Leontiev (2004), Vygotski (2006) e Vigotski (2018).

A Primeira Infância é o período compreendido entre o nascimento até os três anos (MUKHINA, 1996; CHAVES; FRANCO, 2016; VIGOTSKI, 2018). Para Mukhina (1996), nessa etapa, ocorrem conquistas e mudanças determinantes para o desenvolvimento humano, como a fala, o andar ereto e a manipulação de objetos. Desse modo, é essencial que os bebês e as crianças que se encontram na Primeira Infância, vivenciem experiências que possam contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades humanas, em especial, a linguagem e a comunicação.

No primeiro ano de vida, o bebê se comunica com o meio externo por meio das emoções, expressando-se com o choro e o sorriso, por exemplo. À medida que o adulto reage às suas emoções, há uma comunicação na relação. Nesse sentido, existe uma atividade-guia que se manifesta e orienta o desenvolvimento psíquico do bebê, denominada de “atividade de comunicação emocional direta com o adulto” (ZAPOROZET; LISINA, 1986; MUKHINA, 1996; VYGOTSKI 2006; CHAVES; FRANCO, 2016). Assim, cantar, conversar, gesticular, apresentar as partes do corpo, a natureza, os objetos da cultura humana aos bebês, configuram-se como possibilidades para que se apropriem e desenvolvam a linguagem e a comunicação, capacidades essenciais para a formação do psiquismo humano.

Entre 1 aos 3 anos de vida, aproximadamente, a atividade de comunicação emocional direta com o adulto começa a declinar e outra atividade-guia manifesta-se. A criança se interessa por objetos que passam a mediar a relação com o adulto. Nesse período, a atividade objetal manipulatória entra em evidência e será a principal responsável pelo desenvolvimento infantil (MUKHINA, 1996; CHAVES; FRANCO, 2016).

RO e outros municípios brasileiros, em que tem sido mobilizadas intervenções pedagógicas humanizadoras para o desenvolvimento pleno das crianças e profissionais da área, em busca de uma Educação de Excelência (GARCIA, 2021; NUNES, 2021; BEZERRA, 2020; SILVA, 2019; GONÇALVES, 2019; MOURA, 2018).



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Apresentar os nomes dos instrumentos da cultura humana e suas funções sociais, bem como o movimento para utilizá-los, são ações decisivas para enriquecer a formação intelectual dos pequenos.

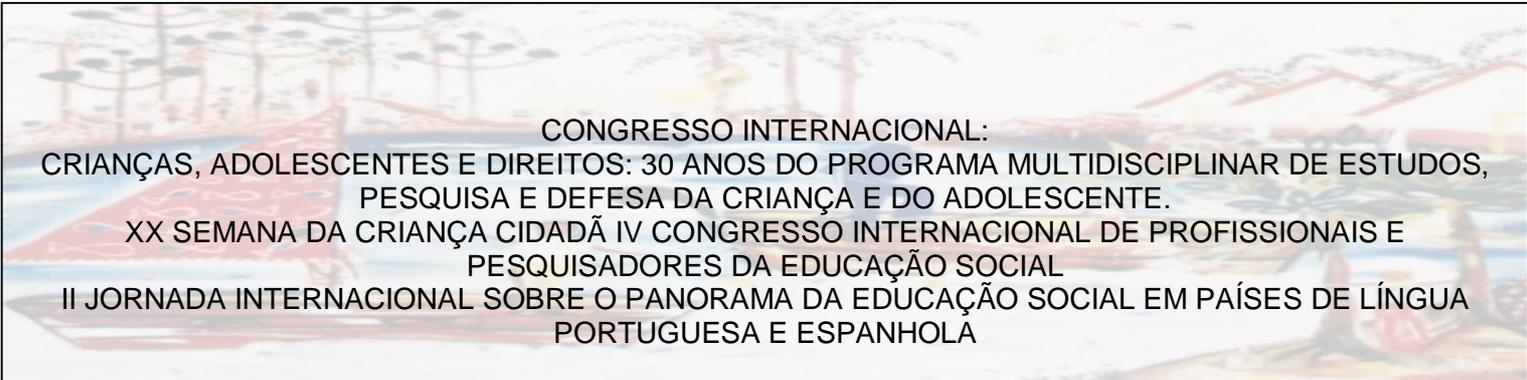
Essas reflexões iniciais nos auxiliam a pensar sobre o papel do adulto, em especial, dos professores e profissionais que atuam na Educação, para a mediação dos bebês e das crianças com os signos e instrumentos da cultura humana. Nesse sentido, reafirmamos que a Teoria Histórico-Cultural se apresenta como um referencial teórico-metodológico com vistas ao desenvolvimento humano.

2. Aprendizagem e desenvolvimento na Primeira Infância

No artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019), consta: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”. Refletimos que o pleno desenvolvimento é no sentido de desenvolver integralmente o sujeito.

De acordo com a Teoria Histórico-Cultural, a aprendizagem precede o desenvolvimento. Ou seja, ao aprender, a criança se desenvolve. Assim, Leontiev (2004) afirma que a criança aprende com as suas condições objetivas de vida. Nesse sentido, oportunizar vivências em que as crianças possam se expressar por meio de diferentes linguagens, tais como: gestual, corporal, oral, entre outras possibilidades, usando a música, o desenho, a dramatização, configuram-se em experiências essenciais para o desenvolvimento humano pleno, pois são capazes de mobilizar a curiosidade, os sentimentos estéticos, a atenção, a concentração, a memória, o raciocínio, a imaginação, a criação, a linguagem e a comunicação na Primeira Infância, e posteriormente.

Essas reflexões vêm de encontro com a defesa de Zaporozet e Lisina (1986) ao afirmarem que quando a comunicação é insuficiente e empobrecida, podem ocorrer prejuízos na formação física e intelectual da criança. Por esse motivo, a conduta do profissional da Educação, em planejar e organizar intencionalmente a rotina dos bebês e das crianças, com músicas, recursos didáticos, livros de Literatura e obras de Arte



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

que apresentem conteúdos sofisticados e possibilitem a valorização da comunicação e da linguagem, pode ser decisiva na formação humana (CHAVES, 2011; 2014).

3. Considerações Finais

Na Primeira Infância ocorre a formação da base do intelecto e da personalidade dos sujeitos. Nesse sentido, é essencial que os professores e profissionais da Educação conheçam as especificidades desse período. É um equívoco pensarmos que os bebês e as crianças, em seus primeiros dias, meses ou anos de vida, não sejam capazes de aprender e se desenvolver. Contrariando essa ideia frágil, refletimos neste trabalho a importância de os bebês e as crianças se apropriarem dos elementos da cultura humana com o mais experiente, com vistas à uma formação humanizadora.

Referências

BEZERRA, Janaína Pereira Duarte. **A atividade do brincar e sua relação com o desenvolvimento da imaginação no contexto da Educação Infantil**: Proposições da Teoria Histórico Cultural. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Marta Chaves. Maringá, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019.

CHAVES, M.; FRANCO, A. F. Primeira Infância: educação e cuidados para o desenvolvimento humano. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento do psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 109-126.

GARCIA, Avany Aparecida. **Linguagem e Desenvolvimento Psíquico**: Proposições da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. 118 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

GONÇALVES, Kalyandra Khadyne Imai. **Aprendizagem e desenvolvimento dos primeiros meses aos três anos**: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 147 f.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MOURA, Deovane Carneiro Ribas. **Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil: A experiência de Formação Contínua no município de Telêmaco Borba – Paraná**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Marta Chaves. Maringá, 2018.

MUKHINA, V. **Psicologia da Idade pré-escolar**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NUNES, Elizane Assis. **Teoria Histórico-Cultural e Formação Contínua de Professores: Estudos e Proposições Didáticas para a Educação Infantil**. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SILVA, Mariane. Elizabeth. **Educação Integral e Escola de tempo Integral: possibilidades de desenvolvimento humano**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. Maringá, 2019.

VYGOTSKI, L. S. **Psicología Infantil**. Madrid: Machado Libros, 2006 (Obras Escogidas IV).

ZAPOROZET, A. V.; LISINA, M. I. **El desarrollo de la comunicación en la infancia**. Tradução de Arturo Villa Gutiérrez. Madrid: G. Nuñez Editor, 1986.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Desafios na consolidação dos centros da juventude do Paraná enquanto Política Pública Juvenil

Área Temática 5 - Políticas Públicas para as populações infanto-juvenis

Leonardo Carvalho de Souza¹
Ellen Maria Paulino de Oliveira²

¹Professor Mestre do Colegiado de Serviço Social da UNESPAR/Paranavaí, contato: leonardo.souza@ies.unespar.edu.br

²Estudante do curso de Serviço Social da UNESPAR/Paranavaí, contato: ellenmariapaulino@gmail.com

Resumo: Apresentamos resultados de duas pesquisas em andamento, uma de doutoramento e uma de conclusão de curso, que versam sobre os desafios da consolidação dos Centros da Juventude (CEJU) do Paraná enquanto política pública juvenil (PPJ). A partir de pressupostos da teoria social crítica, da Pedagogia e Sociologia da juventude analisa-se os desafios encontrados pelos CEJUs na promoção de direitos previstos no Estatuto da Juventude. Em nosso percurso temos analisado documentos e dados públicos, realizamos visitas institucionais em dois CEJUs no ano de 2022 e consideramos a experiência profissional em um terceiro centro em 2018/2019. Entre os resultados, identifica-se que a gestão, concepções pedagógicas e disparidade da PPJ com os anseios da Juventude são os principais desafios a serem enfrentados no para materializar e incidir em direitos da população juvenil.

Palavras-chave: Juventudes – Direitos – Políticas Públicas Juvenis.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 forjaram um conjunto de direitos para o público infantojuvenil e fundaram a concepção da proteção integral. Contudo, em relação aos jovens é somente a partir dos anos 2000 que identificamos a materialidade e o uso da categoria juventude na concepção e materialização de programas, políticas e projetos mais amplos e efetivos

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

voltados aos jovens.

A fim de entender melhor a juventude e políticas públicas voltadas a esse segmento, temos buscado orientações teóricas e metodológicas na Pedagogia das Juventudes, que é uma perspectiva dialética, forjada por meio de experiências de educação popular com jovens, que se estrutura a partir de acúmulos freirianos e se direciona à formação humana de jovens. Ademais, tal concepção centraliza a juventude como público, que demanda direitos, que deseja, constrói e transforma as suas identidades e realidades sócio-históricas. Complementarmente, a formação da juventude precisa contemplar condições, meios e formas democráticas e dialéticas de/para apropriação da cultura humana. Além disso, negar a concepção que marginaliza e estereotipa a juventude também é uma premissa. No lugar, foca-se no destaque do potencial, nas aspirações, nas vontades e formulação dos projetos de vida com/por e junto da juventude (DAYRELL, 2016; GROppo, 2016; SCHERER, 2017).

Do mesmo modo, nos orientamos por pressupostos da teoria social crítica, a qual nos remete a uma abordagem ontológica e histórico-social dos objetos e sujeitos de estudo, bem como a análise de suas múltiplas relações e determinações em suas conexões com as contradições da sociabilidade do capital e das imposições da lei geral de acumulação capitalista (SCHERER, 2017). Adicionalmente, nos orientamos pela Sociologia da Juventude, que entende a juventude como uma realidade social, como uma categoria sociológica e como uma construção histórica, social e política, que visa ir além de concepções biologicistas, psicologizantes e naturalizantes. Nesse movimento, pensamos que a puberdade e aspectos biológicos da juventude ou adolescência não implicam diretamente em comportamentos padronizados e dados a priori, ao contrário, concordamos com a demanda de centralizar as diversidades, desigualdades e multiplicidades de classe, raça, gênero, etnia e território que permeiam as vivência e experiências juvenis.

A partir do exposto, temos dedicado nossas análises à dados produzidos pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná (SEJUF), que tratam a respeito dos Centros da Juventude do Paraná, bem como consideramos a experiência profissional de um dos autores e visitas institucionais realizadas em dois CEJUs para estruturar os argumentos aqui apresentados. Na organização do texto, trazemos uma breve retomada da gênese e desenvolvimento das Políticas Públicas Juvenis (PPJ). E

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

por fim, discutimos alguns desafios e potencialidades dos CEJUs na consolidação dos direitos da juventude.

2. Genealogia e desenvolvimento das políticas públicas juvenis no Brasil

Em relação a gênese e desenvolvimento das políticas públicas juvenis no Brasil é preciso mencionar três aspectos primordiais. O primeiro é que somente nos anos 2000, tal categoria aparece com mais ênfase nesse processo, por meio de programas, projetos e serviços de maneira mais significativa. Sendo que, podemos mencionar a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), por meio da lei n. 11.129, em 2005, que visa formular e propor orientações à ação governamental e pública voltada à promoção de políticas públicas juvenis; fomentar estudos, análises e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil, participar e deliberar sobre propostas e recursos que envolvam esse segmento no âmbito federal. Ainda, no mesmo ano houve a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. E em seguida, passa-se a identificar documentos redigidos a fim de orientar a materialização da Política Nacional da Juventude no Brasil.

Em segundo lugar, pensamos ser válido destacar que muitas políticas públicas atenderam a juventude, mesmo que não fossem diretamente voltadas a tal segmento, entre as quais as discutimos em Souza (2019), ao tratar sobre a expansão do ensino superior no Brasil. Por conseguinte, podemos pensar que a qualificação das políticas de saúde, educação, assistência social, previdência social e outras que assistimos no início dos anos 2000 repercutiram nas trajetórias juvenis. E por fim, em terceiro lugar, uma análise dos direitos prescritos no Estatuto da Juventude (2013) em comparação com a realidade da juventude no Brasil atualmente, nos leva a identificar inúmeras problemáticas, disparidades e lacunas que precisamos superar (BRASIL, 2013; SCHERER, 2017; ROCHA, 2020). Em síntese, podemos inferir que no decorrer dos anos 2000, foram desafiadores os movimentos e lutas para assegurar à juventude brasileira, direitos que já estavam prescritos às crianças, adolescentes e idosos, e que para tal público houve/há mais lentidão no atendimento de suas demandas e garantia de direitos. Por exemplo, o Projeto de Lei, que buscava instituir o Estatuto da Juventude, tramitou de 2004 até 2013, ano em que foi promulgado. Na próxima parte do texto,

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

destacamos algumas características dos direitos e PPJ no Paraná e enfatizamos o CEJU nesse processo.

3. Os Centros da Juventude do Paraná (CEJU), seus desafios e potencialidades

Se no Brasil as PPJ são tardias, no Paraná também identificamos esse mesmo processo. De modo que podemos destacar a criação a partir de 2009 e posteriormente, em 2012, a implantação dos Centros da Juventude (CEJU's), como as primeiras PPJ mais significativas no estado. O CEJU se constitui em uma política pública articulada pelo governo do estado do Paraná, que são espaços de convivência para a realização de atividades múltiplas, focadas no público de adolescentes e jovens. Oferta esporte, cultura, lazer, formação profissional, atividades recreativas e outras a fim de prevenir riscos sociais e vulnerabilidades existentes nas comunidades e cidades em que foram instalados. A construção dessa PPJ se deu por meio de recursos do governo do estado do Paraná, via Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR). E a manutenção e desenvolvimento das atividades é de responsabilidade dos municípios e das Secretarias Municipais que os gestam (DOMBROWSKI; ALBIERO; SILVA, 2019).

A partir de nossa experiência profissional, visitas institucionais realizadas, dados dos relatórios da SEJUF, bem como textos que tratam sobre a gestão dos CEJU's, podemos inferir que esta instituição se depara com desafios e dificuldades para a consolidação de uma PPJ efetiva, entre as quais a insuficiência de equipe técnica mínima, dificuldades em atender adolescentes e jovens, que são o público prioritário da PPJ, bem como aqueles oriundos de medidas socioeducativas (MSE), falta de recursos para a oferta de serviços, disparidade de atividades ofertadas e os interesses dos jovens, falta de propostas pedagógicas que destaquem uma pedagogia das juventudes, contemplar e fomentar a participação e ativismo juvenil, entre outras (LULIANELLI, 2003; DOMBROWSKI; ALBIERO; SILVA, 2019; VIEIRA, 2019).

4. Considerações finais

Por meio da experiência profissional, participação em eventos e visitas institucionais em alguns CEJUs pode-se inferir que ainda há um potencial a ser

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

explorado no campo das políticas Públicas Juvenis, que o modelo dos CEJUs embora apresentem problemas, pode ser articulador e fomentador de serviços, projetos, eventos voltados à garantia dos direitos humanos da juventude previstos no Estatuto da Juventude. Em resumo, a ampliação de recursos, equipes técnicas, articulação intersetorial de políticas públicas, a formulação de propostas pedagógicas atualizadas e afinadas à pedagogia das juventudes, bem como a integração de ações estão postos como demandas à defesa de PPJ e aos CEJU.

Referências

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude SNJ. **Estatuto da Juventude**: lei n. 12.852, de agosto de 2013. Brasília: SNJ, 2013.

DOMBROWSKI, Elisabeth do Socorro; ALBIERO, Cleci Elisa; SILVA, Marlene Batista da. Gestão pela intervenção da estagiária de Serviço Social: redesenhando o assessoramento dos Centros Da Juventude. **Anais do 7º Congresso Paranaense dos Assistentes Sociais: O trabalho dos Assistentes Sociais em tempos de retrocessos: Defesa de Direitos e Lutas Emancipatórias**. Ponta Grossa, 2019.

DAYRELL, Juarez (et al). Por uma pedagogia das juventudes. In: DAYRELL, Juarez (Org). **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016, p. 249-304.

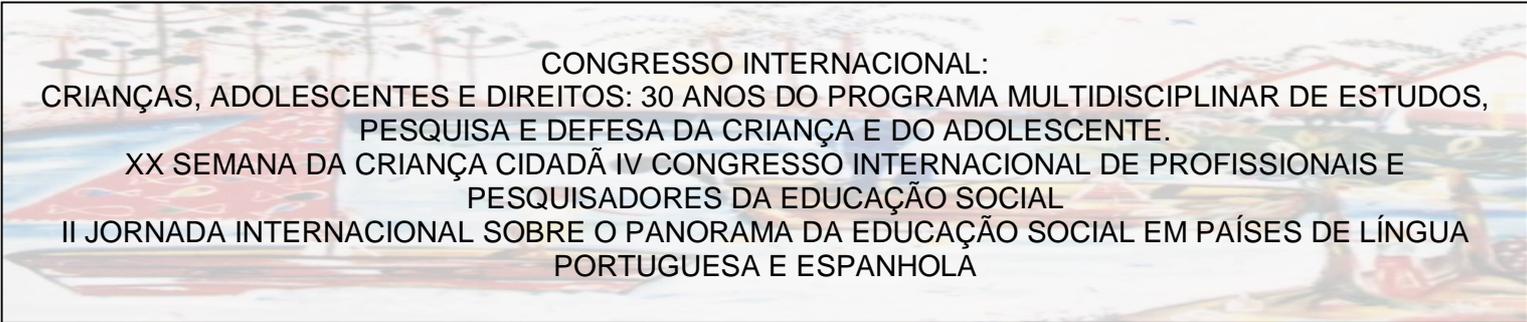
GROPPO, L. A. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. 1 ed. Universidade Federal de Alfenas: Alfenas-MG, 2016.

LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.

ROCHA, A. P. O **juenicídio** brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões. 1.ed. Londrina: EDUEL, 2020.

SCHERER, G. A. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.

SOUZA, L. C. de. **Um assunto meio forte: os sentidos da política para jovens universitários**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, p. 117, 2019.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

VIEIRA, Bruno. **Ativismo juvenil e políticas públicas:** o caso do centro de referência da juventude de Belo Horizonte. Letramento: Belo Horizonte, 2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Políticas Públicas na Formação de Professores: um olhar para o Desenvolvimento Infantil

Área Temática 5 - Políticas Públicas para as populações infanto-juvenis

Marta Chaves¹
Eloiza Elena da Silva Martinucci²
Ana Paula Evangelista de Andrade³
Narda Helena Jorosky⁴

¹ Profa. Depto de Teoria e Prática da Educação-DTP-UEM, contato: mchaves@uem.br

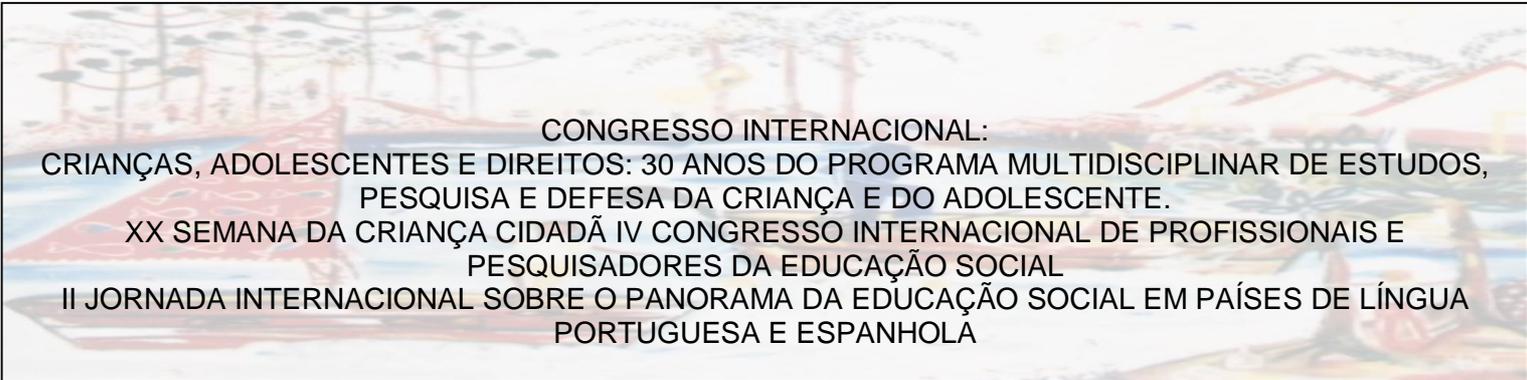
² Pofa. Depto de Teoria e Prática da Educação-DTP-UEM, contato: eesmartinucci@uem.br

³ Aluna do Mestrado em Educação-PPE-UEM, contato: anapaula.evg27@gmail.com

⁴ Coordenadora do Curso de Artes Visuais UNIFIO- Ourinhos-SP, contato: nardajorosky@gmail.com

Resumo: Este trabalho contempla estudos do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII), com análise de fontes bibliográficas e documentais. Temos como principal objetivo investigar a Formação Contínua de Professores como possibilidade de desenvolvimento humano, refletindo sobre a política educacional e a concretização de direitos educacionais. As formações contínuas devem contemplar a rotina escolar como objeto de estudo, diante de estudos de fontes bibliográficas criteriosamente selecionadas. Nesse sentido, os avanços na política educacional brasileira, a partir da LDB 9394/1996 no que tange à formação contínua de professores podem se constituir em possibilidade de desenvolvimento e favorecimento da aprendizagem dos estudantes, ou seja, a aprendizagem contínua de professores impacta positivamente a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Formação de professores; Política Educacional; Educação Escolar.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

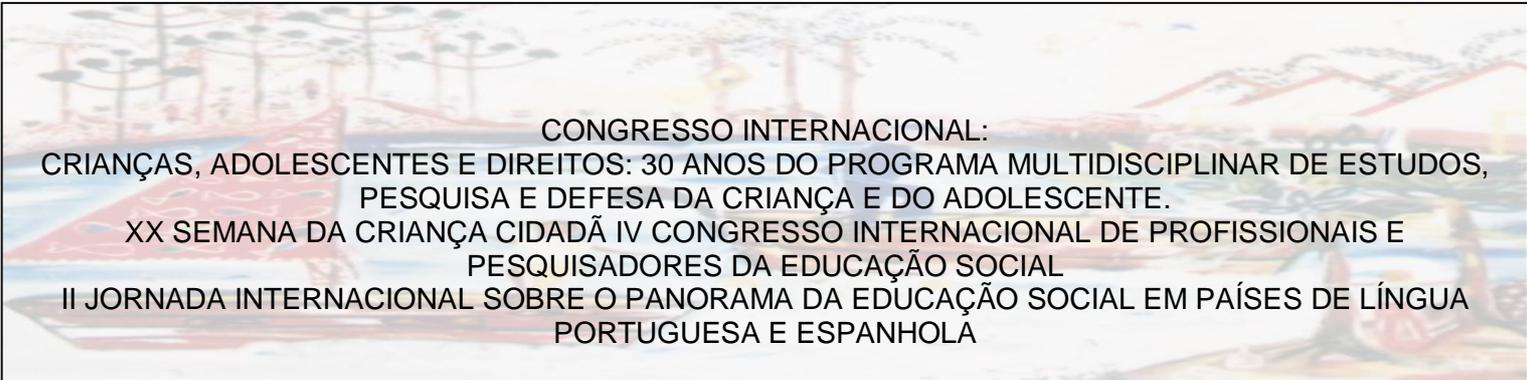
1. Introdução

O Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII), composto por docentes da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e convidados de outras Instituições de Ensino Superior brasileiras, professores e profissionais da educação atuantes em instituições escolares públicas e privadas, estudantes de graduação e pós-graduação. Nossa principal defesa compreende o conhecimento e aprimoramento de professores e escolares, tendo como elemento basilar os estudos e reflexões das práticas pedagógicas¹ nas Instituições Escolares.

Para Sacristán (1999) é essencial que o professor tenha durante sua formação inicial e contínua a oportunidade de estudos, de forma a desenvolver sua condição operativa unindo conhecimento e investigação pedagógica na prática. Nesse sentido, a teoria e a prática são os caminhos que possibilitam ampliar o conhecimento e a consciência dos problemas educativos e a busca de soluções. Unindo a fundamentação teórica com a prática, a ação do professor e o ensino tornam-se elementos para uma reflexão sistemática. Desse modo, nossa pesquisa considera o espaço de atuação do professor como um contexto concomitantemente rico e enriquecedor, que instiga seu aprendizado contínuo.

Considerando que a política educacional brasileira, a partir da LDB 9394/1996 apresenta avanços no que se refere à formação contínua de professores como possibilidade de efetivação, é necessário a aplicação consciente dos recursos financeiros destinados, de maneira contínua, comprometidos com o aprendizado e a responsabilização dos professores, profissionais de cada Instituição Escolar e Equipe pedagógica nas ações também contínuas que acontecem em cada sala de aula, bem como em cada espaço escolar.

¹ A temática “Organização da rotina” tem sido discutida em Programas de Formação Contínua para Professores, Equipes Pedagógicas e Equipes de Secretaria. Mencionamos estudos, reflexões e orientações pedagógicas sobre a organização do tempo e do espaço nas instituições educativas, realizados junto à Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé-RO, Cerejeiras-RO e outros municípios brasileiros, em que tem sido mobilizadas intervenções pedagógicas humanizadoras para o desenvolvimento pleno das crianças e profissionais da área, em busca de uma Educação de Excelência (GARCIA, 2021; NUNES, 2021; BEZERRA, 2020; SILVA, 2019; GONÇALVES, 2019; MOURA, 2018).



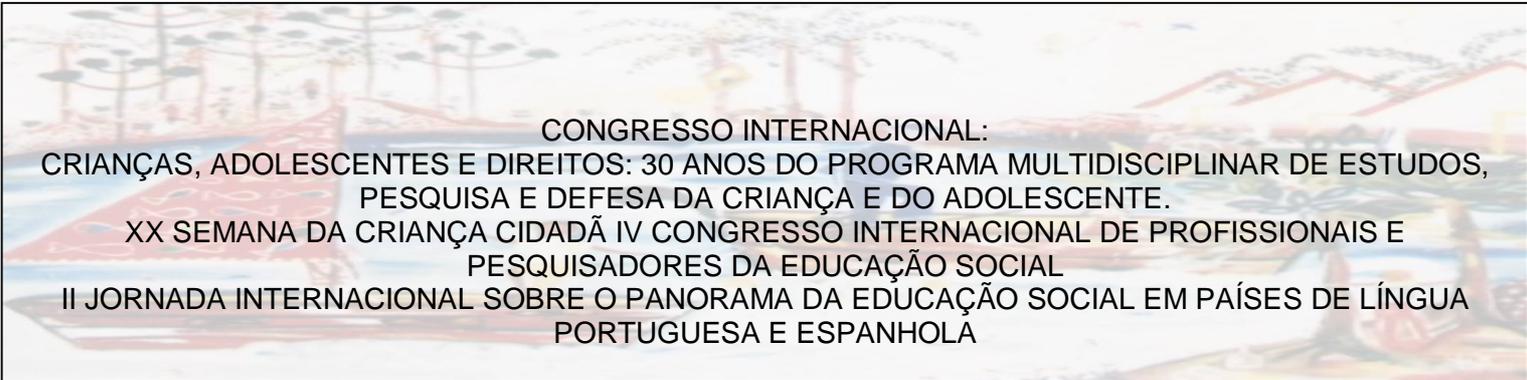
CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Para que o professor se aprimore através dos estudos contínuos, é preciso compreender a correlação entre a prática educativa e os pressupostos políticos educacionais, e para tanto, nossa análise se dá sobre o contexto escolar como espaço de atuação de professores. Salientamos que em nosso campo de estudos identificamos uma característica nacional que se configura em equívocos por parte de prefeitos, governos estaduais e federal, expressos em projetos educativos que contemplam formações com interrupções, mudanças, imediatamente após assumirem o Executivo, desconsiderando a pertinência ou a relevância do trabalho que por vezes são iniciados junto às Secretarias de Educação, seja estadual ou municipal. Essa talvez esteja entre um dos desafios, que a formação se configure em política de Estado e não como política de governo.

2. Reflexões iniciais

Nosso trabalho foi organizado priorizando o caráter bibliográfico e documental. Esse tipo de pesquisa se adequa ao objetivo pois favorece o estudo em textos oficiais e publicações atuais e clássicas sobre o tema em questão. Elegemos como fundamento teórico metodológico a Ciência da História ou o Materialismo Dialético, especialmente as proposições científicas de Marx (2017), Marx e Engels (1978; 2007), Mészáros (2007; 2008; 2009), basilares para a constituição de nossa argumentação, com o intuito de interpretar e compreender a realidade.

Para Chaves (2014) a formação contínua só ocupa seu papel através de estudos de fato contínuos, fugindo de frequentes inadequações por parte dos Secretários de Educação e equipes no tocante às propostas de capacitação que necessitam organizar no cumprimento das determinações legais. Nas formações que comumente ocorrem, não raras vezes veiculam uma proposta de estudo frágil, caracterizada pela oferta de cursos cujos objetivos não se harmonizam com reflexões e pesquisas que recomendem ou expressem a compreensão e a recondução da práxis pedagógica, quando necessário, objetivando o aprimoramento de adultos e estudantes para além de sua realidade imediata.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Ao considerarmos o que determina a legislação vigente, segundo a qual a formação deve ser contínua (BRASIL, 1996), o cumprimento da mesma exige mais que um encontro inicial na entrada do ano letivo, espaçado de outro no segundo semestre, experiência que testemunhamos ao longo das últimas décadas em diferentes regiões do país. Nossa defesa é dialogar e estudar sobre a organização do ensino como possibilidade de desenvolvimento tanto para professores como para crianças, beneficiadas pelo aprimoramento profissional contínuo. Para ilustrar tal possibilidade, vivenciamos experiências de estudos e outras que possam enriquecer a condição profissional, com vistas ao aprimoramento do trabalho pedagógico.

Conclusão

Para Duarte (2011), a escola representa um espaço por excelência de enfrentamento das condições postas pela socialização do conhecimento. Nessa perspectiva, a educação escolar tem grande importância na luta em busca da formação plena do ser humano. Nesse aspecto, para que a educação avance, é necessário o aprimoramento contínuo do professor, objetivando conhecer e compreender cada vez mais, para ensinar cada vez melhor. Concluímos de fato a realidade e as possibilidades de mudanças, em contraposição ao cenário de miséria e subserviência com o qual muitas vezes nos deparamos e nos “acostumamos”. Assim, defendemos proposições de formação contínua que não se limitem à somatória de horas, ao vazio espetáculo de sobrenomes de palestrantes e ministrantes de cursos.

Referências

BEZERRA, J. P. D. **A atividade do brincar e sua relação com o desenvolvimento da imaginação no contexto da Educação Infantil**: Proposições da Teoria Histórico Cultural. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Marta Chaves. Maringá, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

CHAVES, M. Formação contínua e práticas educativas: possibilidades humanizadoras. In: CAÇÃO, M. I.; MELLO, S. A.; SILVA, V. P. (org.). **Educação e Desenvolvimento Humano**: contribuições da abordagem histórico-cultural para a Educação Escolar. Jundiá: Paço Editorial, 2014. p. 119-137.

DUARTE, N. **Luta de classes, educação e revolução**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 3, n. 1, p. 128-138, 2011.

GARCIA, A. A. **Linguagem e Desenvolvimento Psíquico**: Proposições da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. 118 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

GONÇALVES, K. K. I. **Aprendizagem e desenvolvimento dos primeiros meses aos três anos**: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

MOURA, D. C. R. **Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil**: A experiência de Formação Contínua no município de Telêmaco Borba – Paraná. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Chaves. Maringá, 2018.

NUNES, E A. **Teoria Histórico-Cultural e Formação Contínua de Professores**: Estudos e Proposições Didáticas para a Educação Infantil. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SACRISTÀN, J. G. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto, Portugal: Porto, 1999. p. 63-92.

SILVA, M. E. **Educação Integral e Escola de tempo Integral**: possibilidades de desenvolvimento humano. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Marta Chaves. Maringá, 2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

Um projeto social envolvendo Adolescentes e Atividades Assistidas com Equinos: atuação da Educação Social no município de Maringá-Pr

Área temática 5 - Políticas Públicas para as populações infanto-juvenis

Verônica Regina Muller¹
Ana Paula Vila Labigalini²
Patrícia Cruzelino Rodrigues³

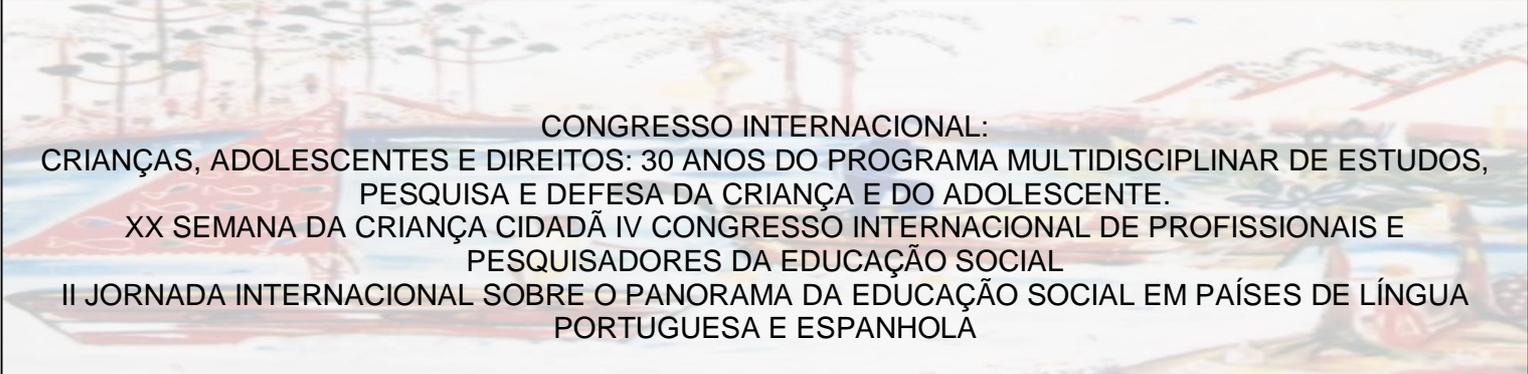
¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá-PPE-PCA-AESMAR-Maringá-Pr-Brasil

² Pesquisadora e Educadora Social do PCA e da AESMAR-Maringá-Pr-Brasil

³ Pesquisadora e Educadora Social do PCA e da AESMAR-Maringá-Pr-Brasil

Resumo: Na articulação entre Educação Social e as Atividades Assistidas com Equinos destinadas a adolescentes, trouxemos alguns princípios pedagógicos a partir da trama dos fatores intra e intersubjetivos que emergiram nas cenas enunciativas dos participantes do projeto Rédeas da Vida, que semanalmente junto com a equipe técnica realizavam atividades equestres de caráter educativo. Os dados foram achados por meio do diário de campo e pelas entrevistas individuais com os/as adolescentes e membros da equipe técnica. Os resultados são apresentados por meio do N1Vivo, e analisados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin. A orientação teórica foi baseada nos campos da Educação Social, da sociologia da infância e das atividades assistidas com equinos. Os resultados evidenciaram que as atividades assistidas com equinos, acompanhadas de uma equipe transdisciplinar bem formada, representam um espaço eficaz para as/os adolescentes na realização dos objetivos da Educação Social. Entre as constatações, destacam-se a falta de reconhecimento, respeito e escuta para e com esta faixa etária por parte tanto das instituições e serviços públicos, quanto dos círculos sociais que lhes são mais próximos. E por fim, destacamos a Educação Social como possibilidade de ser um instrumento para a conquista e promoção de direitos das/os adolescentes.

Palavras –chave: Educação Social, Adolescentes, Atividades Assistidas com Equinos



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

1. Introdução:

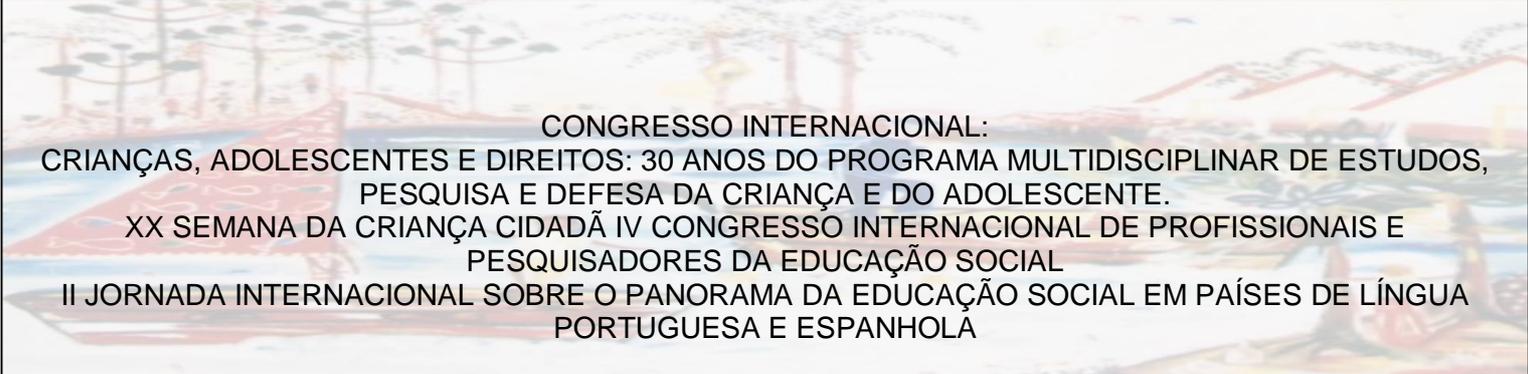
O presente estudo, inserido na área da Educação Social, trata há mais de 4 anos de um projeto social (Rédeas da Vida) de atividades assistidas com equinos. Executado para 40 adolescentes com dificuldades de aprendizagem, fragilidades nos vínculos e inseridos em contextos excludentes, na cidade de Maringá-Pr e distritos, encaminhados pela Secretaria de Educação, Saúde, Assistência Social e Cidadania.

Experiências anteriores em projetos sociais com adolescentes (e seus direitos violados) e cavalos, nos motivou a dar continuidade ao trabalho com este público. A análise das demandas recebidas com queixas sociais (entre elas: evasão e defasagem escolar, inaptidões sociais, comportamentos de risco, auto e hetero destrutivos e ato infracional) nos conduziu a uma investigação mais detalhada sobre as condições sócio-históricas destes sujeitos, assim nos deparamo-nos com outras queixas de ordens psicopatológicas. Observamos posteriormente alta taxa de medicalização, transtornos alimentares, drogadição e alcoolismo, transtornos de conduta, depressão, síndrome do pânico, ideação suicida, psicoses e automutilação. Além das psicopatologias, observamos também, alterações metabólicas, fisiológicas e anatômicas.

2. Discussão:

A investigação qualitativa caracterizou-se como pesquisa-ação, de caráter social. Partiu-se da literatura bibliográfica, do reconhecimento do estado da arte, e de dados estatísticos dos/das adolescentes da região de Maringá. Os dados foram achados por meio do diário de campo onde a pesquisadora anotava suas observações e impressões e pelas entrevistas individuais com o público e os membros da equipe técnica. Os resultados foram apresentados por meio do software N1Vivo, e analisados segundo a Análise de Conteúdo formulada por Bardin. A orientação teórica foi baseada na literatura nacional e internacional nos campos da Educação Social, da sociologia da infância e das atividades assistidas com equinos.

Destacam-se ainda, neste âmbito, as atividades reputadas equestres, como os exercícios de montaria, alimentação dos cavalos, limpeza do ambiente e dos próprios



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

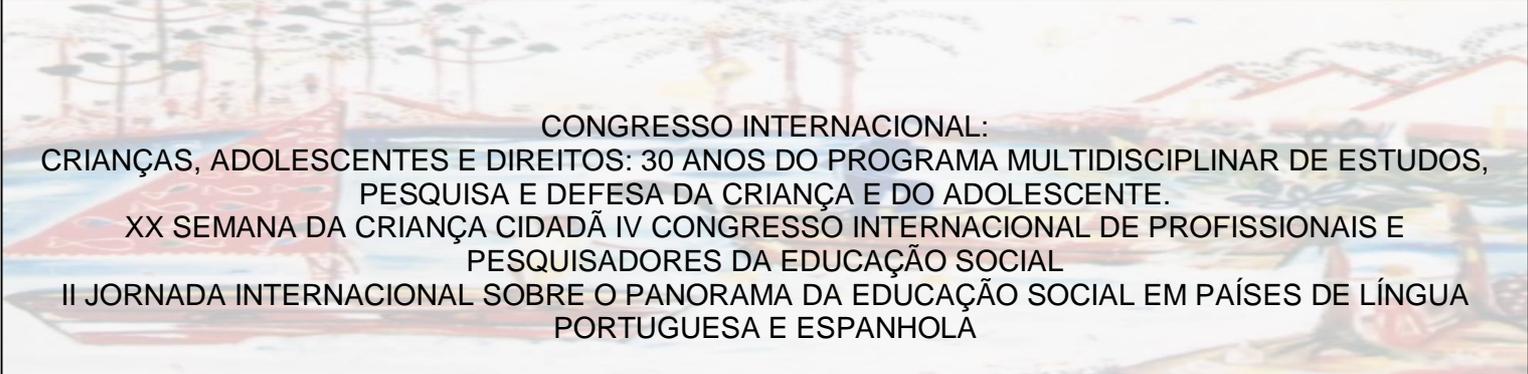
animais, banho, encilhamento e desencilhamento para a montaria, acompanhamento de consultas do veterinário ao local, observação dos cuidados com o ferrageamento e com o dentista dos animais. Para organizar os dados colhidos no diário de campo, estabelecemos oito tópicos a partir de ações vivenciadas entre equipe técnica, todo o grupo de adolescentes selecionadas/os e os cavalos. O procedimento adotado foi o de, a partir dos tópicos mencionados, identificar as palavras mais significativas reorganizá-las segundo os critérios da Análise de Conteúdo defendidos por Bardin (2011): exaustão, homogeneidade, representatividade e pertinência. Foi nessa direção também que a Roda de Conversa emergiu tanto como ação educativa quanto como procedimento metodológico válido. A ela recorreremos semanalmente, aproveitando-a, muitas vezes, como espaço para captarmos e registrarmos em diário de campo manifestações de linguagem oral, corporal e de escrita dos/as praticantes. Esses procedimentos qualitativos revelaram-se essenciais à captura da subjetividade nas cenas enunciativas que a pesquisa desde o início deliberou por priorizar.

3. Considerações finais:

Portanto, concluímos que se faz necessário uma equipe que agrega profissionais das áreas da saúde, educação e equitação, devidamente habilitados com experiências teórica e prática com o público em questão, que de forma transdisciplinar atuem de maneira inédita tendo o cavalo como motivador/mediador terapêutico.

Validamos também a superação de barreiras como o medo, a insegurança, incrementando sentimentos de autoconfiança e autoestima, paciência, perseverança e autoimagem positiva, contribuindo no desenvolvimento psicomotor, cujo grande desafio também foi amenizar/ prevenir os comportamentos de riscos típicos da adolescência.

Importante ressaltar, que a intenção da continuidade deste projeto baseia-se nos resultados alcançados durante quatro anos de trabalho, onde observamos melhoras significativas no comportamento geral dos adolescentes, como por exemplo o retorno ao ambiente escolar de alguns alunos em evasão, melhoras significativas de outros no processo de aprendizagem, inclusão aos Programas de Aprendizagem e



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

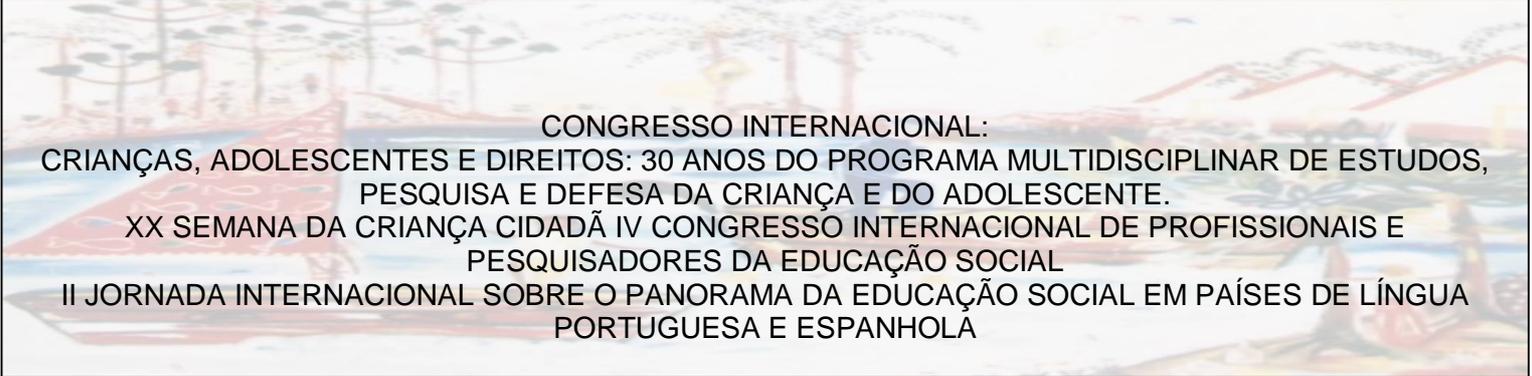
diminuição de comportamentos de risco como o uso de álcool e drogas. Também identificamos o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, pontualmente evidenciado nas noções de responsabilidades, comprometimentos e preocupações com o trabalho em equipe.

Ainda sobre os resultados colhidos, a maioria dos participantes relatou tanto de maneira escrita quanto oral, que o sentimento de pertencimento é o principal motivo pelo qual se identificam com o Projeto Rédeas da Vida, uma vez que se sentem acolhidos em suas necessidades e diferenças, onde sentimentos de exclusão e julgamentos não fazem parte. Vale a pena destacar que a relação silenciosa que se fez inicialmente entre cavalo e praticante, trouxe benefícios intrapessoais de respeito, tranquilidade, autoconfiança, gentilezas, solidariedade, cooperação, entre outros.

As potencialidades que apresentaram no decorrer do convívio: interesse, respeito, motivação, atenção, segurança, cooperação e curiosidade eram manifestações de características intrasubjetivas cada vez mais presentes. Os resultados foram positivos a ponto de prevaleceram sobre as dificuldades também registradas, como resistência a participar das atividades, inseguranças, desatenção, pouca iniciativa, timidez, medo, memória e olhares baixos. Concluimos que essas características intrasubjetivas negativas tendem a serem manifestações que qualquer sujeito que inicia uma atividade nova, em um novo grupo, apresenta. Também constatamos que as/os profissionais envolvidas/os no projeto precisam respeitar o tempo de cada indivíduo e o tempo necessário para se criar vínculos. Foi nessa dinâmica entre praticantes e equipe técnica que aspectos intersubjetivos passaram a ser mais desenvolvidos de maneira intencional, abrindo possibilidades para sentimentos de pertença e reconhecimento.

Uma construção necessariamente coletiva, tão horizontal quanto possível, mas com papéis específicos a serem desempenhados. Um dos mais complexos é certamente aquele da tradução das experiências dos/as participantes, o qual, em nossa percepção, deve ser exercido por um/uma educador/a social devidamente habilitado/a.

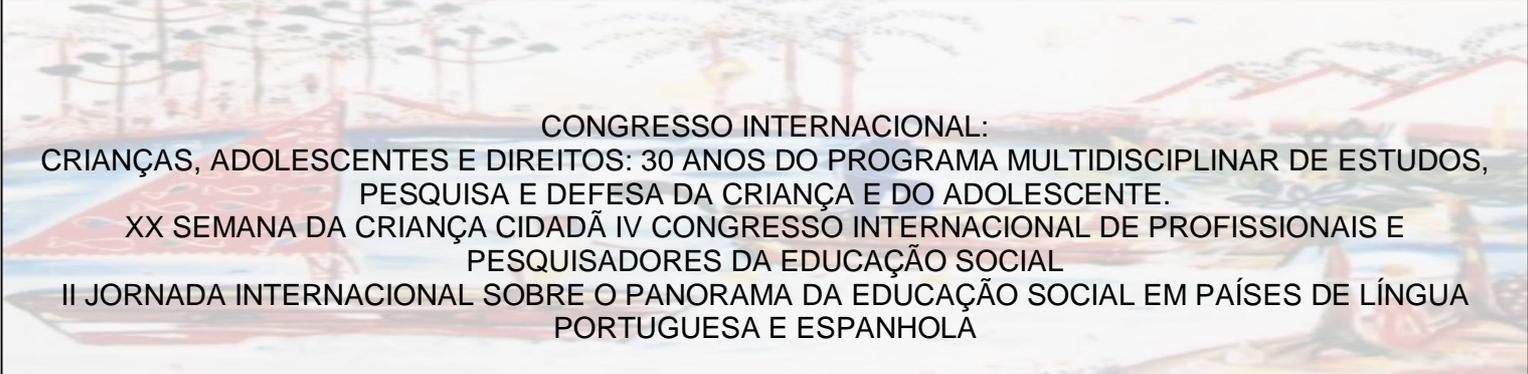
As condições que criamos para tornar possível esse desenvolvimento intersubjetivo dos/das adolescentes do projeto nos fez estabelecer alguns princípios



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

pedagógicos essenciais que uma equipe técnica deve seguir: tolerar estar em grupo; perceber, aceitar e respeitar as diferenças; ter compromisso com o grupo; confiar nos/as adolescentes; transmitir afetos; acariciar o rosto e dar abraços; buscar proximidade, união, sintonia e identificação coletiva; elogiar; criar vínculos, escutar; não julgar; conhecer cada história, gostar de brincar e querer ensinar. Outra constatação digna de registro foi reconhecer a importância de uma equipe transdisciplinar com ações educativas orientadas pelos princípios da Educação Social. Dentre esses, destacam-se o planejamento sistemático que contempla a avaliação do projeto no decorrer do próprio projeto, o estudo individual de cada caso e a devolutiva das constatações para os/as demais agentes que participam da interação trabalhada.

Por meio dos relatos dos/as adolescentes, percebemos a existência de muito tempo ocioso, para os quais contribui a ausência de ações do poder público. Parece certo que, para ocupar esse tempo livre é essencial admitir a participação dos/as destinatários/as da política em sua formulação. A partir da percepção obtida pelos dados reunidos em nossa investigação, o espaço da política pública deve ser aquele a ser ocupado por adolescentes e no qual se garantam condições materiais e simbólicas de este público se desenvolver de modo pleno, exercendo sua cidadania, com vez e voz garantidas. Espaços ocupados diretamente com ações planejadas para compreender de que modo as/os adolescentes agem e reagem às contradições de seus contextos. Além disso, já está nítida pela pesquisa que é necessária a oferta de amplas atividades do âmbito educativo e cultural. O contexto das/os adolescentes, de excluídos, contempla esta característica de pobreza também, na oferta e nos acessos ao que significa educação e cultura de forma ampla. As/os adolescentes que participaram do Rédeas da Vida nos trouxeram precisamente isto: vida. Fizeram-nos respirar com mais calma e nos ensinaram a ter esperança, a não desistir deles. Foram protagonistas e participantes ativos das ações educativas criadas e construídas coletivamente, tendo como porta de entrada os cavalos. A partir da fusão desses horizontes compreendemos como a Educação Social, como todo processo educativo, atua na socialização secundária e o faz, obviamente, a partir de um conhecimento acumulado no curso de sua consolidação científica. Quer isto também significar que alguns dos conhecimentos já reunidos pela Educação Social, entre eles inclusão radical,



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

diálogo, respeito, compromisso e participação política, além de estarem longe do senso comum revelam-se apropriados à execução das atividades assistidas com equinos.

Referências:

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, maio/dez. 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 33ª edição. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34. 2011.

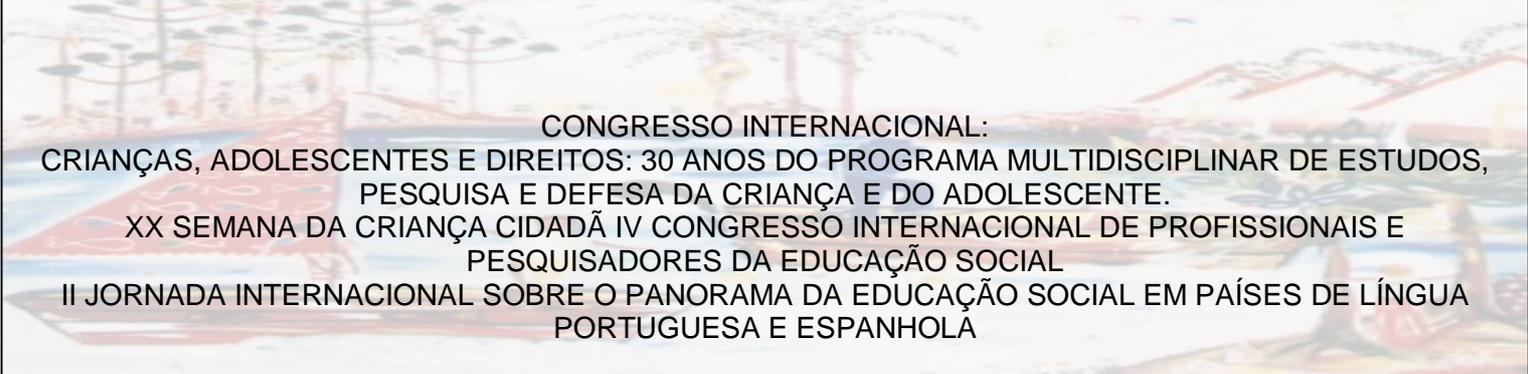
LIMA, Syllas Jadach Oliveira. **O cavalo na equoterapia: e na interface equitação/reabilitação**. Jundiaí/SP: Editorial Paco, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1994.

MÜLLER, Verônica Regina. **A Participação Social e a Formação Política: territórios a desbravar**. Atividade de Dynamo Internacional - Strett Work Training Institute. Lisboa-Bruxelles, 2012.

NATALI, Paula Marçal. **Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino-americanos**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016.

NAVARRO, Paloma Rocha. **Fonoaudiologia no contexto da Equoterapia: um estudo neurolinguístico de crianças com transtorno do espectro autista**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (IEL-UNICAMP). Campinas/SP, 2016.



CONGRESSO INTERNACIONAL:
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DIREITOS: 30 ANOS DO PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS,
PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
XX SEMANA DA CRIANÇA CIDADÃ IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS E
PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO SOCIAL
II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE O PANORAMA DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E ESPANHOLA

RODRIGUES, Patricia Cruzelino. **Cidadania nas aulas de Educação Física: uma experiência de ensino tendo em vista as crianças de uma entidade assistencial de Maringá-Paraná como cidadãos.** (Monografia de Graduação em Educação Física). Universidade Estadual de Maringá-Pr., 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. **Educação social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016.